

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Ciências Econômicas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

Thaís Zimovski Garcia de Oliveira

**EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS DE MULHERES COM A ÁGUA:
organizando relações hidrossociais à luz do feminismo decolonial**

Belo Horizonte

2023

THAÍS ZIMOVSKI GARCIA DE OLIVEIRA

**EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS DE MULHERES COM A ÁGUA:
organizando relações hidrossociais à luz do feminismo decolonial**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Administração

Orientadora: Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Fernanda Mattos

Belo Horizonte

2023

Ficha catalográfica

O48e
2023

Oliveira, Thaís Zimovski Garcia de.
Experiências políticas de mulheres com a água [manuscrito]:
organizando relações hidrossociais à luz do feminismo decolonial /
Thaís Zimovski Garcia de Oliveira. – 2023.
1v.: il.

Orientador: Alexandre de Pádua Carrieri
Coorientadora: Fernanda Costa de Matos.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia.

1. Feminismo – Teses. 2. Bacias hidrográficas - Teses. 3.
Administração – Teses. I. Carrieri, Alexandre de Pádua. II. Matos,
Fernanda Costa de. III. Universidade Federal de Minas Gerais.
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. IV. Título.

CDD: 305.42

Elaborado por Fabiana Santos CRB-6/2530
Biblioteca da FACE/UFMG. – FS/93/2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora **THAÍS ZIMOVSKI GARCIA DE OLIVEIRA**, REGISTRO Nº 312/2023. No dia 31 de maio de 2023, às 12:30 horas, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 10 de maio de 2023, para julgar o trabalho final intitulado "**EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS DE MULHERES COM A ÁGUA: ORGANIZANDO RELAÇÕES HIDROSSOCIAIS À LUZ DO FEMINISMO DECOLONIAL**", requisito para a obtenção do **Grau de Doutora em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO

REPROVAÇÃO

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 31 de maio de 2023.

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri
ORIENTADOR - CEPEAD/UFMG

Fernanda Costa Matos
Coorientadora - CEFET-MG

Profª. Drª. Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães
DCSA/CEFET-MG

Profª. Drª. Luiza Farnese Lana Sarayed-Din
COPPE/UFRJ

Profª. Drª. Mariana Mazzini Marcondes
PPGP/UFRN

Profª. Drª. Mariana Jafet Cestari
PLE/CEFET- MG



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre de Padua Carrieri, Professor do Magistério Superior**, em 31/05/2023, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ludmila de Vasconcelos Machado Guimaraes, Usuário Externo**, em 31/05/2023, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiza Farnese Lana Sarayed-Din, Usuária Externa**, em 31/05/2023, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Costa de Matos, Usuário Externo**, em 31/05/2023, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Jafet Cestari, Usuário Externo**, em 31/05/2023, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Mazzini Marcondes, Usuária Externa**, em 31/05/2023, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2346865** e o código CRC **7248325B**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às mulheres que, a despeito da sobrecarga de funções e da conhecida “tripla jornada” de trabalho, generosamente cederam um momento de seu dia para conversar comigo sobre suas histórias de vida.

Ao meu orientador Alexandre de Pádua Carrieri, pelo apoio nesses quatro anos de doutorado, pela confiança, ideias, orientações, risadas e pela oportunidade de participar do projeto da água, o que ampliou minha perspectiva existencial de forma surpreendente.

À minha coorientadora Fernanda Matos por ter proporcionado a oportunidade de fazer essa tese, com conselhos práticos, sugestões e apoio, além de ter conduzido o projeto *Governança dos Recursos Hídricos* junto à Agência Nacional de Águas desde sua concepção.

Às professoras Luiza Sarayed, Ludmila Guimarães, Mariana Jafet e Mariana Mazzini, por terem aceitado participar da banca de defesa desta tese e por disponibilizarem seu tempo à leitura deste trabalho. Em especial, agradeço, com emoção, a professora Ludmila que marcou a minha vida como pesquisadora com sua orientação nos meus primeiros trabalhos de iniciação científica. Lud, não tenho palavras para expressar minha gratidão pela nossa história de carinho, amizade e admiração.

Às professoras e professores que participaram da banca de qualificação do projeto desta tese, Ana Paula Diniz, Raquel Barreto, Alex Fernandes e Cláudia Mayorga, que com seus conselhos cuidadosos me proporcionaram um momento raro e fundamental de reflexões determinantes nas escolhas que moldaram este trabalho.

À professora Deise Ferraz, pela amizade e contribuições fundamentais à minha formação acadêmica e intelectual desde o final da minha graduação, em 2016, quando assisti pela primeira vez à sua aula sobre Marx e administração. Sua atuação como professora tem me inspirado a buscar práticas acadêmicas efetivamente mais humanas e socialmente comprometidas com a transformação social.

To the professor Michelly Mielly, from Grenoble Ecole de Management, for the careful advice during the EGOS Congress which was fundamental for the decolonial turn of this research.

A mi querido profesor Ulrich Brand, por haberme recibido en Viena en el doctorado sándwich y por haber reavivado en mi la pasión por la vida académica con su energía contagiosa y su pasión por la ciencia política. Muchas gracias, Uli, por su eficiencia y generosidad en crear todas las condiciones posibles para el desarrollo profesional de sus alumnos. Espero que sepas lo fundamental que fuiste en una etapa difícil de mi vida. Gracias no solo por la forma en que me ha incluido en la Research Network Latin America, sino también por los maravillosos momentos en el campus de la Universidad de Viena, en Gagarin, por la bici, por la oficina y tanto más.

Aos amigos e amigas de longa data que tanto admiro, pela alegria e inspiração que trazem à minha vida. Especialmente aos queridos e queridas: Luã Linhares, Paula Teixeira, Marina Rima, Henrique Michielin pelo companheirismo e suporte durante as inúmeras crises nos últimos anos. Às amigas Gabriella Cirilo, Raquel Teixeira, Tina Coelho, Valéria Ramos e Ana Paula Pereira pela amizade e trocas de ideias sobre a vida.

También a mis nuevos amigos de la Red de Estudios Latinoamericanos de la Universidad de Viena, por el cariño que me recibieron en el grupo de investigación. Un abrazo especial a Ingrid Fankhauser y Valerie Lenikus que me ayudaron a ver la belleza de Viena de una manera muy especial. Ingrid, jetzt kann ich auch sagen, dass ein Teil meiner Seele in den Bergen Österreichs ist. Igualmente, à Alina Heuser e Sushila Mesquita, que foram fundamentais para que eu me sentisse “em casa” na Áustria e também para que eu me tornasse mais sensível ao olhar decolonial. Espero um dia poder retribuir o acolhimento de vocês da mesma forma aqui no Brasil.

Aos colegas da turma de doutorado de 2019 do CEPEAD, em especial ao Cleiton Duarte, que me recebeu no IFMG Campus Ouro Branco durante meu período como professora temporária no Departamento de Administração.

Aos novos amigos de trabalho do IFMG - Ouro Branco, Toninho Costa, Camila Nogueira, Rafael Marinho, Alexandre Arruda, Lucas Freitas, Paulo de Oliveira, Pedro Xavier que também me receberam e me acolheram de forma excepcional na cidade. Também aos alunos da graduação e do ensino médio integrado pelo respeito e carinho.

À minha analista Beth Timponi que, por uma dessas sortes inexplicáveis da vida, tive o privilégio de encontrar. Seu apoio foi fundamental para que eu me mantivesse como um ser humano funcional em momentos de verdadeiro desespero. Mais do que me ajudar a

concluir a tese, ela tem me lembrado como o trabalho pode ser também uma forma de fortalecimento pessoal.

Além disso, não posso deixar de mencionar aqui as companheiras de trabalho acadêmico que vi chegar a estágios graves de adoecimento mental durante o processo de mestrado e doutorado. Seja pela desvalorização da ciência na política, pela falta de reconhecimento, pelas condições precárias de trabalho ou até mesmo pelo assédio naturalizado em alguns espaços acadêmicos. Que a gente não perca a esperança por dias melhores.

À minha companheira Cláudia de Campos que tem me apoiado nos últimos anos não apenas na vida, mas também no desenvolvimento dessa tese, com a leitura dos textos e sugestões de diversas referências do feminismo. Que o nosso relacionamento continue nos levando a buscas cada vez mais profundas de liberdade, amor e companheirismo.

À minha família pelo apoio possível e respeito. Em especial ao meu pai Marcos Garcia, minha mãe Telma Zimovski e minha avó Elbani Azevedo que estão sempre vibrando com as minhas conquistas desde as apresentações na primeira infância, até hoje, com a conclusão desta tese de doutorado.

Finalmente, à CAPES e ANA por ter financiado meu doutoramento.

Aí está ele, o mar, a mais ininteligível das existências não humanas. E aqui está a mulher, de pé na praia, o mais ininteligível dos seres vivos. Como ser humano fez um dia uma pergunta sobre si mesmo, tornou-se o mais ininteligível dos seres vivos. Ela e o mar.

(...) Ela olha o mar, é o que pode fazer. Ele só lhe é delimitado pela linha do horizonte, isto é, pela sua incapacidade humana de ver a curvatura da terra.

São seis horas da manhã. Só um cão livre hesita na praia, um cão negro. Por que é que um cão é tão livre? Porque ele é o mistério vivo que não se indaga. A mulher hesita porque vai entrar.

Seu corpo se consola com sua própria exiguidade em relação à vastidão do mar porque é a exiguidade do corpo que o permite manter-se quente e é essa exiguidade que a torna pobre e livre gente, com sua parte de liberdade de cão nas areias. Esse corpo entrará no ilimitado frio que sem raiva ruge no silêncio das seis horas. A mulher não está sabendo: mas está cumprindo uma coragem. Com a praia vazia nessa hora da manhã, ela não tem o exemplo de outros humanos que transformam a entrada no mar em simples jogo leviano de viver. Ela está sozinha. O mar salgado não é sozinho porque é salgado e grande, e isso é uma realização. Nessa hora ela se conhece menos ainda do que conhece o mar. Sua coragem é a de, não se conhecendo, no entanto prosseguir. É fatal não se conhecer, e não se conhecer exige coragem.

Clarice Lispector – As águas do mundo

RESUMO

Essa tese visa analisar a organização das relações hidrossociais de mulheres por meio do feminismo decolonial no Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio das Velhas. Para tanto, seguimos os seguintes objetivos específicos: 1) propor uma análise organizacional do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas) à luz do feminismo decolonial; 2) analisar os relatos de si das mulheres participantes do comitê observando como água aparece em suas narrativas sobre o cotidiano e experiências no comitê; 3) apontar como o contexto organizacional pode influenciar e ser influenciado na produção de subjetividades políticas na luta pela decolonização das relações hidrossociais. Como referencial, a tese se estrutura em três capítulos teóricos. Inicialmente, apresentamos um marco epistemológico pelo qual a administração e os estudos organizacionais se inserem em um campo social e de linguagem. No segundo capítulo, o objetivo foi traçar um mapeamento introdutório da organização das águas no Brasil de modo a situar o cenário normativo das águas por uma perspectiva crítica a fim de apresentar uma base teórica para a discussão sobre a subjetividade entre ecologia e feminismo. Por sua vez, o último capítulo teórico visou compreender as relações hidrossociais no Brasil à luz do feminismo decolonial. Para isso, discutimos inicialmente a relação entre sujeito e natureza abordando como a produção do conhecimento parte de uma organização a qual subjuga o feminino e a natureza como elementos sobrepostos e sem valor. No subcapítulo seguinte, buscamos nos aprofundar nos modos em que a organização do conhecimento acontece no contexto brasileiro a partir das imbricações entre a linguagem e o campo do simbólico. Por fim, em sua dimensão analítica, a tese apresenta quatro capítulos nos quais buscamos compreender as experiências dessas mulheres sob o prisma do feminismo decolonial.

Palavras-chave: Água. Feminismo. Subjetividade. Política.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the organization of women's hydrosocial relationships through decolonial feminism in the River Basin Committee of Rio das Velhas. To do so, we follow the following specific objectives: 1) to propose an organizational analysis of the Rio das Velhas Watershed Committee (CBH Rio das Velhas) in the light of decolonial feminism; 2) analyze the self-reports of the women participating in the committee, observing how water appears in their narratives about everyday life and experiences on the committee; 3) point out how the organizational context can influence and be influenced in the production of political subjectivities in the struggle for the decolonization of hydrosocial relations. As a reference, the thesis is structured in three theoretical chapters. Initially, we present an epistemological framework through which administration and organizational studies are inserted in a social and language field. In the second chapter, the objective was to outline an introductory mapping of the organization of waters in Brazil in order to situate the normative scenario of waters from a critical perspective in order to present a theoretical basis for the discussion on the subjectivity between ecology and feminism. In turn, the last theoretical chapter aimed to understand hydrosocial relations in Brazil in the light of decolonial feminism. For this, we initially discuss the relationship between subject and nature, approaching how the production of knowledge starts from an organization which subjugates the feminine and nature as overlapping and worthless elements. In the following subchapter, we seek to delve into the ways in which the organization of knowledge takes place in the Brazilian context based on the imbrications between language and the symbolic field. Finally, in its analytical dimension, the thesis presents four chapters in which we seek to understand the experiences of these women from the perspective of decolonial feminism.

Keywords: Water. Feminism. Subjectivity. Politics.

LISTA DE SIGLAS

ANA – Agência Nacional das Águas

APP – Área de Preservação Permanente

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CTOC – Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos

CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica

PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos

SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----------|
| <i>Quadro 1- Materiais produzidos durante pesquisa e seus métodos de análise</i> | <i>38</i> |
| <i>Quadro 2 - Pesquisas atuais sobre mulheres e água</i> | <i>61</i> |

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|----|
| Imagem 1: Vista a partir da igreja | 26 |
| Imagem 2: Situação atual do córrego | 28 |
| Imagem 3: Ciclo da água | 45 |
| Imagem 4: Evolução da população urbana por região | 46 |
| Imagem 5: Participação estadual na demanda média total nas regiões geográficas..... | 47 |
| Imagem 6: Evolução da demanda urbana máxima – 2005/2025..... | 47 |
| Imagem 7: Estrutura organizacional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos | 50 |
| Imagem 8: Lavadeiras do Rio de Janeiro, Johann Moritz Rugendas, 1835 | 55 |
| Imagem 9: Estrutura organizacional do CBH Rio das Velhas | 81 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| Introdução | 15 |
| 1. Histórias da pesquisa: métodos, encontros e desencontros | 21 |
| 1.1. Conhecendo realidades hidrossociais no Brasil: água e gênero na Vila Ideal | 24 |
| 1.2. Relatar a si mesma como metodologia feminista e decolonial | 30 |
| 1.2.1. Quais histórias contam histórias?..... | 32 |
| 1.3. Alguns direcionamentos práticos e caminhos percorridos..... | 36 |
| 2. Uma abordagem discursiva das organizações: sujeito, poder e linguagem | 39 |
| 3. Breve mapeamento da organização das águas no Brasil | 44 |
| 3.1. Água e subjetividade: uma perspectiva decolonial sobre poder na natureza | 51 |
| 4. Relações hidrossociais à luz do feminismo decolonial..... | 57 |
| 4.1. Zonas de contato entre humano e não humano: em busca de novas subjetividades na decolonização da natureza e do corpo das mulheres | 63 |
| 4.2. Subjetividade e os processos de (des)identificação no campo do simbólico | 69 |
| 5. O CBH Rio das Velhas como campo político: uma análise organizacional | 79 |
| 5.1. “Às vezes as pessoas são até mais fortes do que as instituições (...) e elas até desafiam a instituição”: inclusões, exclusões e a formação do comitê | 83 |
| 5.1.1. Transição da presidência: “Ninguém melhor representando todas essas minorias para poder fazer a voz do comitê” | 86 |
| 5.1.2. “Tem que revitalizar ao invés de canalizar, a gente tem que renovar!”: água, subjetividade e política | 92 |
| 6. Histórias das mulheres do CBH Rio das Velhas..... | 97 |
| 7. “Não sei se é porque sou mulher ou porque sou preta”: decolonizando o CBH Rio das Velhas..... | 120 |
| 7.1. Limites e oportunidades da participação da Sociedade Civil | 120 |
| 7.2. Uma mulher negra na presidência e os processos de (des)identificação | 125 |
| 7.3. Resistência política das mulheres como processo de decolonização do comitê | 127 |
| Conclusão: quando as águas se encontram | 133 |

Introdução

Como parte do projeto Governança dos Recursos Hídricos: análises do perfil e do processo de formação dos representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e Comitês de Bacia hidrográficas¹, essa tese tem como motivação inicial explorar a lacuna observada pelos resultados parciais, a qual apontou para uma disparidade entre homens e mulheres na participação nos comitês de bacias hidrográficas em todos os estados do país. Entendida por esse projeto como exclusão política das mulheres (MATOS; PARADIS, 2014), essa situação resulta no fato de que as principais posições de poder nesses espaços são ocupadas por homens entre 41 e 60 anos de idade (MATOS et.al, 2019).

É importante pontuar que esse cenário não é formado em um contexto qualquer, mas no brasileiro que, apesar de possuir 12% da água doce disponível no mundo, contraditoriamente, enfrenta uma realidade de *stress* hídrico², dificuldades no abastecimento de água nas periferias, bem como problemas no tratamento de esgoto em todas as regiões do país (ANA, 2019). Acentuado pela pandemia de COVID-19, esse cenário faz com que a simples medida de prevenção à doença, lavar as mãos com água e sabão, além do distanciamento social, ainda seja um desafio para grande parte da população brasileira. Isso é explicado por Bombardi e Nepomuceno (2020) quando evidenciam que “na maior parte dos municípios do Brasil mais de 50% da população não tem seu esgoto coletado” e que em alguns estados do norte e do nordeste a “esmagadora maioria dos municípios”, não tem acesso integral a água encanada.

As consequências geradas por esses problemas não são as mesmas para todos os gêneros, uma vez que o cuidado com a família e o trabalho de reprodução social é culturalmente associado ao gênero feminino, conforme discutido pelas diferentes vertentes dos estudos feministas com autoras como Lélia González (1982; 2020), Nancy Fraser (2006), Judith Butler (2017), Angela Davis (2016), Donna Haraway (2000; 2016), Vandana Shiva (2014), Joan Scott (1995), dentre tantas outras. Além disso, Bombardi e Nepomuceno (2020) destacam ainda como as mulheres

¹ Projeto realizado entre 2018 e 2022 com financiamento da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Agência Nacional das Águas (ANA).

² De acordo com as Nações Unidas o “*stress* hídrico” é caracterizado pelo potencial de água nos rios inferior a 1.000 m³ /ano por habitante em regiões relativamente desenvolvidas e em condições de clima árido.

precisam, ora conviver “com a exposição às fezes e à urina” devido à falta de tratamento de esgoto no ambiente em que vivem e ora lidar com a falta de abastecimento de água, realizando a sua captação e armazenamento por conta própria, em uma dupla jornada de trabalho.

Considerando os fatores acima, propõe-se uma problematização sobre gênero a partir do olhar decolonial, o qual denuncia a tríade da dominação dos países do “terceiro mundo”: do meio ambiente, das mulheres e das pessoas racializadas na produção da subjetividade humana e na construção do conhecimento. Esta discussão situa-se na tênue relação entre sujeito e objeto na ciência, de modo a questionar fatores ao mesmo tempo internos e externos ao sujeito de conhecimento como natureza, cultura e sociedade (CHIA, 1997). Desse modo, se distanciando do horizonte de construção de verdades universais, tal abordagem visa promover, ao contrário, uma leitura capaz de ir além do plano cartesiano da pesquisa acadêmica que se guia por hipóteses comprováveis e generalizáveis (PERÁN, 2013).

Na administração, o tema da água ainda é dificilmente visto de outra forma senão como um recurso infinito e, por isso, normalmente é abordado por uma perspectiva funcionalista ou normativa, sendo pouco pensado pelo viés da subjetividade. Por sua vez, a área de estudos organizacionais, conhecida por ir além da perspectiva positivista da gestão, estuda de forma crítica as organizações em sua dimensão ontológica, a qual se ramifica em problemas relacionados ao poder, ao trabalho, à cultura, à subjetividade e às transformações sociais (PEREIRA, 2014; PAULA, 2015; RODRIGUES; CARRIERI, 2001; MISOCZKY, 2005). Nesse campo, a proposta encontra solo fértil, na medida em que pretende compreender pelo viés da organização enquanto mecanismo mental, imaginário, simbólico, discursivo e existencial (ORLANDI, 1998; FOUCAULT, 1998, HATCH, 2018), as confluências entre água e subjetividade.

Ao mesmo tempo, a própria concepção de gênero também forma um *mainstream* na Administração, o qual se atém às consequências práticas das diferenças de gênero na vida empresarial e ofusca reflexões sobre o processo de constituição dos gêneros em um nível crítico, ou seja, como um processo construído historicamente, não natural e questionável. Nesse sentido, a discussão sobre água e gênero pela ótica dos estudos organizacionais, como será apresentada a seguir, mostra-se como um campo frutífero para a construção de novos saberes na administração. Apesar de ser um tema inusitado, a investigação sobre elementos pouco comuns no campo de pesquisa aponta para uma oportunidade na construção de uma nova forma

de conhecimento, não apenas devido à pouca quantidade de trabalhos realizados na área até o momento, mas sobretudo pelas possibilidades de expandir os sentidos atribuídos tanto à gestão, quanto à água.

De forma mais ampla, nas ciências humanas, apesar de a dimensão de gênero nos estudos sobre água configurar um assunto novo, o campo de investigação vem ampliando seu alcance, sobretudo a partir da criação da lei internacional das águas de 1992. Os problemas abordados por estas pesquisas não são escassos, uma vez que as questões sociais relacionadas à água se ramificam pelas diversas atividades humanas e conseqüentemente na sustentação e organização da vida. Este cenário estrutura-se na mesma direção do que elucida Judith Butler (2011; 2014), com relação à definição de gênero que, para a autora, refere-se à performatividade das relações de poder as quais formam o campo de ações dos sujeitos em cada contexto histórico.

Nas palavras da autora, trata-se do “aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume” (BUTLER, 2014, p.42). No escopo proposto, isso remete tanto às percepções femininas em contextos de seca, processos de abastecimento, irrigação, saneamento, quanto aos modos de viver e de se relacionar com a água nas atividades do cotidiano, no uso doméstico e no trabalho de reprodução da vida humana e cuidado com a família (CAMARGO, 2018; EARLE e BAZILLI, 2013; NEIMANIS, 2013).

No Brasil, estudos como os de Soares (2009) e Camargo (2018), inauguram o campo da compreensão crítica das interseções entre mulheres e água. Esses trabalhos atestam uma realidade comum a todos os países do mundo: a influência do acesso à água no “modo de vida, na organização da família e do poder” (SOARES, 2009, p. 9). As autoras evidenciam como contextos de escassez exacerba o isolamento e conseqüente invisibilidade das mulheres ao campo da reprodução social, a partir do trabalho do cuidado familiar e provimento do trabalho doméstico. Além disso, a perpetuação desse cenário é acentuada em regiões cujo abastecimento de água se dá por meio do trabalho de mulheres jovens e meninas. Essas, tradicionalmente se encarregam de sua obtenção diária, evidenciando assim a assimetria das relações de gênero, bem como o mito da democratização da saúde e ensino público, uma vez que não é incomum que mulheres deixem de frequentar a escola para a realização desse tipo de atividade.

Essas são algumas das razões que fazem a relação entre água e gênero ser objeto de diversos estudos na literatura sobre os recursos hídricos como os de Nogueira, (2009, 2017), Zwaeteveen

e Boelens (2014), Hawke e Jackson (2013); Ahlers e Zwaeteveen (2009); Wick, (2013), Neimanis (2013) Yujra (2008) e Harris, et. al (2020). Tais trabalhos visam compreender, além dos aspectos culturais e simbólicos existentes na relação entre gênero e água, as singularidades no modo pelo qual as mulheres buscam superar os problemas relacionados à água no cotidiano de cada realidade local. Esses trabalhos, nacionais e internacionais, partem de diferentes áreas do saber como sociologia, geografia, história, antropologia, direito, ciência política e engenharia e possuem como ponto em comum a análise da água para além de sua dimensão material e a consideração das questões relativas à subjetividade na análise do tema.

De modo preliminar, vale destacar que ainda que as confluências entre água e gênero não ocorram da mesma maneira em qualquer lugar do país, diferentes níveis de relações (simbólicas, financeiras ou políticas) podem ser observadas na experiência social das mulheres. Considerando as dimensões continentais do Brasil e sua realidade de acentuada desigualdade social, desdobramentos específicos podem ser observados na realidade de cada grupo social e região geográfica (MELO, 2019). No estado de Minas Gerais, por exemplo, ainda que os principais desafios da população de algumas microrregiões não estejam relacionados apenas à falta de água, a realidade de cada sujeito é impactada de forma determinante em sua formação, seja pela ameaça de enchentes, por doenças derivadas do armazenamento impróprio de água, como a dengue ou pelos riscos eminentes de rompimentos de barragens de rejeitos de mineradoras (Matos, 2018a).

A partir de uma reflexão filosófica, podemos entender a água pela ótica trazida por autores como Haraway (2000; 2016) e Preciado (2016) em que ao superar a divisão estanque entre humano e não humano, mostra como elementos como a água podem ter gênero, raça, classe social, etc. Isso porque questionam os limites do ser humano como um ser puramente orgânico ou natural ao considerar a estreita relação entre a vida humana e a interação tecnológica. Desse modo, a partir da relação direta de mútua interferência, abre-se um espaço para a questão dos limites dos elementos inorgânicos e não humanos quanto à influência da subjetividade na construção do conhecimento.

Considerando os fatores acima e, tendo como pano de fundo a oposição à dicotomia entre tratada por Haraway (2000; 2016), propõe-se a tese de que a água permeia e é permeada pelas relações de gênero e pode ser observada nos processos de identificação do sujeito no campo do simbólico conforme as teorias da subjetividade de González (2020) e Butler (2015; 2017).

Nesse sentido, buscamos, com este trabalho, analisar a organização das relações hidrossociais de mulheres por meio do feminismo decolonial no Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio das Velhas. Para tanto, seguimos os seguintes objetivos específicos: 1) propor uma análise organizacional do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas) à luz do feminismo decolonial; 2) analisar as histórias de vida das mulheres participantes do comitê observando como água aparece em suas narrativas sobre o cotidiano e experiências no comitê; 3) apontar como o contexto organizacional pode influenciar na produção de subjetividades políticas na luta pela decolonização das relações hidrossociais.

Com isso, o trabalho foi organizado em três capítulos teóricos e quatro capítulos de análises. Inicialmente, buscamos apresentar um marco epistemológico pelo qual a administração e os estudos organizacionais se inserem em um campo social, cujos desdobramentos pelo viés crítico podem tratar tanto das relações de poder que perpassam as organizações, quanto dos fundamentos de poder que orientam as ações dos sujeitos em sociedade (PEREIRA, 2014; SOUZA; CARRIERI, 2010). A partir dessa perspectiva, foram apresentadas teorias que compreendem a gestão como prática de linguagem retomando autores como Paes de Paula e Souza (2018), Motta (1991) e Gabriel e Carr (2002), a fim de elucidar a discussão sobre as imbricações dos processos de subjetivação e o campo de estudos organizacionais.

Em seguida, no capítulo posterior, buscamos traçar um mapeamento introdutório da organização das águas no Brasil visando situar brevemente o cenário institucional e a situação atual das águas no país. A partir disso, elaboramos uma discussão sobre a constituição do sujeito visando construir uma base teórica que sustentasse a reflexão sobre a subjetividade no campo da ecologia e do feminismo. Ao buscar expandir o significado da água para além de um sentido material, desenvolvemos uma abordagem baseada na perspectiva da crítica decolonial, a qual denuncia a tríade da dominação colonial: do meio ambiente, das mulheres e das pessoas racializadas na produção do conhecimento científico. Desse modo buscamos atribuir características políticas à água, como raça e gênero e apresentá-la como resultado das relações de poder ao longo da história.

Nos capítulos teóricos finais o foco recaiu diretamente às questões relacionadas aos processos de subjetivação e ao feminismo. No primeiro momento, no capítulo 4.1, desenvolvemos uma discussão acerca da relação entre sujeito, conhecimento e natureza destacando o eco feminismo *queer* por meio da perspectiva crítica de Donna Haraway (2000; 2013; 2016), Preciado (2017)

e Grebowicz e Merrick (2013). No capítulo 4.2, buscamos compreender as imbricações entre a linguagem e o campo do simbólico a partir do pensamento de González (2020) e Butler (2015; 2017), as quais enxergam os impactos da violência da dominação colonial nos processos de subjetivação e na constituição dos sujeitos marginalizados.

Desse modo, nos distanciando do horizonte de construção de verdades generalizáveis, essa abordagem visa promover, ao contrário, uma leitura dentre várias possíveis da realidade das relações hidrossociais no Brasil. Por essa razão, adotamos como horizonte metodológico a perspectiva do feminismo decolonial, o qual busca ir além do plano cartesiano da pesquisa acadêmica com hipóteses comprováveis e generalizáveis (SPIVAK, 2015; HARAWAY, 2016; 2000; BUTLER, 2017; MIÑOSO, 2017; KARAKOLA, 2004). Desse modo, por priorizar os processos erráticos e não lineares, relatamos a seguir, as histórias que possibilitaram o desenvolvimento dessa tese, as quais envolvem nossas principais escolhas, dificuldades, limitações e as perspectivas filosóficas que nos conduziram ao longo desses anos de pesquisa. Por fim, algumas conclusões foram apresentadas e sugeridas algumas contribuições ao campo de estudos.

1. Histórias da pesquisa: métodos, encontros e desencontros

It is a waste of time hating a mirror
 or its reflection
 instead of stopping the hand
 that makes glass with distortions
 slight enough to pass
 unnoticed
 until one day you peer
 into your face
 under a merciless white light
 and the fault in a mirror's laps back
 becoming
 what you think
 is the shape of your error
 and if I am beside that self
 you destroy me
 or if you can see
 the mirror is lying
 you shatter the glass
 choosing another blindness
 and slashed helpless hands
 (Audre Lorde)³

Quando iniciei o doutorado no CEPEAD, já tinha ouvido falar algumas vezes que uma pesquisa é muito mais do que se vê escrito nas teses, cuja valorização de uma postura individualista e heroica acaba apresentando uma narrativa falsamente linear. Pensei que estava preparada para enxergar a pesquisa como algo que vai além da escrita de um texto científico com uma hipótese, um argumento e uma conclusão, ainda que mesmo o encontro desses elementos já seja um processo repleto de dificuldades.

É válido apontar que esta pesquisa de doutorado é resultado também de uma minha trajetória acadêmica que se iniciou em 2014 quando fiz meu primeiro trabalho científico sobre gênero, uma pesquisa sobre a prostituição de baixo meretrício em Belo Horizonte. A escolha dessa temática me conduziu não apenas por um caminho de buscas sobre mim mesma, mas também por um caminho de buscas sobre as diferentes correntes do feminismo e dos estudos acerca das relações de poder.

Em resumo, nessa trajetória visitei diferentes perspectivas, que guardadas suas diferenças, de uma forma ou de outra buscam fazer frente às opressões sociais e às relações de gênero. Entre

³ É uma perda de tempo odiar um espelho/ ou seu reflexo/em vez de interromper a mão/que constrói o vidro de distorções/ discretas o suficiente para passarem/despercebidas/até que um dia você examina seu rosto/sob uma luz alva impiedosa/e o defeito em um espelho te atinge/se tornando/o que você acredita ser o formato da sua falha/e se eu estiver junto desse seu "eu"/você me destrói/ou se você conseguir ver que o espelho mente/você estilhaça o vidro/escolhendo outra cegueira/ e mãos cortadas e indefesas (Audre Lorde, tradução nossa).

todas essas correntes, as quais tocam em um ideal de libertação, emancipação, revolução ou sublimação, acabei me aprofundando no mestrado no feminismo pós-estruturalista com influência do pensamento foucaultiano. Essa escolha se deu pela opção de problematizar as formas de opressão a partir de uma interação científica participativa, que fosse além das visões utópicas de uma liberdade plena que nunca se alcança.

Nesse contexto de buscas teóricas, também tive diversas oportunidades de conviver com outros pesquisadores em disciplinas de diferentes programas de pós graduação e com isso escutar os relatos e estratégias pessoais adotadas por cada pessoa. Uma dessas disciplinas foi determinante para as escolhas teóricas realizadas nesta tese, a saber, a disciplina do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG denominada *Psicologia, política e feminismo*, cursada ainda em 2017, mas que lançou sementes importantes que apenas com este trabalho tiveram espaço para se desenvolver.

Essas sementes se referem a uma forma diferente de pesquisar, que resgata a perspectiva feminista não apenas como uma lente teórica, mas como uma forma de fazer ciência que não separa corpo e razão e que integra à pesquisa a subjetividade da própria pesquisadora. Demorei algum tempo para entender o que Paula Gonzaga (2019) queria dizer quando insistia, durante as aulas da disciplina, na necessidade de enxergarmos nossos corpos em nossas pesquisas. Naquela época, contudo, ainda acreditava que a perspectiva pós-estruturalista fosse suficiente para a realização de um trabalho que fugisse dos padrões eurocêntricos. Foi por essa razão, inclusive, que optei em minha dissertação de mestrado por uma metodologia participativa envolvendo as atividades da Casa de Referência da Mulher Tina Martins, uma organização de resistência à violência de gênero.

Hoje, no entanto, compreendo que, mesmo utilizando a abordagem pós-estruturalista, o trabalho ainda se restringia a uma lógica imperialista, à medida em que não conseguia escapar de um modo de fazer pesquisa pautado em padrões de legitimação do dito “primeiro mundo”. Em um ambíguo processo de desejo e negação, apesar de participar das atividades e me envolver afetivamente com as pessoas dos grupos investigados, eu me esquivei até aqui de falar sobre minhas emoções, sentimentos e afetações na pesquisa. Como se ainda fosse possível, de alguma forma, atingir o ideal de neutralidade que faz a academia permanecer em seu local de poder garantido pela linguagem científica, tive muita dificuldade em escrever em primeira pessoa.

Isso não aconteceu por acaso, hoje entendo, com as palavras de Gonzaga (2019), o sentimento que me acompanhou silenciosamente ao longo desses anos:

Escrevo com o corpo, esse corpo que desde o marco colonial foi alijado dos espaços de poder, de produção formal de conhecimento. Escrevo com o corpo tenso e rígido, sei que ao escrever subverto (subvertemos) uma norma que há muito nos impuseram, mas não estou sozinha na minha subversão. Esse lugar não é pra mim, mesmo assim o ocupo e ciente de que ao ocupá-lo produzo incômodo, faço do incômodo minha missão (GONZAGA, 2019, p.16).

E entre tantos alicerces que encontramos na vida acadêmica, o texto de Gonzaga (2019) foi fundamental no meu processo de autoaceitação na escrita acadêmica. Não por abordar (diretamente) a temática da água, tampouco por usar uma metodologia específica a qual poderia ser replicada nesse estudo, mas pela maneira implacável em que questiona as estruturas de poder que sustentam o discurso acadêmico como fruto de uma linguagem elitista e não como um processo de construção de relações e relacionamentos.

A autora resgata diferentes referências feministas nacionais e internacionais que a conduziram por este percurso, tais como Yuderkis Miñoso (2014) Gayatri Spivak (2003) Patrícia Hill Collins (2016), Djamila Ribeiro (2017), as quais também me inspiraram pessoalmente e me levaram à perspectiva decolonial. Contudo, a convivência que tivemos durante a disciplina produziu uma mudança significativa na minha forma de enxergar o trabalho acadêmico. A maneira que encontrou de imbricar em sua pesquisa sua experiência existencial e espiritual foi ao encontro do meu desejo de me desprender do academicismo dominante e traçar uma pesquisa que partisse da vida das mulheres.

É válido notar que esse movimento exigiu a saída de um falso local de proteção gerado pela legitimação do discurso dominante. Apesar de libertador, sair desse lugar, não se trata de um processo simples. Ao contrário, tratou-se de quatro anos em um contexto de intensas transformações pessoais, crises de ansiedade, depressão, momentos de incertezas sobre o futuro e outros fatores que, por vezes, causaram-me uma grande insegurança em sair do mundo teórico entrar no campo da pesquisa. Como comecei dizendo, o doutorado não é apenas a escrita de um texto.

A convivência com meu orientador Alexandre Carrieri também produziu um efeito positivo na busca por um caminho diferente do convencional na pesquisa. Mesmo não me sentindo suficientemente preparada, com a sua ajuda, entrei em contato com um colega que me levou à Vila Ideal, uma antiga ocupação urbana, cujas moradoras vivenciaram uma história singular

com a água. A entrada nesse ambiente proporcionou um primeiro contato com mulheres ribeirinhas urbanas, o qual funcionou como uma porta de entrada para o mundo das relações hidrossociais, em especial a relação entre mulheres e água.

Vale frisar ainda que, tendo em vista minha trajetória como pesquisadora, a qual é pautada na busca pela compreensão da experiência de *sujeitos*⁴(as) políticos(as) e periféricos(as), teria sido difícil que a minha inserção neste novo campo tivesse ocorrido de forma diferente. Dessa forma, foi fundamental iniciar a pesquisa a partir do campo político formado por mulheres negras em que a água não fosse um direito garantido como é na realidade das classes médias brasileiras, ou seja, a partir da realidade vivenciada por *sujeitas* normalmente não ouvidas pelo *mainstream* na ciência, tanto no campo da hidrologia quanto na administração.

É importante ressaltar que ainda que o projeto do qual esta tese participa tenha seu surgimento na necessidade de investigar a gestão dos recursos hídricos no contexto dos comitês de bacias hidrográficas, a inserção neste campo de pesquisa se mostrou como uma estratégia importante do ponto de vista das teorias críticas. Por essa razão, consideramos pertinente o relato dessa história no próximo subcapítulo, uma vez que foi determinante para nos guiar na pesquisa acerca as relações de gênero no CBH Rio das Velhas.

1.1. Conhecendo realidades hidrossociais no Brasil: água e gênero na Vila Ideal

Localizada no município de Ibitaré, o qual faz parte da Bacia do Paraopeba, a Vila Ideal teve seu surgimento como uma ocupação urbana ainda na década de 1990. Muitos dos moradores e moradoras ainda são os mesmos desde sua origem. A região não contou com planejamento estrutural e teve seu desenvolvimento sem o suporte do governo. Vanessa⁵ conta como chegou até lá aos 30 anos, com 5 filhos a convite de um irmão. “Eu vim mesmo porque eu precisava, eu pagava aluguel” (Vanessa). Em nossa conversa, contou que era comum que as pessoas cercassem seus terrenos de modo informal e que as mulheres com filhos tivessem prioridade

⁴ O termo sujeito é escrito em itálico seguindo a mesma estratégia de Kilomba (2019) para indicar a problematização do machismo na produção do conhecimento a partir da língua portuguesa, em que sujeito é utilizado sempre no masculino.

⁵ Foram criados nomes fictícios apara preservar a identidade dos(as) entrevistados(as)

em relação a esse processo de ocupação. Além disso, as construções eram realizadas de forma apressada diante da necessidade de cada pessoa.

A relação entre o solo e água era, como é atualmente, muito evidente, de modo que os impactos gerados pela falta de estrutura eram perceptíveis em inúmeras situações, tanto no suprimento, quanto na construção e vedação das casas. Isso pode ser visto por diversas situações de inundação, problemas com o descarte da água e com o abastecimento. Outro aspecto marcante são as narrativas sobre a relação entre abastecimento de água e gênero, sendo frequentes os relatos em que a função de captar a água nas abundantes bicas é naturalizada como de mulheres e crianças. As memórias trazidas por Vanessa foram marcantes, demonstrando um contexto hidrossocial específico daquela realidade:

Tinha bica para todo lado... os meninos iam pra lá... tomavam banho... eles colocavam um coqueiro, que aí, a água caía, todo mundo tomava banho. (...) era mina... era mina que vinha lá de cima... aqui, que era um beco... porque tinha um córrego a céu aberto, mas tinha a mina que era pra... pra beber...né... pra cozinhar, com essa água... os meninos lavava vasilha ali embaixo. (...) antes ela vinha de lá de cima, (...) aí vinha por aqui... a gente colocava um negócio pra ela sair limpinha... já vinha limpinha assim... (Vanessa).

Adriana, outra mulher com quem conversamos, também contribuiu com a nossa compreensão da organização das relações hidrossociais daquele contexto, rememorando algumas lembranças de sua trajetória com a água. Conta que buscava água na mina diariamente com seus filhos. Ao ser perguntada se não era possível fazer as atividades no local, explica que até certo momento era possível, mas que depois de alguns anos o espaço passou a ficar mais disputado. Ao mostrar o local onde coletava a água, ela se recorda: “ah, a biquinha ali ó, do outro lado ali, uma nascente que tinha, era muito disputada, muita gente que tomava banho (...) É... tomava banho, lavava vasilha, lavava roupa também” (Adriana).

Adriana também nos contou a história de como construiu sua casa sublinhando diferentes transformações dos modos de abastecimento de água, bem como suas formas de uso: relata que a água coletada era usada para "tudo. Pra lavar, cozinhar, beber, para tudo” (Adriana).

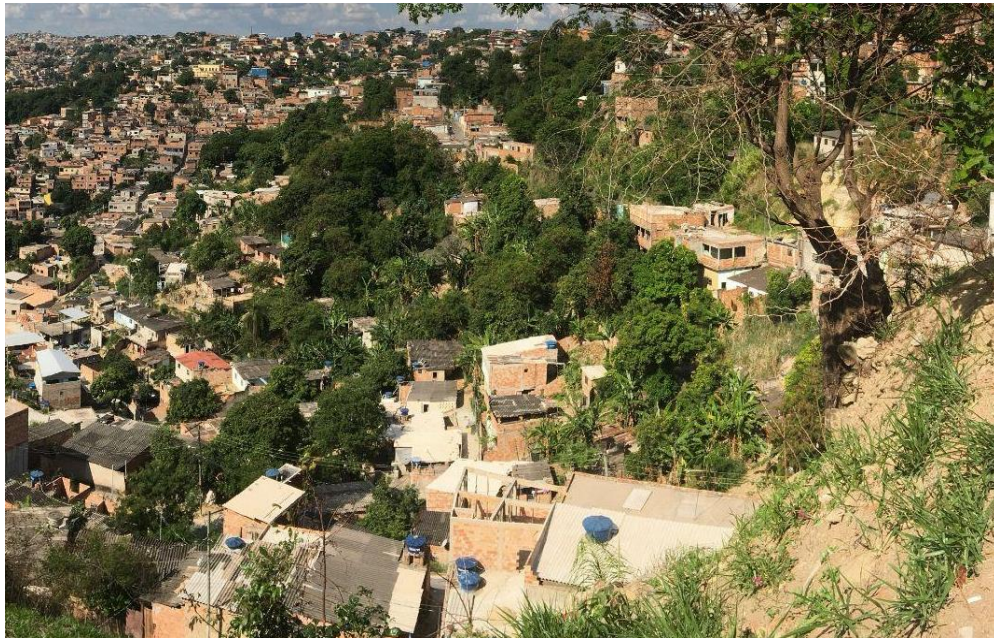
É, eu vim pra cá com dezesseis anos. A vila era mato, mato e barraca, né? Barracas de lona e tinha um rio, riozinho antes de poluir... aí a gente lavava a roupa lá... Pegava a água pra pra usar, sabe, aí os rios foram ficando sujo e furou a cisterna. Aí a cisterna, quem tinha água, então vamos supor, minha irmã tinha aqui, eu tinha carregado aqui no tambor, uns tambor, né? Pra encher lá em cima. A casa da minha irmã que era lá em cima. A gente ficava nessa peleja aí, todo mundo com latinha de água, subindo os becos (Adriana).

Como ficou claro a partir dos trechos acima, a dupla jornada de trabalho é um problema que demanda estratégias de resistência que passam por disputas, práticas e redes de apoio entre mulheres, como pode ser observado na continuação do relato de Adriana

ah, o dia todo, eles carregando água. É, de segunda a segunda as latinhas subindo – de água – o tempo todo. Qualquer lugar que você olhava tinha alguém com a lata d’água na cabeça, uns balde de água na mão. (...) Eu trabalhava de doméstica. Aí chegava do serviço e ia carregar água. Eu trabalhava de segunda a sábado, né? Aí quando chegava cinco horas, cinco e pouco, aí a minha irmã tinha neném pequeno, aí eu carregava água. (...) Aí passava o resto do dia, até às seis, sete horas, carregando água (Adriana).

Outro aspecto importante visto a partir das narrativas além da abundância de água na região, são suas funções no cotidiano. Lazer, limpeza da casa e das roupas, alimentação, entre outras. Todas essas atividades, em um contexto como o de um assentamento urbano, não passavam despercebidas no dia a dia, como acontece na realidade das classes médias no Brasil. Para ilustrar a discussão, apresentamos uma fotografia, realizada durante a pesquisa, evidenciando a topografia da região.

Imagem 1: Vista a partir da igreja



Fonte: Fotografia realizada pela autora na pesquisa de campo

As frutíferas conversas que tivemos também foram essenciais para nos mostrar como a deterioração dos córregos e nascentes podiam ser percebidas pelas pessoas, especialmente pelas mulheres. Vanessa nos contou, por exemplo, que com o passar dos anos os moradores dos bairros acima passaram a sujar a água que já não chegava, em suas palavras, “de acordo”

na Vila Ideal. Inclusive, demarca que foi neste momento que “cada um começou a fazer sua própria cisterna...” (Vanessa). Com isso, pudemos entender os modos em que as relações hidrossociais se transformam com o tempo e são determinantes no cotidiano da população.

Além disso, a experiência na Vila Ideal foi fundamental para desvelar a relação entre o ciclo hidrológico e as relações sociais. Isso porque, além do abastecimento, o descarte da água utilizada também é marcante no cotidiano das pessoas e salienta a importância do saneamento básico no dia a dia das pessoas. Esse processo ainda apresenta outro risco para as mulheres, uma vez que além da caminhada diária em locais por vezes inóspitos, o convívio próximo ao esgoto sem tratamento acarreta uma série de dificuldades em garantir a segurança, sobretudo para as crianças, como podemos ver a partir da seguinte recordação de Vanessa.

Eu lembro que meus meninos ficavam aqui com a menina mais velha e o mais velho né, que eu trabalhava, não podia deixar de trabalhar... aí a vizinha pegou meu menino assim ó, balançando as perninhas... lá na fossa, na privada... em tempo de cair lá nas fezes lá, dos bichinhos lá embaixo... (Vanessa).

O ciclo da água também conflui com as relações sociais à partir de outras diferenças sociais marcantes na cultura brasileira, como a dimensão interseccional de marcadores de gênero, raça e classe. Essa relação é marcante e pode ser observada em percepções como a de Vanessa sobre a prática de compartilhamento de água entre mulheres negras:

Nós tirava muita água mesmo, graças a Deus, tinha muita água mesmo... aí... a vizinha lá em cima lá né, pra não citar o nome... [falava], “ah... vou pegar água aqui não... vou pegar água não, olha aí como ela está amarela...”. Ué?! Tinha que deixar juntar primeiro, porque é mina, né? Aí discuti com ela e falei assim, ó, “se não pegar agora não precisa pegar depois também não” ... ignorância né... A gente fala [brincando], a Dirce branquela... (Vanessa).

Desse modo, observamos como as mulheres negras foram responsáveis pela sobrevivência dos moradores, uma vez que seu papel é basilar em todos os sentidos. Mesmo em atividades consideradas como masculinas, como a construção das casas, a água coletada pelas mulheres trata-se do principal elemento que garante sua realização. Além disso, o trabalho realizado pelos homens, como a construção, ainda é dotado de um valor simbólico diferente e reconhecido nas narrativas como um trabalho com valor econômico. Isso nos levou a refletir sobre as relações de dominação entre gênero e natureza, especialmente considerando a dimensão do trabalho reprodutivo nas falas das mulheres que tivemos contato.

É válido apresentar ainda o relato de Vanessa, o qual evidencia como ela, assim como outras mulheres, trabalhava em uma dupla jornada que muitas vezes era silenciada pelo discurso de que apenas os homens saíam para trabalhar.

Eu trabalhava fora, mas eu lavava as roupas todas de casa... no sábado... você vê que as mulherzada carregava água na cabeça, pra lavar/ pra fazer comida, pra lavar vasilha. Eu não era diferente, eu tinha, meus meninos também que buscava, mas eu também buscava... ô tempo viu...aquela roupa cheia de barro...Nossa... que eu olhava assim: será que é eu mesmo? Que vai lavar essa roupa cheia de barro? Tirar o grosso... e pra colocar de molho... aí como era bacia, né? Aí tinha que colocar uma tábua assim e ir esfregando... (Vanessa).

Diversos outros fatores foram apresentados a partir dessa experiência inicial, como a existência de discursos de dominação e suas relações com as masculinidades, violências policiais, memórias sobre o longo processo de implementação dos encanamentos e infraestrutura, memórias da infância em momentos de lazer com a água e por fim, a destruição do meio ambiente e falta de proteção promovida pelo Estado. A fotografia a seguir apresenta uma das diversas imagens que traduzem essas conexões por explicitar, por meio de uma obra inacabada, um processo normalmente despercebido, a canalização de córregos e a poluição da água.

Imagem 2: Situação atual do córrego



Fonte: Fotografia realizada no momento da pesquisa

Além disso esse percurso também nos conduziu a buscar uma metodologia sensível ao objetivo de compreender as relações entre água e gênero no campo da subjetividade, considerando o cenário social brasileiro. A partir da experiência na Vila Ideal compreendemos que abordar a experiência de mulheres engajadas em uma política pública que visa democratizar a gestão da água no país, demandava a adoção de uma perspectiva metodológica capaz de perceber como os aspectos sociais influenciam na constituição da subjetividade das mulheres e são retomados no dia a dia.

Por essa razão foi importante partir de uma realidade de mulheres cujas vivências foram marcadas pelas transformações hidrossociais de seu território para compreender a temática de uma forma capaz de conectar mulheres de contextos diferentes, mas ligados por uma relação intensa com a água. Com isso, fomos direcionados a buscar bases teóricas a partir das relações vivenciadas na Vila Ideal, como a filosofia de Lélia González (2003), Donna Haraway (2016) e Gayatri Spivak (2003), tendo em vista a necessidade da criação de um novo modelo de sujeito que fosse capaz de abarcar a produção de outros discursos, processos e formas de produção de conhecimento para além do padrão do norte global.

Finalmente, este relato foi ainda uma forma de mostrar que a tese não se tratou de uma produção individual, mas é resultado da interação com grupos e pessoas de diversas áreas e construção de relacionamentos reais. Essas experiências foram fundamentais na busca por um “aterramento” no solo da experiência vivida que algumas vezes é pouco valorizado no meio acadêmico. Com isso, fomos direcionados a buscar bases teóricas como a filosofia de Lélia González (2003), Donna Haraway (2016) e Gayatri Spivak (2003), tendo em vista a necessidade da criação de um novo modelo de sujeito que fosse capaz de abarcar a produção de outros discursos, processos e formas de produção de conhecimento para além do padrão do norte global. Desse modo, para dar continuidade à discussão apresentamos a seguir as influências teóricas que direcionaram nosso olhar no campo de trabalho e nos prepararam para a condução desta pesquisa.

1.2. Relatar a si mesma como metodologia feminista e decolonial

Com relação a metodologia utilizada na pesquisa, é importante compreender que mais do que a escolha de um único método, o trabalho demandou a adoção de perspectivas metodológicas diversas, bem como o uso de alguns instrumentos de pesquisa de diferentes áreas do saber. Isso porque, compreender as relações entre mulheres e água por uma ótica que vai além da dicotomia entre humano e não humano, conforme Haraway (2000; 2016) e Preciado (2016), leva à necessidade de um método sensível às interseções entre subjetividade e natureza que ultrapasse a lógica colonial da construção do conhecimento.

Isso nos leva a questionar, assim como Jaggar e Bordo (1997), alguns pontos em uma discussão mais ampla sobre as relações de gênero na construção do conhecimento de forma geral. De acordo com as autoras, é crucial compreender como a filosofia até hoje “continua a exaltar” características percebidas culturalmente como masculinas, como razão e dualidade e a “depreciar e suprimir” características culturalmente percebidas como femininas como emoção e subjetividade (JAGGAR; BORDO, 1997, p.2). Para as autoras, isso decorre de “todo um aparelho capaz de produzir discursos verdadeiros sobre o sexo”, os quais reduziram o corpo e a natureza a um regime binário ao estabelecer “uma divisão das pessoas em homens e mulheres, homossexuais e heterossexuais”.

Por essa linha divisória, os conceitos de natural e natureza englobam as características e elementos supostamente livres de alterações ao longo da história, enquanto a cultura se relaciona aos aspectos que se transformam ao longo do tempo. Do mesmo modo, Haraway (2000), Butler (1990) e Preciado (2017) partem da negação do dualismo entre natureza e tecnologia para explicar as relações de poder na construção do conhecimento científico. Tal perspectiva contribui para questionar supostos laços exclusivos entre mulheres e natureza, bem como para incorporar a compreensão histórica e não essencialista à opressão das mulheres, da natureza e dos países do “terceiro mundo”.

Por outro lado, é válido pontuar que a busca por uma abordagem metodológica própria na pesquisa entre água e gênero não é uma necessidade percebida hoje. Outras pesquisadoras que investigam essa relação já apontam para as especificidades dessa interação. Como o caso de Herrera (2012), por exemplo, que ao buscar formas de pesquisar a relação entre mulheres e

água nota que o papel da metodologia nesse contexto seria, antes de tudo, fazer um elo entre o que acontece em um território, seu marco conceitual e as escolhas das informações para entender os processos de desigualdade nesses lugares.

Herrera (2012; 2023), ao relatar sua experiência com pesquisas sobre a temática, destaca um conceito essencial, o qual chama de a “rota da água”. Para a autora, é importante seguir o caminho sociocultural do ciclo hidrológico por meio de questionamentos como:

(...) de onde vem a água que se usa nos bairros vilas e favelas? Para que se usa a água? Quem usa a água? (famílias, comércios, escolas, hospitais, indústrias)? Para que e onde as mulheres usam a água? E os homens? A água é suficiente? Se não é, como se obtém? Que pessoas da família na família se encarregam de abastecer a água para consumo doméstico? (HERRERA, 2023).

Diante dessas reflexões entendemos que o estudo proposto nos leva a lançar mão de métodos variados uma vez que o conhecimento decolonial surge também como oposição ao padrão rígido da ciência moderna e positivista. Desse modo, como delimitação geral buscamos traçar um diálogo entre abordagens feministas decoloniais e a perspectiva histórica (HARAWAY, 2000; 2016; GONZÁLEZ, 2020), em especial as narrativas de vida conforme trata Butler (2017) em seu livro *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética* em que trata com profundidade conceitos relacionados a ética, reconhecimento e responsabilidade no contexto da constituição do sujeito.

É importante frisar que, ainda que aproximações metodológicas exijam um cuidado epistemológico visando preservar suas bases teóricas, o diálogo entre as perspectivas feministas decoloniais e a abordagem das auto narrativas de Butler (2017) não apresentou nenhuma contradição irreconciliável. Pelo contrário, visto que ambas encontram no ato de contar histórias pessoais um fator fundamental da construção do conhecimento, a conexão entre as duas abordagens mostrou-se como uma relevante possibilidade para promover o estudo proposto. Se por um lado, a perspectiva de Butler convida o *sujeito* ao ato de contar-se, a perspectiva decolonial mostra a importância em se criar condições em que a voz das mulheres possa ser ouvida (SPIVAK, 2015).

Desse modo, ambas as vertentes consideram a rememoração, em suma, como lugar de resistência ao discurso dominante. Nesse sentido, é fundamental compreender a memória, nas palavras de González (2020), como “o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita”. Já para a perspectiva de Butler (2017), os relatos

são vistos como uma história criada pelo sujeito para suportar, a cada ponto de sua vida no presente, um sentido que sustenta e interliga sua história pessoal aos seus desejos, aspirações e projeções de futuro. Neste sentido, concordamos com a significativa colocação de Silva Junior (2000, p.47) ao entender que o ato de “contar-se” leva à “abertura iminente para um passado imprevisível”.

Esse ponto de partida é importante para “superar a ilusão de validade” do relato bem como o ideal de história linear, oficial ou verossímil, cuja veracidade poderia ser comprovada por meio de documentos legítimos e oficiais (FISHCER, 2005). Ao contrário, buscamos conhecer auto narrativas livres e não historicistas (BARROS; LOPES, 2014). É por essa razão que todas as entrevistas apresentaram perguntas sobre desejos, sonhos e aspirações, além de questionamentos mais coletivos como as relações de amizade e redes de apoio entre mulheres (RAGO, 2019).

Nesse ponto se encontram método e teoria uma vez que buscamos alcançar os caminhos da água não apenas em seus territórios, mas também na subjetividade das mulheres que entrevistamos. Para dar suporte a esse objetivo, nos aprofundamos no 4º capítulo da tese sobre como essa teoria pode ser pensada sob o prisma decolonial. Contudo, nesse momento, é válido compreender as reflexões que conduziram a entrada no campo da pesquisa e que possibilitaram a construção conjunta das narrativas de vida que aparecem neste trabalho.

1.2.1. Quais histórias contam histórias?

As palavras me antecedem e ultrapassam, elas me tentam e me modificam, e se não tomo cuidado será tarde demais: as coisas serão ditas sem eu as ter dito. Ou, pelo menos, não era apenas isso. Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar a seguir um fio só; meu enredamento vem de que uma história é feita de muitas histórias. E nem todas posso contar - uma palavra mais verdadeira poderia de eco em eco fazer desabar pelo despenhadeiro as minhas altas geleiras. (Clarice Lispector)

Haraway (2016) questiona: quais histórias contam histórias? Em uma provocação que aponta para a emergência de campos do saber como o contar histórias sobre a realidade, a autora ressalta a reflexão sobre os sentidos que podem ser atribuídos a uma pesquisa científica. Em

uma guinada epistemológica, Haraway (2016, p. 10, tradução nossa) propõe a ciência como o ato de “jogar um jogo de cama de gato”, ou seja, de “dar e receber padrões, largar fios e falhar, mas às vezes encontrar algo que funcione, algo consequente e talvez até bonito, que não existia antes”. Ao contrário da neutralidade política almejada pelos estudos positivistas, a autora valoriza o movimento ativo e as pausas necessárias no processo de construção de conhecimento: um contínuo “ancorar-se e lançar-se” (HARAWAY, 2016, p. 10, tradução nossa).

Esta vertente da pesquisa qualitativa tensiona o debate sobre o que se considera legítimo enquanto ciência social. Para Mayorga (2013), a abordagem da pesquisa qualitativa, não perdendo de vista a definição crítica do conceito de política, enxerga “de forma radical, a ciência como prática social, e não exclusivamente como conjunto de procedimentos.” (MAYORGA, 2013, p. 346). Isso leva a uma perspectiva sobre a ciência como uma construção coletiva de saber, e não como uma ferramenta de legitimação de verdades irrefutáveis. Por essa razão, abrimos espaço para uma reflexão ética em que as escolhas metodológicas não se restringem apenas ao momento da realização do trabalho de campo, mas engloba inclusive a experiência de vida da própria pesquisadora.

Desse modo, o foco da pesquisa não está, portanto, na análise da gestão da água como um recurso, mas nas formas em que água e gênero perpassam as narrativas de mulheres em suas diferentes maneiras de se relacionar com a água, com a vida e com o cotidiano. Ou seja, mais importante do que listar uma série de procedimentos metodológicos, é necessário que seja elaborada uma reflexão acerca da inserção da pesquisadora em seu campo de pesquisa, sendo que o principal cuidado é que o sujeito

(...) se tome como objeto de reflexão contínua, que reconheça a si mesmo (...) como parte da sociedade, e não como sua antítese ou oposição, marcando, portanto, um movimento de contínua reflexividade, com intuito de analisar atravessamentos e efeitos de poder, históricos e ideológicos, que marcam seus lugares de fala e de posição diante da sociedade (MAYORGA, 2013).

Tal produção valoriza o relato como meio de acesso ao campo do simbólico e do subjetivo, sendo este constituído pela dialética entre história singular e social (LOPES; PAES de PAULA, 2017). Este fato remete a uma forma de produzir conhecimento que não tem a intenção de representar “uma realidade externa e alheia a quem investiga, ela é antes um fruto das diversas articulações entre sujeito investigador e sujeito investigado” (PÉREZ; GALAZ; ALVAREZ, 2017, p. 22, tradução nossa).

Seguindo a perspectiva decolonial de González (2020), a qual inclui o sujeito na construção da significação, a perspectiva da história de vida como abordagem metodológica decolonial abre possibilidades para uma dupla experiência: conhecer e transformar. Como afirma Perán (2013) deve-se “voltar a deduzir o valor do território e as maneiras de lidar com ele a partir da experiência” visando ir além do paradigma estático da representação. Por este ponto de vista, é fundamental escapar do estruturalismo hermético que suprime qualquer possibilidade de indeterminação do conhecimento científico.

Essa postura vai na mesma direção da perspectiva de Butler (2017), a qual enfatiza a relevância da responsabilidade diante da situação de interpelação formada por qualquer interação social. Para a autora, o caminho para fazer frente a este compromisso ético é, portanto, assumir um risco de desconhecimento próprio, especialmente “quando aquilo que nos forma diverge do que está diante de nós, quando nossa disposição para nos desfazer em relação aos outros constitui nossa chance de nos tornarmos humanos (BUTLER, 2015, p. 207).

Em suas palavras:

se dou um relato de mim mesma e o faço perante ti, minha narrativa depende de uma estrutura de interpelação. Mas se posso interpelar-te, devo primeiro ter sido interpelada e colocada na estrutura de interpelação como possibilidade da linguagem antes de encontrar minha própria maneira de fazer uso dela. Isso decorre não só do fato de que a linguagem pertence primeiro ao outro e que a adquire por meio de uma complicada forma de mimese, mas também porque a própria possibilidade da ação linguística é derivada da situação em que nos encontramos interpelados por uma linguagem que nunca escolhemos. Se sou primeiro interpelada pelo outro, e se essa interpelação me acontece antes da minha individuação, de que maneiras ela me acontece? (BUTLER, 2015. p. 89)

Esse questionamento refere-se diretamente à possibilidade de desestruturação do Eu como uma forma, chamada por Butler (2017, p. 91), de desposseção de si, ou seja, a aceitação da interpelação do outro. É importante sublinhar, contudo, que esse processo não significa uma transferência do Eu ao outro, visto que a própria “não substancialidade” do Eu impediria um ideal como este. Como explica a autora: “isso não quer dizer que sou possuída pelo outro, pois o outro também é despossuído, chama e é chamado, em uma relação que, por essa razão, não é recíproca” (p.91). A impossibilidade de reciprocidade parte de um olhar crítico a técnicas que supõem uma completa horizontalidade das relações de poder na pesquisa.

Nesse sentido, a ação no trabalho de pesquisa assume e acolhe certo sentimento de angústia, ao mesmo tempo que compreende essa situação como resultado do abandono de um “‘eu’ autossuficiente como um tipo de posse” (BUTLER, 2017, p. 316). Desse modo, Butler (2017)

ainda alerta: “se falamos e tentamos fazer um relato de nós mesmos a partir desse lugar, não seremos irresponsáveis, ou, se o formos, certamente seremos perdoados”. Em suma, as interseções entre a abordagem de história de vida e a filosofia de Butler (2017) apontam para a busca de signos em uma interação aberta os quais mobilizam histórias e afetos de um modo menos invasivo. Toda essa confluência de emoções é justamente o que conduz a atenção e o olhar do pesquisador no momento da produção de relatos, os quais podem produzir reações inesperadas e, por vezes, alcançar memórias de difícil elaboração.

Na mesma direção, Barreto (2018) explica que uma vez que as narrativas pessoais são “efeitos de poder/saber”, é necessário que sejam compreendidas em seus contextos de criação. Nesse sentido, mais importante do que as informações presentes nas narrativas são os aspectos espaciais do discurso, como observados por Butler (2017), como as posições em que o ato de fala pode ocorrer. Para isso é necessário considerar o teor que o sujeito atribui a sua própria fala como as considerações: “ninguém pode escutar isso; esse aqui certamente vai entender isso; serei recusada aqui, mal compreendida ali, julgada, descartada, aceita ou acolhida” (BUTLER, 2017, p.49).

Ainda, é importante destacar que tais propostas se baseiam na orientação deixada por Lacan e sublinhada por Butler (2015, p. 73) em que “qualquer que seja o relato que se dê sobre os momentos inaugurais de um sujeito, ele sempre será tardio e fantasmático”. Tal premissa é fundamental para escaparmos de interpretações essencialistas, as quais levam a um entendimento positivista das ações de um sujeito ao atribuir uma única causa possível a um determinado acontecimento, ou ao tentar imputar ao sujeito um rótulo fixo e determinado. Ao contrário, por essa perspectiva, deve-se considerar que “a origem só se torna disponível retroativamente e através da tela da fantasia” (BUTLER, 2017. p. 42).

Enfim, para além da prescrição de procedimentos práticas, o que se tem como horizonte principal “não são as palavras exatas ditas pela participante da pesquisa, mas principalmente a forma em que esta deseja que seja lida sua visão” (BALASCH; MONTENEGRO, 2003, p.19, tradução nossa). Ou seja, parte-se de um momento dialógico baseado em um jogo complexo de interpelações e reflexões acerca de um determinado fenômeno, no caso deste projeto, as relações com a água.

1.3. Alguns direcionamentos práticos e caminhos percorridos

De modo prático, compreender a dinâmica de uma organização à luz do feminismo decolonial vai além de atribuir aos enunciados um fator essencial de gênero. Ou seja, não se trata de construir uma relação direta de causa e efeito do ponto de vista da dicotomia de gênero sobre os motivos de uma pessoa ter produzido determinado argumento ou não. Mais importante do que isso é compreender as dinâmicas de dominação e colonização presentes nas ênfases ou nos apagamentos realizados ao falar de determinadas temáticas ou nos argumentos construídos para embasar as escolhas realizadas no dia a dia.

Diante disso, decidimos adotar a perspectiva de Balasch e Montenegro (2003) que apresenta a produção de narrativas como metodologia que emerge na psicologia social crítica, cuja intenção é produzir textos conjuntos entre investigadores e participantes. Essa perspectiva, mais do que propor a realização de entrevistas objetivas, visa produzir situações para as quais são programadas sessões em que ambos, pesquisadores e entrevistados falam e comentam aspectos – previamente consentidos – sobre um fenômeno estudado. (BALASCH; MONTENEGRO, 2003, p.19).

Diante disso, para conduzir os encontros e diálogos na pesquisa optamos por utilizar um roteiro aberto, o qual elencou alguns temas, cujo foco estivesse nas histórias de vida de cada mulher entrevistada e não na elaboração de perguntas específicas. Nesse sentido, todas as entrevistas se iniciaram com a seguinte questão norteadora: “você poderia me contar sua história de vida?”. Os demais questionamentos foram feitos a partir do que fosse levantado em cada resposta. De modo geral, como forma de auxiliar o desenvolvimento do diálogo, elencamos alguns pontos principais para estimular assuntos relacionados ao objetivo da pesquisa.

Como exemplos, podemos citar questionamentos que se relacionam aos momentos em que a água entra na vida das mulheres, situações de discriminação, desafios, momentos de superação, medos, estratégias de resistência e redes de apoio, entre outras. Tendo em vista a natureza social do comitê de bacia hidrográfica, procuramos entender o percurso político que conduziu as mulheres até a organização e os embates de poder presentes no cotidiano.

Além disso, como CBH Rio das Velhas possui uma estrutura formal e institucional, suas narrativas circulam também em momentos de reuniões públicas disponibilizadas no canal do

Youtube do comitê (@reunioescbhriodasvelhas). Isso foi importante por nos proporcionar um meio de acesso ao contexto organizacional vivenciado pelas participantes e nos auxiliou por fornecer um embasamento prévio sobre a realidade da organização.

Posteriormente, para chegar até as mulheres de forma individual, foi realizado um convite via e-mail ou telefone e o fato de todas possuírem acesso à internet permitiu que as entrevistas fossem feitas de modo online, possibilitando o contato com mulheres de diferentes municípios. Vale pontuar que este não é um processo simples e imediato. Apesar de se tratar de uma organização pública, os contatos dos(as) representantes do comitê não são disponibilizados no site da instituição. Desse modo, foi necessário encontrar estratégias de encontrar o e-mail ou telefone dessas pessoas para a realização do convite.

Além disso, a maioria dos e-mails enviados não obteve resposta, sendo necessário o contato por telefone, dado de difícil acesso nesse campo. Para tanto, utilizamos a técnica da bola de neve (BOCKORNI e GOMES, 2021) como meio de alcançar as participantes da pesquisa. Inicialmente, perguntei para a primeira entrevistada se ela poderia me passar o contato das demais representantes do gênero feminino do comitê. Como resposta obtive que ela não se sentia confortável para isso. Para outra participante, perguntei por e-mail sobre a possibilidade de enviar um convite no grupo de Whatsapp da organização para garantir que todas tivessem conhecimento da pesquisa: não obtive resposta alguma. Até que a terceira mulher entrevistada me passou o contato de duas colegas com as quais tentei entrar em contato posteriormente e assim por diante.

A integração entre os dois momentos da pesquisa de campo, a participação assíncrona nas reuniões da plenária e o contato individual foi crucial para o desenvolvimento da pesquisa. Não apenas por fornecer o vocabulário necessário para o diálogo nas entrevistas individuais, essa articulação foi fundamental para auxiliar na compreensão dos desdobramentos da subjetividade no contexto da atuação política das mulheres na organização.

Deve-se esclarecer, contudo, que, com essa dinâmica, não visamos estabelecer relações diretas e quantitativas de casos específicos de violência verbal para legitimar as falas encontradas nas conversas individuais. Isso foi feito visando não reduzir a dimensão subjetiva dos relatos ao plano objetivo de uma suposta racionalidade. Por essa razão, ao invés de esmiuçar, contabilizar ou listar casos de assédio, violência de gênero ou agressão verbal como casos de *gaslighting*, *mansplaining* e *maninterrupting*, optamos por realizar uma análise partindo de tópicos críticos

escolhidos no decorrer das reuniões e com as conversas com as mulheres participantes da pesquisa.

Em termos práticos, entrevistamos o total de 8 mulheres do CBH Rio das Velhas, englobando não apenas os participantes do comitê principal, mas a organização como um todo, considerando as organizações vinculadas a ele, como os subcomitês, câmaras técnicas e a agência de bacia. A escolha pela ampliação do universo de sujeitos se deu diante da necessidade de preservar as identidades das pessoas entrevistadas, bem como de alcançar a pluralidade de contextos de cada representante conforme é a realidade prática do comitê, que abrange uma grande dimensão formada por 51 municípios. Das 8 mulheres entrevistadas selecionamos 6 entrevistas cujos diálogos puderam seguir a perspectiva metodológica descrita nos capítulos anteriores. Ou seja, conversas em que as mulheres se sentiram à vontade o suficiente para elaborar narrativas pessoais mais substanciais, com relatos e memórias do passado.

Para esclarecer como foi composto o material utilizado pela pesquisa, elaboramos o quadro abaixo para sintetizar as escolhas metodológicas, tanto na produção das narrativas quanto em sua abordagem de análise. Por fim, visando alcançar os requisitos da ética na pesquisa, submetemos um termo de consentimento livre e esclarecido antes de cada entrevista explicando os termos de ética para que a mulher pudesse concordar ou não com sua participação no trabalho.

Quadro 1- Materiais produzidos durante pesquisa e seus métodos de análise

| Composição do <i>Corpus</i> da Pesquisa | | | |
|--|--|---|--------------------------|
| | Material | Método de Produção | Método de Análise |
| Materiais Primários | Narrativas de mulheres participantes do CBH Rio das Velhas | Entrevistas semi-estruturadas | Análise de Narrativa |
| Materiais Secundários | Vídeo da 109ª reunião da plenária do CBH Rio das Velhas | Transcrição do vídeo publicado no Youtube | Análise de narrativa |
| | Vídeo da 110ª reunião da plenária do CBH Rio das Velhas | Transcrição do vídeo publicado no Youtube | Análise de narrativa |
| | Conteúdos extraídos do site do CBH Rio das Velhas | - | Análise de narrativa |

Fonte: elaborado pela autora

2. Uma abordagem discursiva das organizações: sujeito, poder e linguagem

As interseções entre estudos organizacionais e política pela via da subjetividade têm ganhado cada vez mais espaço na administração (ALVESSON E DEETZ, 2006; CHIA, 1997). Por diferentes abordagens, estudiosos buscam compreender as influências da cultura nos modos em que os sujeitos atribuem sentido a suas ações e se organizam em sociedade ou em situações organizacionais específicas (PARKER, 1999; PRASAD, 2016; KNIGHTS e MORGAN, 1991; RODRIGUES, 2014; BETTIN, 2019).

Atkin, Hassard e Cox (2007), por exemplo, propõem uma leitura das organizações visando contornar as rígidas estruturas do mundo científico. Com isso, salientam a linguagem como produto do conhecimento organizacional, tendo em vista sua estruturação ordenada por uma série de leis emergentes nas relações de poder no campo social. Dessa forma, o sentido de organização aproxima-se das ações humanas movidas pelas “engrenagens” as quais constituem o próprio sujeito da ação, a saber, os discursos. Neste sentido, a organização é vista como uma célula do social ou como núcleos que sustentam a vida dos sujeitos e ordenam os elementos culturais que se manifestam no cotidiano.

Paralelamente, afirma Orlandi (1998), “não há relação direta entre mundo e linguagem, entre palavra e coisa. A relação não é direta, mas funciona como se fosse, por causa do imaginário”. Nessa perspectiva, a construção do conhecimento se trata da “explicitação de como o discurso produz sentidos” por meio de mecanismos de linguagem que constroem e organizam qualquer significado. De acordo com a autora:

se se tira história, a palavra vira imagem pura. Essa relação com a história mostra a eficácia do imaginário, capaz de determinar transformações nas relações sociais e de constituir práticas. (...) o que resulta em compreender de outra maneira também a história: não como sucessão de fatos com sentidos já dados, dispostos em sequência cronológica, mas como fatos que reclamam sentidos. (...) o que interessa não são as datas, mas os modos como os sentidos são produzidos e circulam (ORLANDI, 1998, p.45).

Além disso, Margolis, (2004), Echeverría e Alvarez (2008) elucidam que a complexidade da construção de um conhecimento pautado nessa perspectiva acontece pela sua condição de transitoriedade. Para os autores, o desafio de realizar uma análise que não parta do polo das narrativas universais e que tampouco caiam no relativismo, demanda a capacidade de compreender os nódulos da trama de discursos que se materializam nos textos analisados.

Como possibilidade de abarcar este tipo de contingência, Astley (1985) lança mão da noção de reflexividade nas teorias organizacionais, como a reprodução sobreposta e indeterminada de diferentes textos regidos por relações de poder, que no caso das pesquisas críticas referem-se às limitações formadas pelas normas do meio científico (ATKIN, HASSARD e COX, 2007). Isso faz com que investigações que problematizam as opressões sociais muitas vezes fiquem restritas à descrição da realidade ao invés de participar de sua transformação.

Para Souza, Costa e Pereira (2015, p. 735psi), a noção de organização se refere sobretudo ao “ato de organizar, ordenar, como, por exemplo, os corpos, os gestos, as vestimentas, as subjetividades, os desejos, a vida”. Os autores frisam que tal conceituação não se restringe apenas a empresas ou a relações de trabalho, de modo que “onde há poder ocorre ordenação, produção e classificação social” e que “somente existe organização onde há poder; ou seja, organização significa poder, ordem e controle”.

Assim posicionado, sugere-se a necessidade de “repensar a ‘organização’ fundamentalmente como um processo de construção de mundos” (CHIA, 1997, p. 699). O problema vai além da relação objetiva entre signo e significado, mas se refere à incorporação dos sentidos históricos às práticas do cotidiano. Desse modo, para o autor, “organizar é preencher com órgãos”, ou seja, prover com sentidos as ações que sustentam a vida.

Pereira (2014), na mesma direção, recorre a perspectiva de relações de poder em Foucault (1998), cuja característica fundamental é a ambivalência, para explicar como a política constitui o discurso e, por consequência, as organizações. Se “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 2017, p. 69), toda organização está em constante transformação devido às disputas de forças que as permeiam. Nesse sentido, o poder é visto essencialmente como relação. Ou seja, além de possuir um caráter repressivo, como já conhecido no campo dos Estudos Organizacionais (LAN MCKINLAY; KEN STARKEY, 1998), o poder é composto por um plano produtivo formado pela dimensão da disciplina, da normatividade e da ética.

Trata-se da polaridade positiva do poder, a capacidade de criar: condutas, ações, comportamentos, desejos, subjetividades. Por essa perspectiva, a organização é pensada sob uma nova forma de relação entre conhecimento e realidade, considerando um espaço de intensa circulação entre positividade e negatividade do poder: na construção e desconstrução de condutas, modos de vida e nas reflexões possíveis dos sujeitos sobre si mesmos.

Em consonância, Jaggar e Bordo (1997) utilizam o sentido de texto em uma dimensão ampla ao estabelecer uma relação entre corpo, poder e conhecimento, por meio da qual aspectos culturais ligados ao corpo como raça, gênero ou sexualidade podem ser compreendidos como um “um texto, um signo, e não apenas um pedaço de matéria carnal” (MENEGHEL; DANILEVICZ; FONSECA, 2019, p. 5), ou, ainda, como um espaço de práxis social. Por essa ótica, podemos entender o texto como “uma peça de linguagem”, cuja função é representar uma unidade de significado social e histórico (ORLANDI, 1998).

Além disso, ainda que a transformação social esteja na base da abordagem apresentada acima, pode-se afirmar que estudos que seguem essa perspectiva frequentemente se atêm à dicotomia entre objetividade e subjetividade na pesquisa. Isso acontece porque, mesmo que mostrem um viés político, ora por evidenciar as relações de poder camufladas pelos arranjos organizacionais, ora por questionar as estruturas econômicas que sustentam as desigualdades sociais, tais trabalhos deixam de lado experiências “metaorganizacionais” as quais articulam modos em que as organizações podem influenciar e ser influenciadas pela realidade social, bem como produzir transformações dessa mesma realidade.

Por outro lado, revela-se crucial pontuar que compreender as organizações como “ontologias nunca completas” formadas por “ficções de limites” (RODRIGUES, 2014, p. 26) não significa negar sua materialidade, cujo resultado parte de um processo “de micro-ordenações do que acreditamos por real, dos modos contemporâneos de analisarmos o mundo, dos códigos de comportamento e dos maneirismos sociais” (RODRIGUES, 2014, p. 26). É o que também explica Chia (1997), ao evidenciar o fato de que qualquer processo de identificação de padrões duradouros e de regularidades decorre dos discursos próprios de cada época e é compreensível como fenômeno de linguagem e mecanismo doador de sentido à realidade.

Na esteira desse pensamento, podemos recorrer a perspectiva de Paes de Paula e Souza (2018) que tratam a organização como “um a nova forma de lidar com a realidade que envolve criação e diálogo”. As autoras propõem uma compreensão do ato de organizar para além das “deformações ideológicas” impostas a essa prática, as quais desde o século XIX reforçam sua concepção como ação isolada de um sujeito individual. Indo além da busca pelo controle e condução social, a gestão, segundo as autoras, reflete sua origem etimológica como uma prática social localizada entre a ciência e a arte.

Originada de “*gestatio*” em latim, termo para designar gestação e o ato de gerar algo novo, a gestão porta a essência da prática artística ao carregar o sentido de fazer existir algo que não existia (PAES de PAULA; SOUZA, 2018, p. 50). Evocando Aktouf (1996), as autoras destacam ainda que uma análise organizacional que envolva sua dimensão artística criativa deve questionar o caráter funcionalista construído historicamente em torno de seu significado por meio das principais referências adotadas na área como é o caso tanto das teorias clássicas de Taylor (1911) e Fayol (1916), até pensadores contemporâneos como Mintzberg (1973) e Kotter (1982).

A partir da ressignificação apresentada por Paes de Paula e Souza (2018), a qual toma o diálogo como principal caminho para a análise organizacional, é possível resgatar o fundamental papel da linguagem nas organizações incorporando sua essência contraditória como uma direção ontológica, a saber, de gerar novas realidades. Tal perspectiva vai além até mesmo de abordagens que criticam o *mainstream* da administração como a de Lapierre (2005), uma vez que não se atêm apenas à demonstração das “fantasias de fórmulas infalíveis e universais” utilizadas nas organizações. Mas, além disso, busca incorporar essa essência contraditória da gestão à análise organizacional, considerando seus antagonismos não como fator a ser superado, mas como característica presente em qualquer relação humana.

Para isso, as autoras citam Tragtenberg (1971) para reconstituir as origens da falsa dicotomia entre gestão e prática social ao destacar “categorias da atual teoria da administração nos impérios asiáticos da Antiguidade” para mostrar como a gestão pode ser pensada para além do sistema capitalista. Por essa lógica, a cisão entre a administração como prática mais ampla capaz de englobar a organização de sujeitos, grupos, instituições cidades, e a administração imersa na ideologia neoliberal, é vista na medida em que a “burocracia deixou de exercer funções técnicas de coordenação para assumir as funções de exploração e de monopólio do poder político” (PAES de PAULA; SOUZA, 2018, p. 59).

Em contrapartida, “as tecnologias de gestão diferentes, baseadas em valores para um contexto social diferente”, como “formatos organizacionais auto gestionários” (PAES de PAULA; SOUZA, 2018, p. 59) foram ofuscadas na construção do conhecimento administrativo diante da ênfase aos interesses das empresas privadas na formação dos administradores. Em paralelo, estudos críticos que adotam apenas a noção de práxis e negam a dimensão discursiva das organizações, tratando-as unicamente como meio de dominação, ignoram os processos de

criação dos mais diversos contextos históricos a partir de tecnologias colaborativas potencialmente transformativas.

Como mostram Paes de Paula e Souza (2018), autores filiados ao *Critical Management Studies* (CMS) como Clegg *et al.*, (2006); Spicer *et al.*, (2009), Alversson e Spicer (2012) e Gabriel e Carr (2002), ao invés de negar a gestão, buscam se apropriar do termo de modo a ampliar possíveis diálogos com outros campos do saber, como a filosofia, a psicanálise e a antropologia.

Para este trabalho buscamos compreender as dinâmicas que estão além da racionalidade instrumental ou os aspectos presentes na consciência dos sujeitos, abordagens como as de Paes de Paula (2005) possibilitam a apropriação do pensamento decolonial como é o caso González (2020) e Donna Haraway (2017). Isso porque admitem as conexões entre organizações e a transformação da subjetividade a partir de conceitos sobre a constituição do sujeito como inconsciente, identidade, experiência, prazer, sofrimento e poder.

Com essa tese, contudo, não se objetiva explorar em profundidade todas as ligações possíveis nesse sentido, mas destacar tal perspectiva como aparato teórico e epistemológico o qual embasa o objetivo proposto. Isso se dará pela articulação das dinâmicas organizacionais relacionadas ao objeto de estudo e à compreensão dos aspectos subjetivos presentes nas narrativas individuais encontradas no campo de pesquisa.

Tal proposição parte da premissa, como demonstrado por Motta (1991, p.5), de que os “laços que unem os indivíduos à organização (...) não podem ser vistos apenas como materiais ou morais, ideológicos ou sócio-econômicos”, mas estão presentes na subjetividade humana como produto de uma relação indissociável entre individual e social. Nas palavras do autor, “a organização modela os impulsos e os sistemas de defesa individuais, que, por seu turno, nela criam raízes” (MOTTA, 1991, p.5).

Da mesma maneira, Gabriel e Carr (2002, p. 350) sugerem que a perspectiva organizacional calcada na subjetividade pode ser vista como a abertura de “janelas valiosas para o mundo das organizações e da gestão, oferecendo percepções que são surpreendentemente originais, têm amplos poderes explicativos e podem encontrar amplas implementações práticas”. Com isso, os autores apontam a necessidade de estudos organizacionais que ultrapassem as plataformas convencionais da gestão, centrados no lucro, racionalidade, hierarquia e autoridade, mas que abordem também as “dimensões simbólicas, irracionais, emocionais e discursivas” em outros

contextos organizacionais.

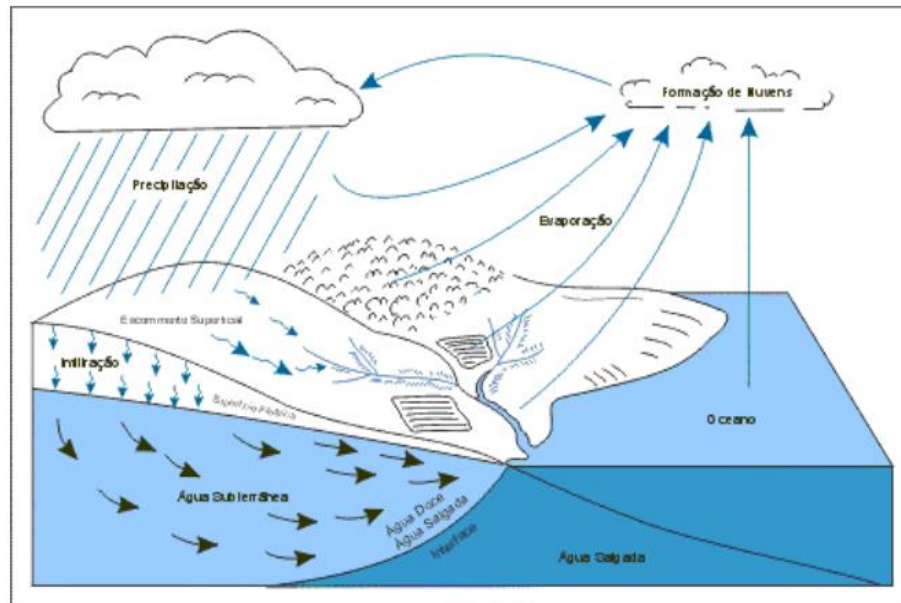
Enfim, diversos aspectos da experiência humana podem ser observados, como exemplo o senso de realização e valor, imaginação, identidade, fantasia, emoções, resistência, sublimação, entre outros (GABRIEL; CARR, 2002, p. 348), os quais serão trabalhados como referencial para a execução do objetivo desta tese. Tais conceitos serão desenvolvidos em profundidade nos capítulos seguintes. Contudo, vale pontuar que os conceitos relacionados à subjetividade selecionados para a pesquisa proposta são aqueles trabalhados por Lélia González (2020), Donna Haraway (2016) e Judith Butler (2017) tendo em vista a compreensão da experiência política das mulheres com a água por uma teoria não eurocêntrica, capaz de observar as dinâmicas sociais específicas da realidade brasileira.

3. Breve mapeamento da organização das águas no Brasil

O rio, malgrado seus mil rostos, recebe um destino único; sua fonte tem a responsabilidade e o mérito de todo curso. A força vem da fonte. A imaginação quase não leva em conta os afluentes. Ela quer que uma geografia seja a história de um rei. O senhor que vê passar a água evoca a origem lendária de um rio, sua fonte longínqua. Há um evemerismo potencial em todas as grandes forças da natureza.
(Gaston Bachelard)

O contraste entre a fundamental importância da água para todos os setores da vida e sua natureza eminentemente finita salienta o problema da gestão dos recursos hídricos em sua dimensão organizacional e política. Ao mesmo tempo que se trata do controle da disposição dos corpos hídricos, pauta-se em um cenário hermético, cuja finitude torna a água um bem disputado em relações de forças fragmentadas e assimétricas. A imagem 1 ilustra a realidade da água como um ciclo composto por uma quantidade finita dividida em parcelas visíveis e invisíveis ao olhar humano.

Imagem 3: Ciclo da água



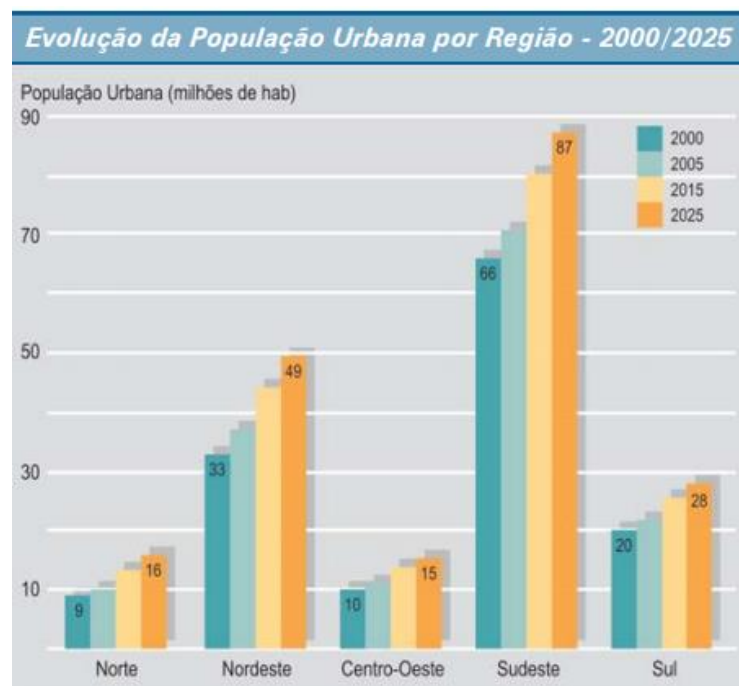
Fonte: Hidrologia Básica das Águas Subterrâneas. Heath (1983)

Mesmo diante dessa realidade finita, desde o final do século XX, os discursos dos principais órgãos do governo expressam como principal objetivo a criação de uma gestão capaz de conciliar os interesses econômicos, sociais e empresariais relacionados à água. Essa perspectiva ficou conhecida como gestão integrada dos recursos hídricos ou, ainda, governança dos recursos hídricos (ZWARTEVEEN; BOELEN, 2014), de modo que, nos últimos anos, os problemas relacionados à água passaram a ser compreendidos como um problema de gestão, cujo melhor caminho seria a descentralização das decisões, o planejamento estratégico por parte dos governos e a reformulação da legislação e normas institucionais (TUNDISI, 2013). Além disso, marco nas discussões internacionais da água, a conferência *Global Water Partnership Framework for Action* declarou, ainda no início dos anos 2000, a crise hídrica essencialmente como um problema de gestão (TUNDISI, 2013, p. 224).

De acordo com Ahlers e Zwartveen (2009), com a expansão do paradigma neoliberal, o foco das discussões governamentais acerca do tema tem deixado de lado a ênfase no abastecimento e desenvolvimento tecnológico e deslocando-se para o âmbito da regulamentação e reformas institucionais as quais, muitas vezes, corroboram interesses de grandes corporações. Trata-se de um objeto de estudo que suscita reflexões sobre os valores legais, cujos fundamentos estão presentes também nos tópicos abordados pela administração, uma vez que passam pelas tensões de interesses, gestão de conflitos e bens escassos (LENKE, 2018).

Da mesma maneira, Melo (2019), ao expor a situação da crise hídrica na região Sudeste do Brasil, aponta como a complexidade da gestão das águas tem sido acentuada pelo alto avanço nas taxas de urbanização dos estados, como mostra o IBGE ao constatar um aumento de 31% em 1940 para 85% em 2015 no Brasil, chegando até 93% na região Sudeste. De acordo com os dados utilizados para o planejamento nacional elaborado pela Agência Nacional das Águas (ANA), a tendência é que a urbanização dos estados continue crescendo na mesma maneira pelo menos até o ano de 2025, período abordado pelas projeções estatísticas, conforme a imagem 2.

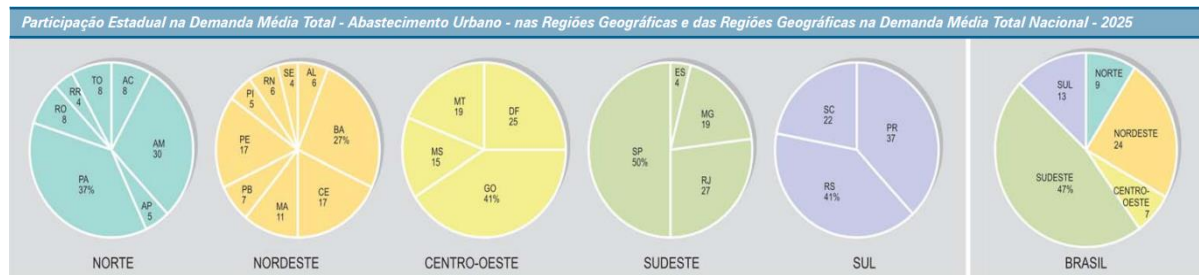
Imagem 4: Evolução da população urbana por região



Fonte: Atlas Brasil de Abastecimento Urbano, 2015

De acordo com a mesma agência, o índice de abastecimento urbano nacional, medido pela razão entre demanda e disponibilidade de água, mostra que o sistema atual de abastecimento é insuficiente para atender à demanda total do país nos próximos anos, sendo que pelo menos 55% dos municípios brasileiros necessitam de investimento para ampliação do seu sistema de abastecimento. Com relação à realidade específica da região Sudeste, devido a sua alta densidade demográfica, 47% da demanda média de abastecimento nacional é destinada ao seu uso, conforme indicado pela imagem 3.

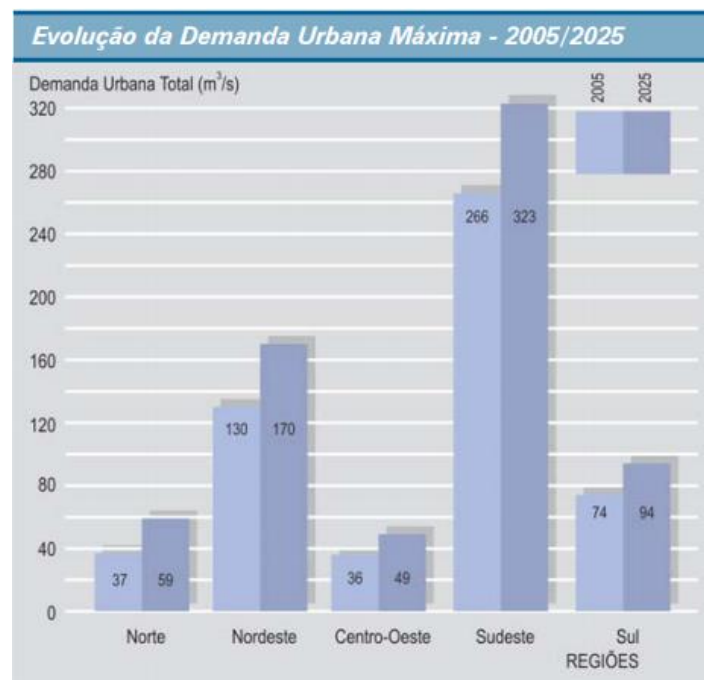
Imagem 5: Participação estadual na demanda média total nas regiões geográficas



Fonte: Atlas Brasil de Abastecimento Urbano, 2015.

Considerando que a maior parte da demanda por investimentos em ampliação do sistema de abastecimento de água é originada pelos grandes aglomerados urbanos, evidencia-se o Sudeste também como a região de maior demanda por investimentos em infraestrutura de coleta e abastecimento água do país. Em paralelo, os estados do Nordeste formam a região a qual demanda maior investimentos na superação da escassez de água devido ao clima de semiárido, conforme se pode observar na imagem 4.

Imagem 6: Evolução da demanda urbana máxima – 2005/2025



Fonte: Atlas Brasil de Abastecimento Urbano, 2015.

Além da relação entre regiões geográficas do país e crescimento urbano, devem-se destacar também as múltiplas formas em que a água é utilizada e compreender a composição de sua demanda, a qual não se restringe ao abastecimento da população e consumo pessoal.

Atualmente, a água doce é consumida pelos seguintes seguimentos: 70% para irrigação e agricultura; 11% para abastecimento urbano; 10% para dessedentação animal; 7% em uso industrial; 2% para abastecimento rural (ANA, 2019).

Além disso, vale sublinhar que a mineração também representa um dos principais utilizadores das águas do país, não apenas pela sua alta necessidade de abastecimento, mas pelos outros impactos ambientais associados, como assoreamento dos corpos d'água superficiais, diminuição da recarga e rebaixamento do lençol freático, perda de sedimentos e erosão do solo, supressão de vegetação, degradação de matas ciliares, poluição das águas superficiais e subterrâneas (lançamento de efluentes tratados e *in natura*, diminuição do oxigênio dissolvido, alteração da cor, liberação de metais pesados, salinização etc.), alterações no relevo, na paisagem, poluição visual, entre outros impactos (MECHI; SANCHES, 2010; RAMOS *et al.*, 2020).

Também é importante observar como as influências de fatores externos impactam diretamente a realidade hídrica do país. Exemplos determinantes são a estrutura política dos governos, o plano nacional de desenvolvimento econômico, as políticas públicas voltadas a outros temas que dialogam diretamente com o uso da água e a dispersão de competências legais voltadas ao meio ambiente (MELO, 2019).

Essa complexa realidade resultou na criação da Lei n.º 9.433 que consolidou a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Nesse contexto, foi criado o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), o qual é delimitado pelo seguinte campo de ação: “fazer a gestão dos usos da água de forma democrática e participativa, coordenar a gestão integrada das águas, arbitrar administrativamente os conflitos relacionados aos recursos hídricos, planejar, regular e controlar o uso, bem como a recuperação dos corpos d'água, promover a cobrança pelo uso da água” (MELO, 2019; Fernandez, 2017).

De acordo com Fernandez (2017) essa política foi criada para organizar e tornar mais eficiente o uso das águas, bem como para garantir o acesso à água como direito básico à população. Vale ainda frisar que essa regulação foi desenvolvida ao lado da política nacional do meio ambiente, a qual assegura a dimensão da participação democrática nos processos decisórios acerca da água, “classificando-a como um bem comum de titularidade difusa” (CAMARGO, 2018). Isso quer dizer que rios, córregos e outros corpos hídricos possuem natureza jurídica diferente dos

demais “espaços físicos de domínio privado”, não pertencendo a “pessoas específicas, mas ao povo, como um bem de primeira necessidade” (CAMARGO, 2018).

Por outro lado, a amplitude de problemas indiretos relacionados ao uso da água, como controle de riscos e preservação do meio ambiente, somam-se à falta de clareza de competências entre municípios, estados e federação. A necessidade de adequação desses diversos aspectos também motivou a elaboração de outros mecanismos legais, como a Lei Complementar 140/2011 (BRASIL, 2011) para conciliar os interesses imediatos ao objetivo da proteção da natureza para as gerações futuras.

Embora o escopo do trabalho não aborde a interpretação de toda a legislação brasileira relativa à água, faz-se relevante compreender, como explica Camargo (2018), que as decisões jurídicas relacionadas ao meio ambiente devem se pautar pelos seguintes princípios de direitos apontados pela Lei das Águas:

1) A água é um bem de domínio público; 2) É um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; 3) Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; 4) Proporcionar o uso múltiplo das águas; 5) A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; 6) a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades (BRASIL, 1997).

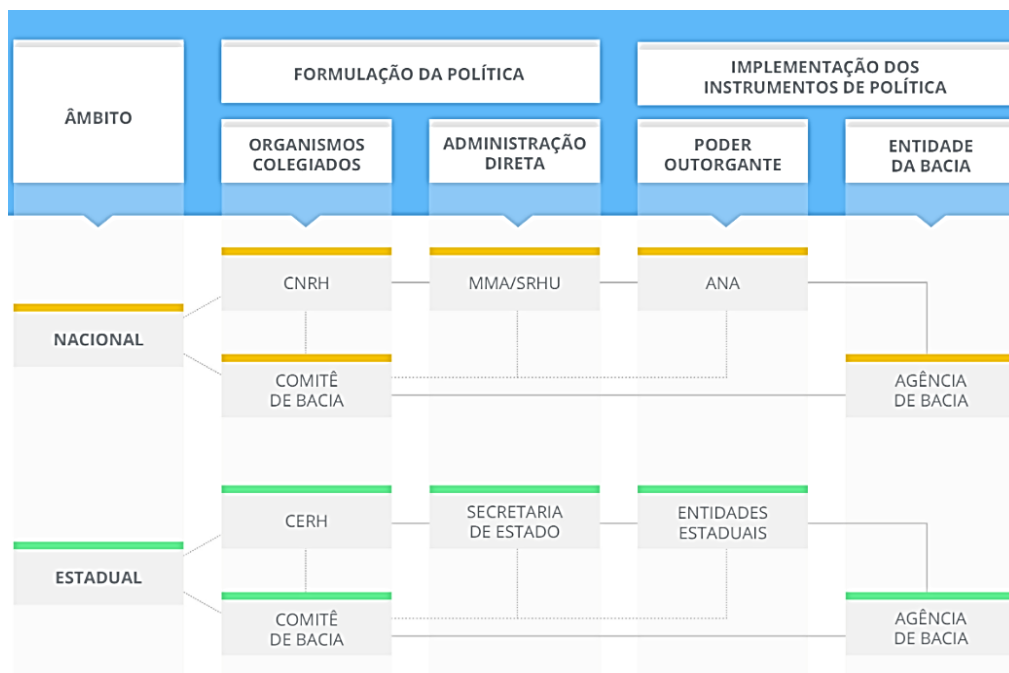
Como objetivo geral, a Lei ainda declara o incentivo, a promoção da captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais, bem como a promoção da melhora constante da eficiência, qualidade e sustentabilidade da água a longo prazo (BRASIL, 1997). Ou seja, trata-se de uma perspectiva que tem como foco a relação entre eficiência e qualidade dos usos da água e atendimento a todos os seus usuários.

Nesse sentido, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Imagem 5) recorre a outros órgãos de governo como a Agência Nacional de Águas (ANA), conselhos nacionais e estaduais, secretarias, gestores estaduais de recursos hídricos, comitês de bacias hidrográficas e agências de bacia. Essas instituições, de acordo com o resumo executivo do relatório anual da ANA (2019), buscam levantar e consolidar informações técnicas sobre a qualidade da água, controle da poluição direta e indireta causada por agentes difusos e a consolidação de informações probabilísticas de variáveis naturais ligadas ao clima, além de instituir a bacia hidrográfica como unidade territorial primária de controle legal.

De acordo com a Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos (FERNANDEZ, 2017), a atuação do sistema transita em torno de quatro categorias dos chamados “instrumentos de gestão”, tais como: instrumentos legais os quais visam à elaboração de decretos e resoluções; instrumentos de planejamento, responsáveis pelos enquadramentos das águas e modelagens probabilísticas; instrumentos de informação, responsáveis por criar sistemas de monitoramento e suporte a decisões e, por fim, instrumentos operacionais, referentes a outorga, fiscalização, licenças, proteção de mananciais e cobrança de valores aos usuários.

Já a Agência Nacional das Águas (ANA), tem como objetivo “o planejamento e a efetividade dos instrumentos de gestão, como o enquadramento de corpos hídricos em classes de qualidade”, a diminuição das lacunas de informação no País e a identificação de “novos focos importantes para investimentos que garantam o acesso à água de boa qualidade em todas as regiões” (ANA, 2019, p. 42). Os comitês de bacias hidrográficas são os responsáveis por atingir as metas estabelecidas por um plano diretor, visando, por exemplo, à garantia de padrões de qualidade e múltiplos usos da água (ANA, 2019).

Imagem 7: Estrutura organizacional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos



Fonte: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/fortalecimento-dos-entes-do-singreh>

De acordo com Abers e Jorge (2005), a criação desses órgãos de gestão foi justificada pela dificuldade histórica do Brasil frente à gestão de suas águas. Com fins de conciliação entre os poderes municipais e estaduais, apresenta-se também como instrumento de descentralização da

gestão, o qual deve priorizar as bacias hidrográficas como unidade de gestão e aproximar o processo de abastecimento público e saneamento básico do poder regional. Deixa, no entanto, como lacuna o antagonismo de interesses entre os múltiplos usuários da água como um recurso limitado, ficando a cargo da governança a supressão dessas contradições (TUNDISI, 2013).

3.1. Água e subjetividade: uma perspectiva decolonial sobre poder na natureza

Achille Mbembe (2019), extrapolando o campo legal, traça uma crítica ao sujeito de direito da modernidade ao apontar o apagamento da história da escravidão como principal entrave da ciência política no mundo atual. O autor argumenta que as experiências recentes da história política dos países, como campos de morte e destruição humana desvelam a necessidade de pensamentos que ultrapassem a discussão sobre o sujeito pautada na relação entre objeto e conhecimento conforme os clássicos filosóficos, mas que gire em torno de dimensões mais palpáveis e menos abstratas como a vida e a morte.

Para o Mbembe (2019, p. 28), diante da perda do lar, dos direitos sobre o corpo e do estatuto político, a “vida do escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte-em-vida”. Pela ótica atual, o autor afirma que a noção de sujeito de direito surge com a emergência do mundo moderno, cuja legitimação do conhecimento formal é baseada na negação da condição de humano aos escravos por meio da privação da vida como posição subjetiva existencial fundamental à noção de sujeito da modernidade.

Tal abordagem explica a realidade social a partir de acontecimentos contemporâneos os quais levaram à “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2019, p.10). Como exemplo,

as câmaras de gás e os fornos foram o ponto culminante de um longo processo de desumanização e de industrialização da morte, sendo uma de suas características originais a de articular a racionalidade instrumental e a racionalidade produtiva e administrativa do mundo ocidental moderno (a fábrica, a burocracia, a prisão, o exército). Mecanizada, a execução em série transformou-se em um procedimento puramente técnico, impessoal, silencioso e rápido (MBEMBE, 2019, p.21).

Indo além da problemática do controle dos fenômenos naturais da população como o controle da natalidade e a mortalidade, o autor enfatiza as experiências históricas de campos de morte e

destruição humana, como o Holocausto para evidenciar a necessidade de pensamentos que ultrapassem o “romance da soberania” (p. 10). Desse modo, articulando as noções de Estado de Exceção em Agambem e o conceito de biopoder em Foucault, Mbembe (2019) trata do desenvolvimento das tecnologias que promovem silenciosamente a morte de uma quantidade precisa de pessoas e evidenciam a “política como uma forma de guerra” (p. 6).

O argumento de Mbembe (2019) parte da consideração de que, em uma espécie de “giro copernicano” da filosofia, Kant, ainda no séc. XVIII, define a liberdade como a emancipação da consciência humana por meio do conhecimento da realidade que a limita, levando à conhecida dicotomia entre razão e natureza. Considera-se que a busca iluminista pela liberdade direcionou o foco da filosofia moderna à questão do sujeito de conhecimento e os desdobramentos da virada filosófica da modernidade se refletem na perspectiva que trata a razão como “verdade do sujeito e a política o exercício da razão na esfera pública” (p. 10).

Dessa maneira, Mbembe (2019) evidencia que o iluminismo enquanto suposto ideal revolucionário de “liberdade, igualdade e fraternidade”, apenas foi possível devido à negação da condição humana à população negra diante da escravidão. De acordo com o autor, essa lacuna se deve ao apagamento da materialidade econômica na construção do pensamento político da época e ressalta que foi justamente o cenário de lutas e revoltas coloniais que inspirou Hegel, por exemplo, a propor como caminho para libertação humana sua “célebre metáfora da ‘luta de vida ou morte’ entre senhor e escravo” (BUCK-MORSS, 2000, p. 75)⁶. Nesse sentido, enquanto as revoluções do final do séc. XVIII buscavam transmitir uma imagem de libertação, tomando como referência a servidão feudal, a escravidão colonial era persistentemente ignorada nas principais teorias políticas da época. Buck-Morss (2000) mostra que:

era em meio a essa transformação que escreviam os pensadores do iluminismo francês. Enquanto idealizavam populações coloniais com o mito do bom selvagem (os “índios” do “Novo Mundo”), o sangue vital da economia escravista não lhes importava. (...) ‘O homem nasceu livre, e em toda parte vive acorrentado’, escreveu Rousseau nas primeiras linhas de seu *Do contrato social*, publicado pela primeira vez em 1762. Nenhuma condição humana lhe parece mais ofensiva ao coração ou à alma do que a

⁶ De acordo com Buck-Morss (2000) a dialética do senhor e do escravo, uma das elaborações filosóficas mais importantes de Hegel, foi escrita pela primeira vez em *A fenomenologia do espírito*, em Jena “entre 1805 e 1806 (o primeiro ano da nação haitiana) e publicado em 1807 (ano da abolição britânica do tráfico de escravos)”. Este fato mostra forte indício de que o pensamento hegeliano foi influenciado por esses acontecimentos.

escravidão. E mesmo Rousseau, santo padroeiro da Revolução Francesa, enquanto condena incansavelmente a instituição, reprime da consciência os milhões de escravos de fato existentes sob o jugo de senhores europeus (BUCK-MORSS, 2000, p.51).

Nessa perspectiva, o trabalho, além de negar os limites impostos pela natureza, também é a margem que separa vida e morte. Para além da conhecida apropriação marxista do pensamento hegeliano, a qual aplica a dialética do senhor e do escravo à criação da consciência de classe, Mbembe (2019) enfatiza uma dimensão que em sua visão, é anterior ao problema da classe, a construção da raça. Para isso, assinala um sentido comum entre a classe trabalhadora industrial e os chamados não civilizados da colônia ao apontar que ambos foram destituídos de sua condição de humanos. Dessa maneira, uma vez que a divisão de classes tem como requisito o controle sobre o corpo é possível falar em um “racismo de classe”, o qual pressupõe a separação da “espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros” (MBEMBE, 2019, p. 17).

Redirecionando a discussão para a questão da água, pode-se apontar o argumento levantado por Fernandez (2017) sobre a trajetória histórica da legislação brasileira acerca da água que começa ainda nos primeiros anos do Brasil colônia com as Ordenações Filipinas de 1600. Esta delimitava a questão saneamento básico, preservação dos recursos ambientais e concessão das águas dos rios navegáveis aos direitos reais, sendo que apenas a partir de uma série de mudanças legais marcadas pela Constituição do Império em 1824, Constituição Republicana de 1916 e no Código Civil de 1890, a água passou a ser de domínio nacional e o foco da legislação direcionou-se a assegurar direitos de navegação e pesca. Apenas com a Constituição Republicana de 1891, traçou-se uma normativa concernente à separação entre os domínios legais dos rios “estaduais” e “federais”.

Durante esse período, a água era declarada essencialmente como bem privado e de valor econômico limitado. Já em 1934, aponta Fernandez (2017), com a criação do código das águas, foi estabelecido o modelo público-privado visando ao aproveitamento das águas para navegação, geração de energia hidráulica, concessões, autorizações e distribuição das fiscalizações à União, estados e municípios. Essa evolução histórica culminou com a Constituição Federal de 1988 pela qual foram declarados os direitos nacionais territoriais sobre a água, bem como foi atribuída ao governo federal a responsabilidade da criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), com o intuito de prever e controlar situações de secas e inundações, implantar matas ciliares para proteger os corpos de água e criar programas de racionalização. Com isso, foram criadas as Leis Estaduais de

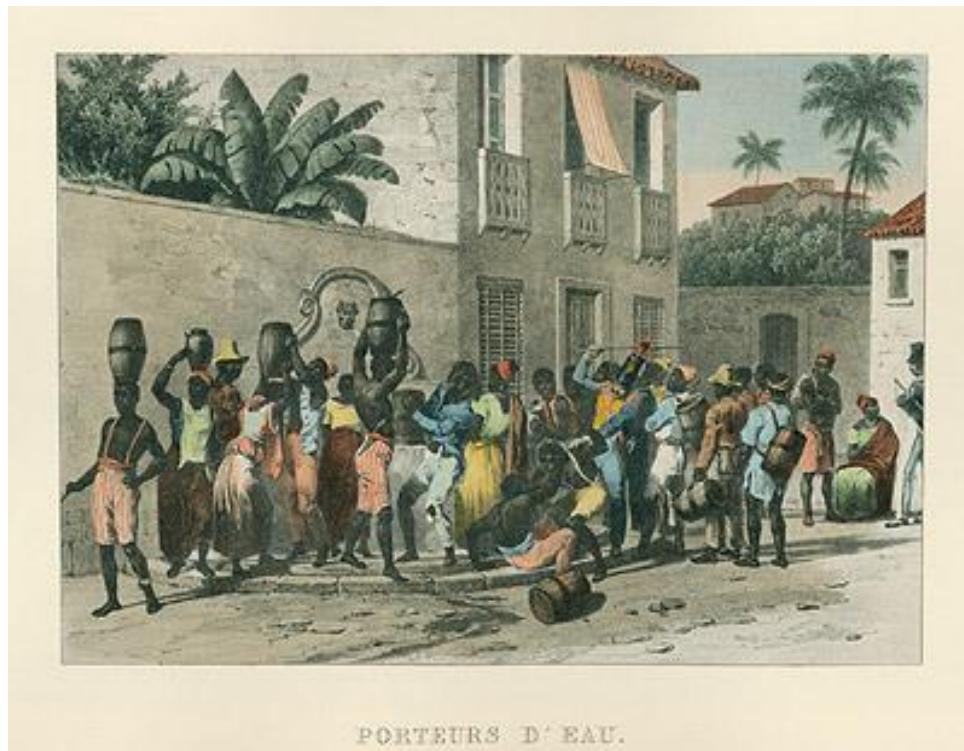
Recursos Hídricos e a Lei das Águas, consideradas avanços governamentais consideráveis no sentido da preservação do meio ambiente de acordo com Camargo (2018).

No entanto, autores como Andres (2017) destacam a existência de aspectos derivados de outros eventos históricos no cenário atual da Política Nacional de Recursos Hídricos, como as reminiscências das origens escravocratas do sistema brasileiro de abastecimento de água. Além disso, o autor sublinha o longo processo de mercantilização das águas ocorrida no período do governo militar e a influência da entrada de empresas estrangeiras no Brasil como acontecimentos pouco discutidos, mas que tornaram a água potável um bem restrito às elites econômicas do país, tendência contrária ao que ocorre na maioria dos países da Europa, onde vigora a política da água e saneamento como direito universal. Atualmente, Andres (2017) aponta que, com a “evidente inaptidão” do modelo privado como meio de abastecimento para os grandes centros urbanos, torna-se evidente que o problema do abastecimento de água só pode ser resolvido pela atuação pública.

Em razão dessa perspectiva crítica, a qual enfatiza a água como direito universal, foram construídas as autarquias e empresas públicas ao longo do século XX, cujos recursos “nunca foram suficientes para suprir as demandas – cada vez maiores, devido à precária e vertiginosa urbanização” dos estados. Dessa forma, apesar de todas as transformações históricas mencionadas acima, a vida cotidiana da população de baixa renda do país é marcada pela continuidade do problema que, como mostra Andres (2017), transformou-se apenas no âmbito formal. Comparando a imagem produzida pelo artista Rugentas, vista na imagem 6, à cena de violência policial na manifestação de servidores da CEDAE⁷ no Rio de Janeiro, o autor aponta paralelos entre homens e mulheres negras coletando água em fontes públicas e a privatização das companhias estaduais de águas e esgotos da atualidade.

⁷ Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro.

Imagem 8: Lavadeiras do Rio de Janeiro, Johann Moritz Rugendas, 1835



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras

O paralelo traçado por Andres (2017) é uma crítica ao modelo de estímulo a privatizações das companhias estaduais, como é o caso da COPASA em Minas Gerais e da SABESP, em São Paulo, as quais possuem, hoje, “quase metade do seu capital pertencente a acionistas privados”. Evidenciando a contradição dessa situação, o autor explica que transformar a água em uma mercadoria conforme o ideal do liberalismo econômico ignora estrategicamente o fato de que as “pessoas pagarão qualquer preço por um bem que é vital”. Para o autor, essa contradição sublinha a diferença essencial entre os sentidos das empresas públicas e privadas. As primeiras visam ao acesso universal à água, enquanto as corporações de capital aberto buscam, antes de tudo, a maximização dos lucros (ANDRES, 2017).

Exemplos dessa situação são citados pelo autor, como o caso da SABESP que “em tempos de crise hídrica oferta descontos para que empresas com grande consumo paguem até 50% menos pelo consumo de água do que uma residência comum”, registrando lucros anuais de 2 bilhões de reais em períodos sem crise hídrica”. Ademais menciona-se o exemplo da COPASA que, desde sua privatização em 2003, “distribuiu mais de 1,7 bilhão de reais a seus acionistas”, ao mesmo tempo que deixa uma grande parcela da população sem esgoto tratado e água encanada,

explicitando, desse modo, a natureza antagônica e não conciliável de interesses opostos relacionados ao meio ambiente.

Vale ressaltar que os conflitos entre iniciativas públicas e privadas na gestão de bens de primeira necessidade como a água se refletem em questões subjetivas como abordadas pela perspectiva foucaultiana em *O Nascimento da Biopolítica*, uma vez que, para o autor, “os problemas específicos da vida e da população foram postos no interior de uma tecnologia de governo” (FOUCAULT, 2008, p. 329), cuja característica fundamental é garantir a segurança dos fenômenos naturais ligados à população. Por uma “gestão calculista da vida” (HAN, 2018, p. 33), a população, portanto, representa seu objeto principal, “isto é, aquilo sobre o que, para o que são dirigidos os mecanismos para obter sobre ela certo efeito, [quanto como] sujeito, já que é a ela que se pede para se comportar deste ou daquele jeito”.

Partindo da contradição fundamental posta pelo liberalismo econômico, Foucault (2008) evidencia as limitações das democracias contemporâneas ocidentais no estabelecimento de limites de competências do governo e da esfera da liberdade dos indivíduos. Nesse sentido, aponta para uma série de crises de governamentalidade geradas pela “irracionalidade própria do excesso de governo ao valorizar a lógica da concorrência pura, no terreno econômico, ao mesmo tempo que enquadra o mercado por meio de intervenções estatais” (FOUCAULT, 2008, p. 526). É nesse contexto que pode ser compreendida a biopolítica como fundamento das relações de poder que constituem a subjetividade humana em um sistema de controle em que a busca pela liberdade individual se dá em um campo de possibilidades controladas.

Por meio de técnicas organizacionais como as formas de normalização que se exercem sobre os corpos dos indivíduos e dos fenômenos naturais aleatórios, inclusive de ordem natural, como o clima e as chuvas, a despeito dessas diversas experiências de contraconduta, o autor afirma que a vigilância, o controle e a disciplina nunca deixaram de ser mecanismos adotados como método de governo da população. A partir disso, conclui-se com a observação de que a noção de falta de água é interpelada por uma realidade de estrito controle governamental dos meios vitais da população e que ações cotidianas dos sujeitos que escapam ao domínio da segurança de determinadas parcelas da população em detrimento de outras, como compartilhamento de água, podem ser entendidas como forma de resistência política frente ao cenário vislumbrado por Mbembe (2019), o da necropolítica.

4. Relações hidrossociais à luz do feminismo decolonial

Com este capítulo, buscamos uma base conceitual capaz de refletir sobre as influências da dominação colonial na construção do conhecimento sobre as relações hidrossociais de gênero. Para tanto, recorremos a autoras do feminismo decolonial como Lélila González (2020), Gayatri Spivak (2015), Donna Haraway (2000; 2016), Val Plumwood e Catriona Sandilands (1994) e Grada Kilomba (2019) para lançar luzes à relação entre água e gênero partindo de uma *sujeita subalterna*, a qual extrapola a racionalidade moderna se relacionando de maneiras diferentes com a natureza e o meio ambiente (SHIVA, 2014). Tal perspectiva foi adotada diante da premissa de que a relação entre água e gênero se dá na produção da subjetividade humana (YURJRA, 2008), a qual segundo Mbembe (2019) estrutura-se em relações de poder calcadas nos processos históricos de dominação e colonização.

Além disso, a perspectiva do feminismo decolonial foi escolhida diante da necessidade de fazer emergir no texto acadêmico vozes dissonantes, muitas vezes deixadas como pontos cegos à ciência hegemônica, indo além dos modelos tradicionais da filosofia moderna. Como destaca Cruz (2011), tratam-se de vozes silenciadas diante da complexidade em “se fazer entender através da língua do 'outro'": o sujeito do “Terceiro Mundo” na “conjuntura do discurso ocidental(izado)” (CRUZ, 2011, p. 254). Ao mesmo tempo, por essa abordagem é possível responder ao desafio enfatizado por Spivak (2015), a saber, “fazer falar o texto de outras”, como um constante processo de criação de meios pelos quais essas *sujeitas* possam falar e ser ouvidas, sem, contudo, cair na presunção intelectual de “dar voz” ao sujeito marginalizado.

De acordo com Hollanda (2020), a perspectiva decolonial, à parte de sua dimensão cronológica, marcada pela independência da Índia e pelos processos emancipatórios na Ásia e na África, inicia-se com o surgimento dos nacionalismos do “Terceiro Mundo” e com os processos massivos de imigração para os países industrializados. Como reflexão filosófica, aponta para a problematização da produção do Ocidente pela criação do outro-Oriente. No caso brasileiro, Lélia González (2020), precursora da perspectiva decolonial, aborda as implicações decorrentes da história da escravidão no país nos processos de luta no nível da subjetividade humana. Em teorizações acerca da constituição do sujeito, a autora mostra como as teorias críticas vigentes

ainda no início dos anos de 1980 eram produzidas em função do apagamento dos processos de colonização por meio do chamado mito da democracia racial.

Construindo um arcabouço teórico amplo, que abarca a realidade em seus diferentes níveis, González (2020) nota como o corpo e a subjetividade são constituídos diante de um ideal imposto de branquitude o qual se autodetermina como norma. Ao mesmo tempo, assim como Haraway (2000; 2016), Preciado (2017) e Spivak (2015), a autora explicita como a dominação da natureza é dada pelo controle do sexo, da reprodução da espécie e da subjetividade humana produzindo diferentes formas de humanidade no planeta (HOLLANDA, 2020). Vale notar ainda que, antes de Butler (2017), autoras como González (2020) e Figueiredo (2016) identificaram na realidade do “terceiro mundo” e latino-americana uma fluidez identitária evidente nas formas de viver das mulheres do campo, indígenas, negras e de populações tradicionais.

Além disso, é importante compreender que cada realidade é marcada por aspectos determinantes e que modificam a forma em que a ciência social crítica deve se aproximar de seus temas de estudo. No caso brasileiro, merece destaque o fato de que as relações e identificações sociais se estabelecem em torno do racismo. Para Hollanda (2020), o feminismo latino-americano foi o responsável por articular a matriz sexo/gênero/raça, evidenciando que as raízes do patriarcado na formação dos Estados Nacionais ocorreram, sobretudo, por meio da violação das mulheres nativas. Para Lélia Gonzales (2020), o “mito da cordialidade erótica das relações sociosexuais entre o colonizador português e a negra escravizada” sustenta, em grande medida, a visão eurocentrada da realidade atual, a qual naturaliza as exclusões e subalternidade da mulher negra (HOLLANDA, 2020).

É por essa razão que a aceitação do feminismo branco norte-americano e europeu, popularmente difundido no Brasil nos anos entre 1960 e 1990, desvela, hoje, lacunas insuperáveis as quais resvalam nos estudos sobre as relações hidrossociais. Ao passo que por um olhar afrocentrado existem modos distintos de compreender a realidade que vão além da racionalidade capitalista cujo principal horizonte de sentido é medir, quantificar e padronizar aquilo que pode ser conhecido como meio de controlar aquilo que se conhece (HOLLANDA, 2020).

Nesse ponto, pode-se recordar o que diz Quijano (1992) acerca do padrão mundial de conhecimento. O autor é expoente em conceber como a noção de raça, imposta por meio das

categorizações como índios, negros, marrons, amarelos, brancos, mestiços intercalam-se às classificações geoculturais, a saber, América, África, Oriente Distante, Oriente Próximo, Ásia Ocidental e Europa. Com relação ao feminismo, Spivak (2015) ainda aponta que esses processos passam pelo “olhar que desafia a modernidade ocidental enquanto projeto máximo da evolução do ser humano, desvelando-a como aquilo que realmente é: um projeto imperialista, racista, de domínio e morte”.

A autora explica que mesmo no interior da crítica pós-estruturalista à filosofia iluminista, encabeçada por Michel Foucault, as mulheres não brancas são entendidas como subordinadas, não pelo gênero, mas por uma oposição ao sujeito de direitos da filosofia moderna. Uma vez que não eram observadas as características femininas possuídas pelas mulheres brancas do norte global, as mulheres do “Terceiro Mundo” são descritas não apenas como subordinadas, mas também “como animais, em um sentido mais profundo que o da identificação das mulheres brancas com a natureza” (LUGONES, 2008, p. 94). Para Spivak (2015), “as fêmeas não brancas eram consideradas animais no sentido de seres “sem gênero”, marcadas sexualmente como fêmeas, mas sem as características da feminilidade”.

Vale notar que, ainda que com uma distância temporal de aproximadamente 30 anos, as obras de Spivak (2008) e González (2020) se encontram no consenso de que as ideologias eurocêntricas são imputadas pelos colonizadores na experiência subjetiva das mulheres negras e pobres, as quais são destituídas de qualquer linha de ascensão social. Ainda que não utilize especificamente o termo “sujeito subalterno”, González (2020) demonstra como os processos de subjetivação em sua relação com o simbólico na cultura brasileira se relacionam um modo próprio de ser, de sentir e de pensar baseados em uma “menos-valia” psicológica, cultural e ideológica deixada pela colonização.

Por outro lado, a relação entre mulheres e água é conhecida na cultura popular, nos espaços de elaboração de políticas públicas, no meio acadêmico e até mesmo no senso comum. Seus desdobramentos se refletem e se ramificam pelas diversas atividades humanas e da sustentação da vida. Chamado de “bem de primeira necessidade”, a água é naturalizada no cotidiano de algumas parcelas da sociedade: quanto mais transparente, menos notada. Sultana e Loftus (2019) enfatizam como a água está presente no cotidiano das pessoas: nos alimentos, nas roupas, na produção de qualquer mercadoria, enfim, em todos os aspectos da sobrevivência.

Quanto aos seus desdobramentos no campo dos estudos de gênero, consequências específicas desse contexto podem ser observadas. Camargo (2018) frisa como

grande parte das famílias, hoje, são comandadas por mulheres! São elas que passam valores ecológicos e sociais aos filhos, são elas que cuidam dos anciões, lutando por sua saúde junto a processos de medicina, totalmente apartados de generosidade. Trabalham em locais insalubres, físico e moralmente, sem nenhum alento sequer. Destaque: ocupam espaços públicos e dão conta de tudo e de todos e todas. Ou seja, os valores e percepções femininos, quer técnicos, científicos, políticos, dentre outros, são pouco observados e acatados pelos pares masculinos (CAMARGO, 2018, p. 272).

Na questão do saneamento básico também se podem observar, de acordo com Matos (2018), diferenças determinantes nos problemas enfrentados por homens e mulheres. Em suas pesquisas, a autora frisou como os domicílios chefiados por mulheres estão localizados em regiões da cidade com maior quantidade de esgoto não tratado. Essas áreas, denominadas como subnormais pelas estatísticas, são, de acordo com Matos (2018), chefiadas em sua maioria por mulheres negras e enfrentam uma série de problemas relacionados a questões de saúde pública – dengue, chicungunha e outras doenças – e a falta de condições adequadas de captação e armazenamento de água. Como já denunciava González (2020, p. 40), a situação vivenciada pela mulher negra com a água se insere em um histórico de dupla exploração:

No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às três ou quatro horas da madrugada para “adiantar os serviços caseiros” e estar às sete ou oito horas na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo.

Ainda, os campos de estudo que abordam de forma mais direta a questão dos recursos hídricos também compreendem os problemas de gênero como um assunto novo, porém em expansão. Isso pode ser visto pela variedade de áreas cuja apropriação do tema conforma objetos trabalhados por pesquisadores da geografia, do direito, da economia, da antropologia, da história e da engenharia ambiental. A tabela 1 abaixo mostra um breve levantamento de algumas das principais pesquisas relacionadas ao tema na atualidade.

Quadro 2 - Pesquisas atuais sobre mulheres e água

| Pesquisadora | País | Abordagem | Área do Saber |
|---|-------------|--|---------------------------|
| Alexis Wick (2013) | Líbano | Crítica ao eurocentrismo; relação entre Mar Vermelho e mulheres | História |
| Astrida Neimanis (2013) | Austrália | Fenomenologias pós-humanas para corpos planetários de água; ecologias <i>queer</i> , epistemologias feministas, novos materialismos, colaborações arte/ciência/ teoria e alter-antropoceno | Artes e Ciências Sociais |
| Ben Page (2005) | Reino Unido | Mulheres e a produção social da água nos Camarões, pesquisa social sobre a história da água, desenvolvimento e a diáspora nos Camarões e na Tanzânia | Geografia |
| Daniela Nogueira (2009; 2017) | Brasil | Segurança hídrica, adaptação e gênero | Ciência Política e Gestão |
| Deepa Joshi (2005) | Reino Unido | Análise política e institucional de questões de gênero na gestão da água rural e assentamentos humanos urbanos e saneamento no Sul da Ásia | Antropologia |
| Eldis Camargo (2018) | Brasil | Gestão da água e paisagem natural, ecofeminismo e a participação das mulheres na gestão das águas | Direito Ambiental |
| Farhana Sultana (2019) | EUA | Ecologia política da segurança hídrica Urbana, governança da água, desenvolvimento pós-colonial, justiça social e ambiental, mudança climática e feminismo | Geografia |
| Jaclyn Patricia Best (2019) | Costa Rica | Mulheres (in)visíveis: representação e conceituação de gênero na governança e gestão da água | Ciência Política |
| Judith Sofia Echeverria Molina (2018) | Colômbia | Direitos Humanos à água; Políticas Econômicas | Direito |
| Laura elena Ruiz Meza (2011) | México | Riscos de desastres; Gênero; Vulnerabilidade socioambiental; Gerência de água | Sustentabilidade |
| Leila M. Harris (2020) | Canadá | A partilha da água e o direito à água; recusa, rebelião e resistência cotidiana | Geografia Política |
| Margreet Zwartveen (2014) | Holanda | Controle da água e desigualdades de gênero na era neoliberal | Engenharia Social |
| Melita Grant (2019) | Austrália | Gestão da água e igualdade de gênero | Ciência Política e Gestão |
| Pedro Celestino Pachaguayaya Yujra (2008) | Bolívia | Ecofeminismo e pós-desenvolvimento econômico | Antropologia |

| | | | |
|----------------------------|-----------|---|---------------------|
| Rhodante Ahlers (2009) | Holanda | Governança política da água e gênero, financeirização da infraestrutura hídrica | Ecologia Política |
| Shé Mackenzie Hawke (2013) | Eslovênia | Filosofia; Filosofia Feminista, justiça ecológica e alfabetização filosófica biossocial | Filosofia Ambiental |
| Susan Bazilli (2013) | Canadá | Águas transfronteiriças internacionais, ativismo das mulheres em direitos humanos internacionais. | Direito |

Fonte: elaborada pela autora

Esses trabalhos foram selecionados⁸ por desenvolver pesquisas as quais partem de uma reflexão crítica e historicamente situada sobre gênero e natureza. Ao total, foram encontradas dezessete pesquisadoras, sem considerar outras intelectuais fora do meio científico, vinculadas a ONGs ou secretarias de governo. Em sua maioria, as autoras estão localizadas na Europa, Austrália, Canadá, e Estados Unidos, sendo a maior parte dos trabalhos realizados a partir dos anos 2000. Já os temas abordados são problemas normalmente situados em países da África, América do Sul e Ásia.

De acordo com Gallo e Navarro (2018), a partir da década de 1990, o assunto das mulheres passou a ser cada vez mais discutido nas reuniões e conferências internacionais sobre água. Desde a conferência de Dublin em 1997, em que foi constatada o fundamental papel das mulheres no gerenciamento da água, o empoderamento feminino vem sendo abordado a partir de discussões mais amplas e atuais como a compreensão dos impactos profissionais, políticos e sociais causados pela falta de água e saneamento básico na vida das mulheres. O IV Fórum internacional da Água em 2006, por exemplo, teve como tema principal a discussão acerca da privação da educação básica, a formulação de legislações direcionadas a mulheres indígenas e a importância da inserção de mulheres nos espaços de decisões e governança dos recursos hídricos.

Apesar desses avanços teóricos, no caso deste trabalho, cujo foco está na relação entre água e gênero pela ótica da subjetividade, buscou-se uma base conceitual que fosse além do paradigma da submissão e opressão feminina, mas que abordasse também o âmbito positivo do poder, ou seja, como o poder pode ser observado nas dinâmicas criativas da subjetividade como modos de (re)existir e fazer política. Enfim, como afirma Foucault “nas malhas do poder os indivíduos

⁸ Pesquisa feita no Google Scholar com os termos água e gênero em inglês, português e espanhol. Na plataforma SPELL não houve retorno de resultados para a mesma busca.

não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer (...) poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder são sempre centros de transmissão” (FOUCAULT, 1982, p. 83).

4.1. Zonas de contato entre humano e não humano: em busca de novas subjetividades na decolonização da natureza e do corpo das mulheres

Conhecida por argumentar que a destruição da natureza e a violência contra mulheres do “terceiro mundo” originam-se na concepção desenvolvimentista de natureza, a filósofa indiana Vandana Shiva (2004) destaca como o meio ambiente é visto no capitalismo como recurso econômico inerte, passivo e “à disposição da humanidade”. A autora explica que, com a hegemonia da monocultura, o caráter plural e ecológico do conhecimento feminino passou a ser substituído pelos processos segmentados e fragmentados de produção em massa, sendo a privatização e mercantilização da agricultura as principais responsáveis pela exclusão das mulheres do seu papel de protagonismo e pela extinção das condições de sobrevivência feminina no terceiro mundo, como as fontes de água, de biodiversidade e de alimentos (SHIVA, 2014).

A partir dessa perspectiva, o feminismo considera a libertação do meio ambiente como principal objetivo, uma vez que a “sociedade sem exploração da natureza seria uma condição para a libertação da mulher” (SILIPRANDI, 2000, p. 63). Tal corrente teórica também se tornou conhecida por recuperar aspectos da cosmologia hindu e propor outros modos de compreensão da realidade englobando maneiras distintas de relação entre humanos e natureza, cujos modos de viver vão além da cultura de consumo. Como leitura filosófica da realidade, por se deter a uma visão essencialista, o pensamento de Shiva (2014) é frequentemente criticado por enxergar as mulheres como depositárias de um certo “princípio feminino”, bem como por realizar uma interpretação romantizada da cultura hindu. Além disso, Sorj (1992) mostra como esse pensamento carece de uma compreensão histórica da questão de gênero de modo a não reforçar estereótipos como afetividade e docilidade enquanto características naturais ao feminino.

É por essa razão que Siliprandi (2000) sustenta que o ecofeminismo pode também ser entendido como uma corrente do movimento ambientalista que trabalha a questão das mulheres. Por outro

lado, diante da complexidade presente nas identificações sociais, recorre-se ao argumento de Grebowicz e Merrick (2013), o qual sustenta que, mesmo em uma corrente única de pensamento, como é o caso do ecofeminismo, não há caminhos discursivos homogêneos.

Desse modo, podem ser apreendidas visões distintas às de Shiva (2014), como as de Val Plumwood e Catriona Sandilands que, na mesma direção de Latour (2004), Haraway (2000; 2016), Butler (1990) e Preciado (2017), partem da negação do dualismo entre natureza e tecnologia como crítica à organização social do conhecimento científico. Tal perspectiva contribui para questionar supostos laços exclusivos entre mulheres e natureza, bem como para incorporar a compreensão histórica e não essencialista à opressão das mulheres, da natureza e dos países do “terceiro mundo”.

Alinhadas ao chamado ecofeminismo *queer*, essas perspectivas buscam compreender caminhos para vidas mais “éticas e habitáveis para todos os organismos humanos e não humanos” do planeta (GREBOWICZ; MERRICK, 2013). Partindo da crítica ao colonialismo, ao capitalismo e ao patriarcado, corroboram Haraway (2000; 2016) em sua proposição de que a relação entre humano e natureza deveria ir além da posse e da reificação. Nas palavras da autora: “nem mãe, nem enfermeira, nem escrava, a natureza não é matriz, recurso ou ferramenta para a reprodução do homem” (HARAWAY 2003, p. 64, tradução nossa). De acordo com Grebowicz e Merrick (2013), o ecofeminismo *queer* pode ser visto na base do trabalho da filósofa, cujo destaque parte de seu pensamento singular sobre o tempo presente mostrando como a natureza é vista na construção do conhecimento científico na atualidade (BAZZICALUPO, 2016).

Reconhecendo que nenhuma forma de resistência escapa à biopolítica, Haraway (2003) nega a simples busca pela libertação do biopoder, afirmando a necessidade de, ao contrário, apropriar-se dele de formas irônicas, enredando a ação política ao próprio biopoder pela “potência invasiva da tecnologia biônica” (BAZZICALUPO, 2016, p. 147). Com a superação dos limites entre corpo e tecnologia, Donna Haraway propõe a possibilidade da criação da imagem do ciborgue como sujeito político pós-humano, por meio do qual se pode superar o antagonismo entre natureza e tecnologia diante do ciclo em que tanto a natureza humana é modificada pela tecnologia quanto a tecnologia é modificada pela natureza humana.

Desse modo, ao ultrapassar as tradicionais concepções de limites entre corpo e máquina, Haraway (2000, 2016) afirma que não há uma natureza humana aprisionada a ser liberada, mas um espaço vazio e a ser inventado e criado por uma série de modificações exponenciais no

corpo, na natureza, subjetividade e na condutas ética dos sujeitos pela “economia do governo e governo da economia”, conforme a noção de biopolítica (BAZZICALUPO, 2016, p. 83). Este ponto é crucial na distinção da perspectiva de Haraway sobre a natureza e das concepções do ecofeminismo essencialista, de retorno à “mãe-natureza”. A abordagem de Haraway (2016), portanto, não visa a um retorno a algum passado utópico e pré-tecnológico; pelo contrário, a autora ficou conhecida pela frase “prefiro ser uma ciborgue a ser uma deusa”.

Na mesma direção, Preciado (2017) aponta que, como consequência à oposição tradicional entre natural e artificial, as teorias que partem da sobreposição entre natureza e tecnologia são vistas com estranhamento. Isso acontece porque, mesmo depois do fortalecimento da crítica à construção histórica do sistema sexo/gênero, a dicotomia entre natural e artificial permanece nas ciências, sobretudo quanto aos aspectos relacionados ao corpo humano.

Visando esclarecer como se interligam tais dimensões, Preciado (2017, p.148) explica que, pela visão positivista do desenvolvimento da tecnologia, o homem é apresentado como separado e soberano em relação à natureza, cuja força apocalíptica deveria ser domada pelo desenvolvimento da razão humana. Recorrendo à filosofia de Haraway (2000; 2016), Preciado (2017) ressalta que o próprio surgimento do termo *humano* é formado pela noção de tecnologia como categoria central, a qual distingue o humano do não humano. O autor evidencia como “(hu)mano se define, inicialmente, como um animal que utiliza instrumentos, por oposição aos primatas e às mulheres” (PRECIADO, 2017, p. 148).

A tecnologia como esse conjunto de instrumentos também é abordada pela crítica pós-colonial ao caracterizar povos sem acesso à tecnologia, como indígenas ou mulheres, como parte da natureza e, por isso, disponíveis à dominação e exploração. Assim como Mbembe (2019), Preciado (2017) e Haraway (2000) destacam o binarismo presente na origem da filosofia moderna, cuja marca colonial do século XIX “definiu os corpos masculinos e femininos apoiando-se na oposição tecnologia/natureza, instrumento/sexo”. Preciado (2017, p. 148) sublinha ainda que, enquanto o corpo masculino é definido por sua relação com a tecnologia (“o ‘Instrumento’ o prolonga e, inclusive, o substitui”), o corpo feminino é visto como natureza.

Paralelamente, Garcia (2017) mostra como a natureza, ao longo da história, foi simbolizada como feminina: mãe, deusa, gaia, etc, características de gênero que também foram atribuídas à natureza por estudos científicos da modernidade. Harvey (1993) relata, por exemplo, a conhecida parábola do ovo e do espermatozoide, cujo simbolismo equivocado não deixou de

vigorar na atualidade ainda que novas descobertas científicas tenham sido demonstradas. Trata-se de uma metáfora que, para explicar o processo de fertilização, descreve o óvulo humano como uma célula passiva à espera por ser conquistada por um espermatozoide “masculino ativo, dinâmico e vigoroso após uma jornada difícil e árdua para reivindicar seu prêmio. O esperma soa estranhamente como um explorador em busca de ouro ou um empresário competindo por negócios” (HARVEY, 1993, p.12)⁹.

As reflexões do ecofeminismo *queer* envolvem todas as consequências dessas relações entre natureza e conhecimento partindo dos horizontes vislumbrados pelo movimento feminista. Como exposto por Gabriel (2011, p. 168), “o ecofeminismo nos faz pensar que a ‘natureza’ é organizada por nós (mas também se organiza!) por relações complexas de poder”. Ao mesmo tempo, “a sexualidade, enquanto eixo de poder, organiza a maneira como definimos o que vale como ‘natureza’, como entendemos e como nos relacionamos com aquilo que chamamos de natural”. É nesse sentido que se pode pensar em uma natureza *queer*, ou seja, uma concepção da natureza que não exclua a categoria da sexualidade como parte dos eixos de poder que perpassam e moldam “nossa forma de entender, perceber e interagir com o natural”.

De acordo com Gabriel (2011, p. 169), as consequências dessa cisão podem ser vistas na ciência atual de diversas maneiras. Primeiramente, pode-se apontar a “naturalização da heterossexualidade” em que “os saberes a respeito das práticas sexuais foram construídos de modo a considerar que uma orientação heterossexual é mais natural do que uma orientação homossexual”. Essa naturalização se baseia e se sustenta tanto na sexualidade centrada na reprodução quanto no “medo do erótico, identificado por Greta Gaard na tradição ascética cristã”. Além disso, classifica a homossexualidade como

antinatural (uma paixão desnaturada) e pessoas queer são animalizadas e vistas como mais próximas à ‘natureza’ (assim como as mulheres na crítica tradicional feminista estavam conectadas à ‘natureza’: opressão e animalização andando de mãos dadas). Falas sobre a natureza incontrolável dos gays ou lésbicas (que apostam fortemente num dualismo mente/corpo, no qual a mente falha em dominar o corpo), ou mesmo as palavras que usamos para falar de pessoas LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais,

⁹ É válido também citar que Harvey (1993) explica que, apesar do consentimento científico sobre a inadequação da metáfora, a resolução apresentada nos discursos sobre o tema foi por meio da transformação da figura do “óvulo no equivalente da agressiva *femme fatale* que enreda, aprisiona e vitimiza o macho (esperma) em uma elaborada teia de aranha como “uma mãe envolvente e devoradora”. Cita ainda o exemplo das alusões a estereótipos de gênero pelos quais Francis Bacon apresentou a natureza em sua filosofia experimental: “em essência como um corpo feminino a ser explorado e um espírito feminino a ser dominado e domesticado por artil ou força” (Harvey, 1993, p.12). Haraway (2003) classifica isso como tráfico de significados na ciência. Como exemplo, menciona a utilização de outras espécies como macacos e símios na interpretação de comportamentos humanos como a agressividade e a violência.

travestis, transexuais e ‘transgênerxs’) e que são nomes de bichos ou coisas naturais (veado, bicha, sapa, jacaré, ou os faggots citados por Greta Gaard) apontam nessa direção (GABRIEL, 2011, p. 169).

Como desdobramento da naturalização da heterossexualidade, ocorre também a projeção de uma heterossexualidade à natureza e, por conseguinte, a toda visão moderna e ocidental do mundo. De acordo com Gaard (2011) outro aspecto abordado pela conexão entre perspectiva *queer* e ecofeminismo é a constatação da atribuição de um modelo heterossexual para as relações entre humanos e ‘natureza’. Partindo de uma erotização normativa e misógina, definida por Audre Lorde como colonizada e pornográfica, considera-se que a natureza, assim como a mulher, deve ser dominada e sobre ela a “atividade humana pode ser exercida” (GABRIEL, 170, p. 2011). Não se trata apenas de apontar a não sobreposição de valores culturais humanos à natureza, mas “mostrar o valor político de desviar a animalidade de sua relação até então contínua com o conceito de uma ‘natureza’ que é estável, previsível e controlável”.

O mundo formado a partir da hierarquização dos binarismos “eu/outro, mente/corpo, cultura/natureza, macho/fêmea, civilizado/primitivo, realidade/aparência, todo/parte, agente/instrumento, o que faz/o que é feito, ativo/passivo, certo/errado, verdade/ilusão, total/parcial, Deus/homem” (HARAWAY, 2000, pp. 90–91), é o que delineou o homem como o principal produto das práticas de conhecimento datadas a partir do século XVIII: “humano como espécie, o Anthropos como a espécie humana, o Homem Moderno” (HARAWAY, 2000, p. 30).

É por essa perspectiva de futuro, e diante das incongruências do modelo de sujeito de conhecimento do pensamento crítico tradicional, que Haraway (2000) propõe o ciborgue como expressão alternativa de um novo sujeito político. A autora firma que essa figura decorre da visão da realidade desenvolvida, por um lado pela filosofia das mulheres feministas negras e, por outro, da apreensão do sujeito literário “monstruoso” inspirado na ficção científica feminina. Desse modo, refere-se a “um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção” (HARAWAY, 2000, p. 84). É um “mito de identidade política”, o qual parte da capacidade de criação de mundos inéditos própria da literatura como possibilidade-chave para a transformação e imaginação de políticas ainda não pensadas.

Diferentemente das esperanças do monstro de Frankenstein, o ciborgue não espera que seu pai vá salvá-lo por meio da restauração do Paraíso, isto é, por meio da fabricação de um parceiro heterossexual, por meio de sua complementação em um

todo, uma cidade e um cosmo acabados. O ciborgue não sonha com uma comunidade baseada no modelo da família orgânica mesmo que, desta vez, sem o projeto edípico (HARAWAY, 2000, p. 39).

Como uma nova concepção de essência humana, a figura do ciborgue respalda novos horizontes de ação política capazes de envolver os modos de relação entre sujeito, corpo e natureza. Ao questionar a estruturação binária da realidade, situa a noção de escolha, central na formulação de ações de resistência, como noção dependente do paradigma liberal. Por outro lado, Haraway (2000) enfatiza as complexidades de uma crítica que não se coloca como um modo de vida estéril e puro das contaminações da atualidade, mas como caminho de dissolução pelo seu próprio interior. Para a autora, o ciborgue é um filho ilegítimo do “militarismo e do capitalismo patriarcal, isso para não mencionar o socialismo de estado”, considerando, no entanto, que “filhos ilegítimos são, com frequência, extremamente infiéis às suas origens. Seus pais são, afinal, dispensáveis” (p. 39).

Desse modo, em uma profunda problematização das estruturas sociais, Haraway (2016) propõe uma visão diferente para relação entre humanos e natureza. Seu pensamento subverte a visão tradicional de família, central para o desenvolvimento do capitalismo, e sugere uma nova modalidade de laços de parentesco para além da genética e do especismo.

A autora afirma, como o ponto central da nova relação entre a natureza e o político, o desafio de “fazer parentes em linhas de conexão inventiva como uma prática de aprender a viver e morrer bem uns com os outros em um presente denso” (HARAWAY, 2016, p. 18, tradução nossa). Além disso, como uma das precursoras na adoção do termo antropoceno, anuncia também a necessidade de ir além da tradicional perspectiva da subjetividade humana. Entendendo as relações sociais como “replicações mais amplas de ‘textos’” (HARAWAY, 2000, p. 89), propõe um novo prisma político:

a política do ciborgue é a luta pela linguagem, é a luta contra a comunicação perfeita, contra o código único que traduz todo significado de forma perfeita – o dogma central do falocentrismo. É por isso que a política do ciborgue insiste no ruído e advoga a poluição, tirando prazer das ilegítimas fusões entre animal e máquina. São esses acoplamentos que tornam o Homem e a Mulher extremamente problemáticos, subvertendo a estrutura do desejo, essa força que se imagina como sendo a que gera a linguagem e o gênero, subvertendo, assim também, a estrutura e os modos de reprodução da identidade “ocidental”, da natureza e da cultura, do espelho e do olho, do escravo e do senhor.

Enfim, Haraway (2016, p.139) salienta: “é chegada a hora de as feministas exercerem liderança também na imaginação, na teoria e na ação, para desfazer ambos os laços: de genealogia/parentesco e parentes/espécies”. É imaginar modos de viver alternativos

considerando narcisismo humano constituinte do sujeito moderno, cujos impactos vão além de mudanças climáticas, mas envolvem toda uma vasta quantidade de seres refugiados sem refúgio. Ao desafiar a linha que separa humano e natureza, a autora destaca um cenário marcado por uma “enorme carga de produtos químicos tóxicos, de mineração, de esgotamento de lagos e rios, sob e acima do solo, de simplificação de ecossistemas, de grandes genocídios de pessoas e outros seres”. Sob um modo de pensar a ação política que englobe uma agência humana e não humana, a filósofa afirma: “criar parentesco é, talvez, a parte mais difícil e mais urgente do problema”.

4.2. Subjetividade e os processos de (des)identificação no campo do simbólico

Além de compreender como ocorre o processo de constituição do sujeito filosófico, ou seja, no processo de construção de conhecimento da realidade, devem-se levar em conta os processos de subjetivação presentes na construção discursiva do sujeito. Equivocadamente, é comum que tal dimensão seja apresentada como individual, contrariando a noção de escrita bidimensional como sublinhada por Butler (2017) ao esclarecer que se opor à dimensão clínica aos estudos de gênero como se estes fossem campos estanques seria uma formulação insustentável.

Por outro lado, diante da amplitude das teorias que abordam o tema, propõe-se para este capítulo do trabalho, uma incursão pelos processos de subjetivação a fim de fornecer uma base teórica capaz de abordar como ocorrem as identificações entre gênero e água no campo simbólico. Longe de esgotar o assunto, isso será feito pela compreensão dos escritos de Lélia González (2020) sobre o simbólico e pelos pontos de convergência encontrados na obra de Judith Butler (2017), a respeito dos conceitos filosóficos presentes nas teorias da sujeição. Tais pontos referem-se, em suma, à concepção do sujeito como constituído pela linguagem e a aposta na teoria psicanalítica como possível embasamento para a compreensão de seus processos de subjetivação, cuja concepção de simbólico sustenta a ação do sujeito a partir do seu inconsciente.

Tal intenção se dá devido à impossibilidade de pensar o campo do simbólico sem situar um tempo e espaço da linguagem como se este fosse um fenômeno universal, conforme endossam as teorias eurocêntricas da modernidade supostamente totalizantes. De modo introdutório, ao

salientar a existência de diferentes modalidades de sofrimento na construção da subjetividade humana pela maneira singular em que sujeitos estão situados no laço social, González (2020), em uma crítica às teorias sociais que reduzem os fenômenos culturais apenas ao aspecto econômico, mostra como algumas esferas da vida cotidiana sofrem uma desqualificação subjetiva diante de fatores raciais e de gênero.

Lélia González (2020) retoma, diante das múltiplas construções linguísticas decorrentes da história da escravidão em países como o Brasil, a teorização acerca da constituição do sujeito por meio da linguagem conforme Lacan (1966; 1970; 1972) e Magno (1981). Construindo um arcabouço teórico amplo, o qual abarca a realidade em seus diferentes níveis, a autora aponta como o corpo ou a subjetividade são constituídos diante de um ideal imposto de branquitude que se autodetermina como norma causando estranheza e permissividade com relação ao que se diferencia deste padrão imposto pela colonização.

Os processos de subjetivação em sua relação com o simbólico significam, de acordo com a autora, um modo próprio de ser, de sentir e de pensar específicos de cada realidade. A autora é enfática ao explicar como a cultura brasileira abarca trata-se de uma “cultura negra por excelência” (GONZÁLEZ, 2004, p. 385). Em sua visão, tal fundamento implica uma composição própria e distinta de todo o universo linguístico e simbólico desse contexto, uma vez que, nas palavras da autora, “até o português que falamos aqui é diferente do português de Portugal. Em suas palavras, nosso português não é português é “*pretuguês*” (p.385).

Visto pela autora como “obstáculo epistemológico” (GONZÁLEZ, 2020, p. 31), as consequências teóricas derivadas do recalçamento, ou seja, da negação desse fundamento são a “transposição mecânica de interpretações de realidades diferentes às mais sofisticadas articulações ‘conceituais’ que se perdem no abstracionismo” (p. 31). Desse modo, a autora denuncia a insuficiência das teorias culturais tradicionais diante do “distanciamento científico” quanto ao seu “objeto” (isto é, o negro e o mulato)” e pelo apagamento de “um dado concreto fundamental: (...) nossa ascendência negra/indígena, isto é, nossa condição de povo de cor” (p. 31).

Partindo desse princípio epistemológico, toda a teoria acerca do sujeito e dos processos de identificação é reposicionada por González (2020). Tomando como base o referencial lacaniano do sujeito alicerçado em um inconsciente estruturado como linguagem, González (2004, p. 385, grifo nosso) afirma que:

se a gente levar em consideração, por exemplo, a atuação da mulher negra, a chamada "mãe preta", que o branco quer adotar como exemplo do negro integrado, que aceitou a democracia etc. e tal, ela, na realidade, tem um papel importantíssimo como sujeito, suposto saber nas bases mesmo da formação da cultura brasileira, na medida em que ela passa, ao aleitar as crianças brancas e ao falar o seu português (com todo um acento de Kinbundo, de Ambundo, enfim, das línguas africanas), é ela que vai passar pro brasileiro, de um modo geral, esse tipo de pronúncia, **um modo de ser, de sentir e de pensar**.

Isso se refere à “internalização por parte dos atores (tanto os beneficiários quanto os prejudicados)” (GONZÁLEZ, 2020, p. 34), na reprodução do racismo “em sua consciência e em seu comportamento imediatos” (p. 34). Isso ocorre pela cisão racial da sociedade brasileira na qual, ainda que brancos e negros sofram “os efeitos da exploração capitalista, (...) a opressão racial nos faz constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários” do exercício do racismo (p.35). Ou seja, um dos desdobramentos da organização das classes sociais no capitalismo brasileiro remete ao campo simbólico e subjetivo sobre o qual os sujeitos se constituem em sua singularidade. Para González (2020, p. 35):

Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. Isso significa, em outros termos, que, se pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo), excetuando sua afiliação racial, entram no campo da competição, o resultado desta última será desfavorável aos não brancos.

Deve-se esclarecer que o percurso histórico mencionado se trata da trajetória do regime escravista, o qual “teve sua ação mais ampla e profunda nas regiões brasileiras onde a *plantation* e as atividades mineradoras se desenvolveram” e situaram “os processos simultâneos da mestiçagem e da emergência de uma população de cor livre” (p. 36). “Na medida em que a população escrava sofreu deslocamentos geográficos que obedeciam às exigências da produção econômica (ciclos do açúcar, da mineração etc.), a população de cor livre permaneceu nas regiões de origem” (p. 36), sendo direcionada às atividades de subsistência.

É importante enfatizar que tal população constituiu na formação do capitalismo brasileiro, portanto, a grande massa marginalizada ligada a “formas de produção pré-capitalistas (como parceiros, lavradores, moradores/assalariados rurais, trabalhadores de mineração etc.)” (GONZÁLEZ, 2020, p. 36). Partindo de autores como Frantz Fanon (2005) e Abdias do Nascimento (1978; 2002), González (2020) explica como o processo de dominação colonial colocou o negro no lugar do exótico, criando uma diferença traduzida como subalternidade ou por uma valorização que existe apenas no sexual. Vale pontuar que este problema foi trabalhado

também por outras autoras do feminismo decolonial, como Gayatri Spivak (2010), com o célebre texto intitulado *Pode o Subalterno Falar?*.

Por meio dessa chave de leitura, toda a estrutura social brasileira ou, como denomina a autora, a neurose cultural brasileira reduz a mulher negra a lugares específicos originados na figura da mucama, que atualmente se refletem na doméstica ou na “mulata” sexualmente objetificada. A autora explica que isso não se trata apenas de mais um aspecto da cultura brasileira, mas de um traço fundamental, afirmando claramente como “todos os brasileiros (e não apenas os “pretos” e os “pardos” do IBGE) são ladino-amefricanos” (GONZÁLEZ, 2020, p. 127). Nas palavras da autora, essa analítica sublinha a

Formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente brancas, europeias. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras América Ladina (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência) (GONZÁLEZ, 2020, p. 127).

Este é um exemplo de como a autora toma conceitos como neurose da cultura brasileira para tratar da formação da identidade de sujeitos que se produzem em quadros de inteligibilidade específicos, isto é, uma estrutura de personalidade a qual engloba a essencial contradição de que o sujeito moderno é formado a partir de um discurso de dominação em que a sua própria imagem é denegada em seus processos de identificação. Mais especificamente, se a universalidade da linguagem é o que sustenta a formação do sujeito, deve-se considerar a existência concomitante de delimitações de realidades específicas marcadas por linguagens distintas, como é o caso do chamado *pretuguês*, linguagem presente em sua nova categoria social, a amefricanidade.

Considerando o eu laciano no sentido abordado por González (2020) como “um sujeito histórico que dá às suas experiências significações pessoais” (FRANÇÓIA, 2007, p.88), a compreensão do contexto elucidado acima é determinante. Nesse sentido, em sua investigação sobre as formas em que o neocolonialismo cultural, cujo traço fundamental é o mito da democracia racial, González (2020) aponta como o racismo na cultura brasileira promove “ao branco, além da exploração econômica, uma “*mais-valia* psicológica, cultural e ideológica do colonizador”.

Abdias do Nascimento (2016), por sua vez, frisa como inclusive “o sistema educacional é usado como aparelhamento de controle nessa estrutura de discriminação cultural” (NASCIMENTO, 2016), de modo que, “em todos os níveis do ensino brasileiro — elementar, secundário, universitário — o elenco das matérias ensinadas [...] constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa e, mais recentemente, dos Estados Unidos” (p. 2007). O autor, ao tratar do problema da formação da consciência como integração entre memória e perspectiva de futuro, desvela a consequência fundamental do racismo nos processos de subjetivação do sujeito, o fato de que, quando as culturas e civilizações africanas são ensinadas nas escolas, ou “quando há alguma referência ao africano ou ao negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra”.

Conforme discutido nas seções anteriores, especialmente no capítulo 3, toda a filosofia moderna perpassa por um sujeito de conhecimento eurocêntrico calcado em uma suposta racionalidade alicerçada na privação da condição humana ao negro (MBEMBE, 2019).

Nessa mesma linha, pode-se compreender o ponto observado por González (2020) ao citar a asserção de Jacques-Alain Miller a respeito da teoria do sujeito em Freud e Lacan como proposta filosófica contra-hegemônica, uma vez que “encontra seus bens na lata do lixo da lógica”. Pelo modo como tais teorias incorporam as “propriedades inelimináveis e positivas do ato de falar” (GONZÁLEZ, 2020, p. 79) como o avesso da lógica positivista da modernidade, como os atos falhos, as contradições e as indeterminações do discurso, pode-se percebê-las como pedra angular na ruptura epistemológica da “identificação do dominado ao dominador” no pensamento social. Em sua célebre colocação sobre a opressão do negro no Brasil, González (2020) indaga:

ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós sabemos) domesticar? O risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (*infans* é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.

Nesse escopo teórico, a autora busca compreender em profundidade o porquê da identificação do dominado com o dominador, visto que é a partir desse ponto que se determina a interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo, os quais encontram sua expressão máxima nas noções seminais da “neurose cultural brasileira”, a saber: de mulata, doméstica e mãe preta.

Visando esclarecer o funcionamento subjetivo desse fenômeno, a autora aponta as noções de consciência e memória. A primeira, refere-se, ao “lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber” (GONZÁLEZ, 2020, p. 79). Já a segunda remete ao lugar da resistência ao discurso do dominador, nas palavras da autora, “como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção” (p. 79).

A autora esclarece essa dinâmica presente na cultura brasileira como pautada no ocultamento da influência africana. Em suas palavras:

e se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira a gente saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem. (Como é que pode?) Seguindo por aí, a gente também pode apontar pro lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como pros diferentes modos de rejeição/integração de seu papel. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando a memória (...). Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura; por isso, ela fala através das mancas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí das duas, também chamado de dialética (GONZÁLEZ, 2020, p. 79).

O simbólico está presente em ambas as dimensões, da consciência e da memória, uma vez que tanto o que é falado, quanto o que é ocultado estão registrados no inconsciente, como em um nó de significação. França (2007, p. 89) explica que, “enquanto sob a influência de Kojève, Lacan formulou que o desejo é o desejo do outro, sob a influência de Lévi-Strauss e o símbolo, Lacan substancializou a realidade humana tanto em seu estatuto universal quanto individual”. É nesse sentido que González (2020) coloca a

significação enquanto língua e enquanto linguagem: esta última conduzindo à problemática do inconsciente. Estas significações se colocam em termos de diferença e remetem ao conceito de elaboração secundária (origem da repressão e da censura), para a significação linguística, e aos processos primários de condensação e deslocamento, para a significação não linguística. Em consequência, torna-se necessária a discussão sobre o inconsciente “estruturado como uma linguagem”, isto é, enquanto dotado de uma estrutura formal. (GONZÁLEZ, 2020, p. 338).

Nesse contexto, existem os processos de identificação presentes tanto na constituição do sujeito psicológico quanto do sujeito de conhecimento, uma vez que tais dimensões estão interligadas. Compreender esses processos, situando-os em um tempo e espaço, revela-se, portanto, como ponto de partida possível para uma discussão sobre a subjetividade humana. Por sua vez, Butler (2017), a partir de uma leitura acerca da relação entre corpo e processos de subjetivação em

Foucault e do Eu na psicanálise lacaniana, busca apresentar um “ressurgimento de uma perspectiva foucaultiana *dentro* da psicanálise” (p. 46).

Butler (2017, p. 90) explica os processos de subjetivação como a “*feitura* de um sujeito, o princípio de regulação segundo o qual um sujeito é formulado ou produzido. Essa sujeição é um tipo de poder que não só unilateralmente age sobre determinado indivíduo como uma forma de dominação, mas também ativa ou forma o sujeito”. Mais especificamente, a autora esclarece que não se trata apenas da sujeição integralmente como dominação, tampouco da produção simplesmente. Observa que, além dessa ambiguidade constitutiva do poder, existe também “um certo tipo de restrição na produção, uma restrição sem a qual é impossível acontecer a produção do sujeito, uma restrição pela qual essa produção acontece”.

Retomando a abordagem apresentada por Foucault em *Vigiar e Punir* acerca da construção discursiva totalizadora da identidade do prisioneiro como espaço conceitual da prisão, a autora traça um paralelo entre a noção de alma em Foucault e identidade psíquica em Lacan. A autora esclarece que

como a alma tem um efeito encarcerador, Foucault afirma que o prisioneiro é submetido “de uma maneira mais fundamental” do que a do espaço físico do cárcere representado pela prisão. No que cito a seguir, aliás, a alma é considerada ela mesma um cativo físico, uma espécie de prisão, que possibilita a forma exterior ou o princípio regulador do corpo do prisioneiro. Isso fica claro quando Foucault afirma que “o homem de que nos falamos e que nos convidamos a liberar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição [*assujettissement*] bem mais profunda que ele [...] a alma, prisão do corpo” (p. 29) (BUTLER, 2017, p. 91).

Butler (2017, p. 92) afirma ser possível “contrapor a ‘alma’, que Foucault considera uma estrutura encarceradora, à psique no sentido psicanalítico”. Com esse movimento, a autora explica que é no simbólico enquanto sistema de significações ligadas ao inconsciente que o sujeito se posiciona e realiza suas significações em “esquemas disponíveis de inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2017, p. 93). Como sistema de linguagem que atravessa o imaginário, Butler (2017) explica que “na psique, o ideal do sujeito corresponde ao ideal do Eu, ao qual o Supereu consulta, por assim dizer, para avaliar o Eu. Lacan redefine esse ideal como a “posição” do sujeito dentro do simbólico, a norma que instala o sujeito dentro da linguagem”. Ao passo

que, pela ótica de González (2020), considerando o inconsciente “estruturado como uma linguagem”, pode-se encontrar no nível do sujeito, a função significante¹⁰.

É interessante constatar como, através da figura da “mãe preta”, a verdade surge da equivocação. Exatamente essa figura para a qual se dá uma colher de chá é quem vai dar a rasteira na raça dominante. (...) O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra, que, por impossível que pareça, só serve pra parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe.

Por sua vez, Butler (2017) compreende que, para Lacan, a psique pode ser entendida como “o que excede os efeitos encarceradores da exigência discursiva de habitar uma identidade coerente, de se tornar um sujeito coerente. A psique é o que resiste a regularização que Foucault atribui aos discursos normalizadores”. Desse modo, para Butler (2017), apenas se podem compreender os processos de subjetivação por meio “do relato psicanalítico dos efeitos formativos ou geradores da restrição ou da proibição”, bem como lançando luzes ao “conjunto de restrições fundadoras que, paradoxalmente, também são facilitadoras” da formação do sujeito (p. 93).

De modo geral, em uma reapropriação crítica da psicanálise, a autora explica que a psique não é o sujeito e que tal diferença é justamente o espaço da resistência. Butler (2017b, p.188) propõe que “se, de acordo com os psicanalistas, o sujeito não equivale à psique da qual ele surge, e se, para Foucault, o sujeito não equivale ao corpo do qual ele surge, então talvez, em Foucault, o corpo tenha substituído a psique”. Portanto, ao tomar as identificações constitutivas do sujeito como processos contínuos de sujeição e resistência pode-se dizer que o ponto fundamental da filosofia de Butler (2017b, p. 188) é compreender aquilo que “ultrapassa e perturba as injunções da normalização. O inconsciente, neste caso, pode ser visto como aquilo que “revela constantemente o ‘fracasso’ da identidade”, uma vez que, a despeito de “todo esforço do

¹⁰ Para além da visão estruturalista que exclui o sujeito ao entender a palavra como signo na chamada linguagem de primeiro grau, González (2020, p. 340) assinala a linguagem de segundo grau como dimensão em que o código é determinado pela inclusão do sujeito. Para a autora, “essa distinção acaba por nos remeter à dificuldade que se coloca quando se pretende falar do estruturalismo sem levar em conta duas posturas que se diferenciam exatamente no que se refere à noção de estrutura”.

simbólico de constituir, de modo pleno e coerente, a identidade”, as lacunas da inscrição no imaginário na linguagem são inegáveis.

Ao redirecionar a discussão ao campo do social, Butler (2017, p. 103) sublinha a complexidade de significantes os quais colocam em questão “totalização temporária” realizada pelo processo de identificação em uma categoria social. “O chamado “mulher”, “judia”, “queer”, “preta” ou “chicana” pode ser ouvido ou interpretado como afirmação ou insulto, dependendo do contexto em que ocorre (e contexto, aqui, é a historicidade e a espacialidade efetivas do signo)” (BUTLER, 2017, p. 103). Além disso, destaca como “a forclusão – aliás, a violência – da redução totalizadora da identidade realizada por aquele chamado específico é politicamente estratégica ou regressiva” (BUTLER, 2017, p. 103).

González (2020) também se aprofunda na trama das relações de poder presentes nas interdições do sujeito em um “plano do desejo e da verdade”. Deixa claro que não se pode pensar nas regras de repressão do significado no “processo primário” da linguagem, ou seja, aquele em que os sentidos estão sobrepostos aos signos em uma estrutura de exclusão do sujeito (como no dicionário) como se fossem equivalentes ao “processo secundário”, cuja marca de inclusão do sujeito é a consideração do inconsciente formado pelo simbólico. Desse modo, a autora enfatiza como “as regras que explicam o significado reprimido não são as mesmas que explicam o significado simbólico. (...) o sujeito é um lugar que falta no espaço do discurso linguístico...” (GONZÁLEZ, 2020, p. 342).

No caso do Brasil, a autora aponta, como marca fundamental, a negação da valorização da história africana na constituição do sujeito brasileiro. Tal discurso deixa como consequência inconsciente um recalamento traumático no processo de identificação do sujeito ao imaginário. González (2020) declara como essa exclusão passa pelo simbólico visto que o sujeito é impedido de tomar-se a si mesmo, ou algum aspecto de sua identidade, como objeto de amor.

Similaridades ainda mais evidentes são constatáveis se o nosso olhar se volta para as músicas, as danças, os sistemas de crenças etc. Desnecessário dizer o quanto tudo isso é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento, é recalcado por classificações eurocêntricas do tipo “cultura popular”, “folclore nacional” etc. que minimizam a importância da contribuição negra. (GONZÁLEZ, 2020, p. 116).

Para González (2020), o mito da democracia racial é gerador de um impacto simbólico visto continuamente no cotidiano, sobretudo em momentos como o carnaval, em que “a mulher afro-brasileira se transforma em uma soberana”. Nesse momento, a fantasia da soberana encobre o

“lugar da mulher negra em nossa sociedade como um lugar de inferioridade e pobreza” e inclui a “mulata na categoria de objeto sexual”. Butler (2017), abordando o mesmo problema, traça um paralelo entre o estado de melancolia individual ao nível das categorias sociais, como o caso do gênero e raça conforme a categoria de objeto parcial segundo Freud.

Citando Mendonça (1975), González (2020, p. 340) mostra como esse processo de introjeção da normatização, como também apontou Butler (2017), coloca-se ao sujeito por meio da linguagem: “como o Outro, como língua constituidora da Lei, dá ele mesmo condições de reprodução interiorizada e normativa” (GONZÁLEZ, 2020, p. 341). Contudo, “dizer que o inconsciente é o discurso do Outro” (GONZÁLEZ, 2020, p. 341) não significa afirmar que esse inconsciente está no Outro, mas se trata de uma relação entre o Eu e o Outro cuja noção de limite está próxima de uma ilusão, visto que o Eu não é dado a priori, mas constituído por meio de relações simbólicas. Nesse sentido, para tratar da questão da normatização, é necessário considerar a relação entre “estrutura & falta & economia e abundância do significante” (GONZÁLEZ, 2020, p. 341).

Dessa maneira, ao mesmo tempo que se devem compreender os processos de identificação, seria necessário elucidar também as possibilidades de desidentificação, ou seja, da desintegração da identidade como processos de subversão (GONZÁLEZ, 2020, p. 347). Para isso, González (2020) propõe a “categorização da entidade indicadora de sentido que denuncia o afastamento entre enunciado e enunciação e que se centra no sujeito enquanto singularidade” (p. 347). Esclarece que “não se trata de nenhuma categoria meramente gramatical, ou verbal, mas categoria de discurso” (p. 345). Dito de outro modo, é a elaboração subjetiva da categoria social no nível do sujeito como um campo amplo de investigação discursiva.

Isso se refere aos modos em que as opressões social e econômica são vivenciadas pelo sujeito, por meio de processos complexos que passam pela autossujeição, por processos de identificação, bem como pelas possibilidades de resistência e insurgência de novos modos de ser e de viver criados nos espaços simbólicos promovidos pela memória. Dessa forma, González (2020) observa como “no que se refere à gente, à crioula, a gente saca que a consciência faz tudo pra nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela pra tudo nesse sentido. Só que isso tá aí... e fala”. Butler (2017, p. 176), por sua vez, ao transpor essa dinâmica da vida psíquica à vida social, ou ainda, à “regulação social da vida psíquica” (p. 176), frisa como os “campos psíquico e social são produzidos em relação um ao outro” (p. 176), de modo

que “os limites do social são instituídos e mantidos, não só à custa da vida psíquica, mas também ao vincular a vida psíquica a formas de ambivalência”.

Por fim, as interseções entre Butler (2017) e González (2020) nos auxiliam a compreender os processos de subjetivação presentes na formação do sujeito. Nesse sentido, a relação do simbólico com a dimensão da raça e gênero não aparece como um elemento tangencial, mas como ponto nodal de compreensão da formação do sujeito, considerando a linguagem em seu caráter universal, mas ao mesmo tempo formada por particularidades dadas pelo racismo e sexismo na constituição do sujeito da modernidade. Com isso, ao se referir ao processo histórico pautado na escravização e abuso sexual das mulheres negras por parte do homem branco, ocultado pelo mito da miscigenação e da democracia racial, González (2020), aponta a hipocrisia da história oficial do Brasil sublinhando como: “o amor da senzala só realizou o milagre da neurose brasileira graças a essa coisa simplérrima que é o desejo. Tão simples que Freud passou a vida toda escrevendo sobre ela”.

5. O CBH Rio das Velhas como campo político: uma análise organizacional

Para entender as relações sociais e de poder nas quais as mulheres entrevistadas estão envolvidas, é importante conhecer a história do CBH Rio das Velhas, uma vez que é neste espaço que se encontram as diferentes trajetórias dessas mulheres. Como exposto na segunda seção desta tese, os Comitês de Bacia Hidrográficas são órgãos do governo criados com o objetivo de efetuar a gestão descentralizada das águas no Brasil. Mais especificamente, no contexto do Plano Nacional dos Recursos Hídricos, o CBH Rio das Velhas, criado em 1998, tem a função de discutir e deliberar sobre “assuntos relacionados aos usos da água e à qualidade ambiental da bacia do Rio das Velhas” (Site CBH Rio das Velhas). A imagem abaixo mostra o território ocupado pela bacia.

Imagem 13: Mapa territorial da bacia hidrográfica do Rio das Velhas



Fonte: imagem extraída do site do CBH Rio das Velhas

Para além das apresentações técnicas já expostas na seção teórica deste trabalho, nesta seção busquei apresentar o comitê pelo ponto de vista de seus participantes, na prática do dia a dia, assim como é percebido como espaço político, conforme perspectiva proposta por Orlandi (1998), Pereira (2014), Parker (1999), Prasad (2016); Knights e Morgan (1991) e Bettin, (2019). Para isso, nos valem de algumas falas extraídas das reuniões das plenárias do comitê, acompanhadas no decorrer da pesquisa as quais, devido à pandemia de Covid-19, foram realizadas de forma online e disponibilizadas no canal do youtube da organização (Reuniões CBH Rio das Velhas, Youtube). Além disso, vale pontuar que, seguindo a premissa de que olhar feminista proposto nessa pesquisa se distancia de abordagens binárias, não houve a intenção de categorizar enunciados proferidos apenas por mulheres ou traçar relações dicotômicas de causa e efeito entre enunciado e gênero.

Como delimitado na seção metodológica, buscamos reconstruir uma narrativa geral que remontasse a história do grupo e possibilitasse um olhar imbricado do ponto de vista do poder, gênero e água presentes nos discursos encontrados. Ao contrário das histórias de vida trabalhadas nas seções seguintes, a proposta de contextualização do lócus de pesquisa visa apresentar a dinâmica da organização, seus principais temas de discussão, sua situação atual, seus objetivos e horizontes de atuação, ou seja, o cenário político que envolve as mulheres, cujas narrativas serão tratadas em profundidade na seção posterior.

Essa gestão, ela continua firme nos propósitos, firme em relação à questão da participação social. Não se perde nada com a minha vinda, não se perde nada por ser um município a assumir a cadeira. Muito pelo contrário, nós vamos integrar muito mais pessoas - a proposta é essa, mas nunca esquecendo da participação social, sabe? Que é o cerne desse comitê, que é o DNA, como o Renato tão bem fala (Fala de Poliana Valgas, *presidenta* do CBH Rio das Velhas - Extraída da 109ª reunião da plenária disponível no Youtube).

Assim como qualquer Comitê de Bacia Hidrográfica, o CBH Rio das Velhas é formado por representantes do poder público (níveis estadual e municipal), organizações usuárias da água e sociedade civil, a partir de ONGs, movimentos sociais ou qualquer outra forma de organização. Além disso, conta com a participação de 56 conselheiros entre titulares e suplentes e, ao todo, com 13 mulheres. Paralelamente, o comitê ainda conta com 23 subcomitês formados, cada um, por 24 integrantes, além da agência de bacias Peixe-Vivo, organização sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica, cujo objetivo é prestar apoio administrativo, técnico e financeiro aos Comitês de Bacias Hidrográficas. Abaixo, pode-se ver uma ilustração extraída do site do CBH Rio das Velhas para elucidar a estrutura organizacional exposta:

Imagem 9: Estrutura organizacional do CBH Rio das Velhas



Fonte: Imagem extraída do site do CBH Rio das Velhas

Além da agência de bacia e dos subcomitês, outra dimensão fundamental de sua estrutura são as Câmaras Técnicas, órgãos colegiados responsáveis por desenvolver e aprofundar as discussões sobre as solicitações antes da submissão dos projetos para votação nas plenárias do comitê. De acordo com o site da instituição, as Câmaras Técnicas visam apoiar o processo de “gestão compartilhada na bacia por meio da proposição de regras de articulação e integração, apresentação de estudos que subsidiem as discussões, elaboração de relatórios e construção de pareceres sobre projetos” (Site CBH Rio das Velhas).

Do ponto de vista institucional, as Câmaras Técnicas, compostas também por integrantes do comitê, são necessárias para possibilitar que as decisões realizadas pelo CBH possam ser embasadas em análises técnicas capazes de abarcar as dimensões qualitativas e quantitativas de cada situação. Na prática, essa interação de complementaridade acontece na medida em que a Câmara Técnica recomenda, ou não, o deferimento de alguma solicitação pelo uso da água por algum projeto ou empresa solicitante. Essa relação é crucial para a compreensão do contexto do comitê, tendo em vista que sua principal função é decidir e deliberar ações relacionadas ao uso e gestão da água e que tais decisões são feitas tomando como principal fundamento as justificativas técnicas.

Por fim, a partir da apresentação traçada, ficou claro que o CBH tem como objetivo a democratização da gestão da água. No entanto, o modo como isso acontece na prática, as contradições, os problemas e limitações dessa organização não são explícitas nos canais institucionais. Visto a situação da Bacia, cuja água é responsável por abastecer mais de 50% da região metropolitana de Belo Horizonte (ALVEZ *et al.*, 2022), a necessidade da análise política de seu funcionamento se faz ainda mais urgente tendo em vista seu alto grau de exploração e vulnerabilidade.

5.1. “Às vezes as pessoas são até mais fortes do que as instituições (...) e elas até desafiam a instituição”: inclusões, exclusões e a formação do comitê

Para abordar as temáticas do comitê pela ótica das relações de poder, desenvolvemos esta seção com a finalidade de discutir as questões as quais, apesar de normalmente não aparecem nos discursos institucionais, formam o campo de atuação das participantes da pesquisa. A partir da análise das reuniões das plenárias disponibilizadas no Youtube, diversos temas e exemplos poderiam ser resgatados visando exemplificar as relações de poder e meio ambiente que transitam no espaço dessas reuniões. Contudo, considerando o foco desta tese, foi considerada uma quantidade restrita de situações como forma de prover uma apresentação breve e, ao mesmo tempo, capaz de fundamentar as discussões sobre a atuação das mulheres.

A relevância da perspectiva histórica na análise da organização é vista a partir das próprias narrativas elaboradas nos momentos de encontro e reuniões da plenária. Em diferentes situações os participantes resgatam e recapitulam a história do comitê como forma de refletir sobre os caminhos escolhidos e justificar as decisões tomadas. Abaixo, como exemplo desses momentos, o antigo presidente do comitê destaca a importância das histórias da organização diante do momento de transição de diretoria. O então presidente Marcus Polignano afirma: “eu acho que a gente não pode esquecer a história e eu já falei que eu não acredito em instituição, eu acredito em pessoas” (Fala de Marcus Polignano durante a 109ª reunião da plenária - disponível no Youtube).

Sua fala é resgatada neste ponto para mostrar como as narrativas históricas são elaboradas a todo momento, visando suportar o presente. Além disso, mostra como os próprios integrantes da organização, muitas vezes, têm consciência desse processo. Em uma provocação sobre o papel da instituição e seus limites de atuação política, Marcus Polignano continua sua narrativa dando um enfoque nas histórias das relações construídas naquele espaço e aponta a lembrança como uma oportunidade de compreender o comitê para além das apresentações formais.

Eu acho que a gente não pode esquecer a história e eu já falei que eu não acredito em instituição, eu acredito em pessoas. Pessoas é que fazem o mundo, não são instituições, então eu acredito muito na força das pessoas e, como Tarciso falou: às vezes as pessoas são até mais fortes do que as instituições: elas se projetam, elas se propõem e elas até desafiam a instituição. (...) Eu acho que a gente tem que ter história de vida para contar e que bom, aí eu quero falar mesmo assim, que bom que a gente

não possa ficar aqui, talvez, contando a história de todos nós aqui e a história de vida de cada um - quando eu vejo todo mundo aqui na carinha do vídeo eu sei quando é que eu encontrei, onde é que eu busquei, onde é que a pessoa tava, enfim, são histórias. E a vida só faz sentido isso aí. Se no final da vida você tiver um monte de história para contar. Que pena que a gente não possa ficar contando a história de todos aqui né, que contribuíram e que construíram essa história, mas enfim, foi muito bom (Fala de Marcus Polignano durante a 109ª reunião da plenária – disponível no Youtube).

Essa colocação toca diretamente no ponto discutido na seção 2 desta tese. A partir da teoria trabalhada por Alvesson e Deetz, (2006), Chia (1997) e Bettin (2019), o conceito de organização se aproxima do verbo organizar e se distancia da noção estática atribuída às instituições pelo senso comum. Vale lembrar, que os autores entendem, desse modo, que a possibilidade da construção de qualquer conhecimento organizacional está na linguagem e é regida por uma série de normas que emergem dos discursos encontrados em uma determinada cultura ou contexto social. Aproximando-se do fundamento das ações humanas as quais constituem o próprio sujeito da ação, o sentido de organização é visto como foco dos movimentos que sustentam a vida dos sujeitos e ordenam os elementos culturais que se manifestam no cotidiano.

Desse modo, para dar início à discussão organizacional sobre o contexto político do CBH Rio das Velhas, entendemos ser importante compreender como são nomeados os representantes de cada grupo participante. Isso acontece porque, seguindo a perspectiva decolonial, mais importante do que analisar as relações de poder que circulam um determinado campo político, é compreender a possibilidade da construção de mecanismos que possibilitem a escuta das vozes de sujeitos e sujeitas marginalizadas em um determinado contexto.

Nesse sentido, vale pontuar que, de acordo com a Agência Nacional das Águas, “a composição de um comitê de bacia deve refletir os múltiplos segmentos e interesses com relação às águas com atuação comprovada na bacia” (BRASIL, [s.d.]). Seguindo o Artigo 8º da Resolução n.º 5 de 2000 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), os comitês devem respeitar uma quantidade máxima de participantes do poder público e uma quantidade mínima representando a sociedade civil (BRASIL, 2000). Além disso, detalhes mais específicos sobre as regras de participação podem ser dispostos nos regimentos internos de cada comitê, os quais decidem sobre seus critérios de escolha, tanto dos representantes quanto das instituições que são representadas.

Esta lógica evidencia desde os fundamentos organizacionais um primeiro ponto importante no contexto da participação das mulheres na gestão da água. A saber, apesar da existência de normas para garantir a diversidade da participação de diferentes segmentos no CBH Rio das Velhas, não foi observada nenhuma menção à a equidade de gênero, incentivos à participação de mulheres ou de pessoas racializadas no regimento interno da instituição.

Durante as reuniões das plenárias, em alguns momentos, este mecanismo é discutido e são levantados problemas de ordem prática como a dificuldade em manter a participação efetiva dos representantes nas plenárias de forma constante. Além disso, são observados problemas relacionados a faltas excessivas de representantes titulares, suplentes ou instituições que buscam participar apenas em períodos próximos das eleições por interesses políticos. Ou ainda, notam-se instituições que enviam representantes sem real familiaridade com os problemas da bacia.

Ainda que o comitê tenha a liberdade para realizar a troca do representante, é importante entender que esse processo deve seguir algumas regras, como uma quantidade de faltas consecutivas entre representante titular e suplente. De qualquer forma, a reflexão sobre a composição do comitê aparece nas narrativas cotidianas do grupo, como podemos ver na fala abaixo de um dos representantes presentes durante a 110ª plenária do CBH.

Eu me somo aos meus colegas com a preocupação (...) e acho que é uma coisa que nós temos que levar muito a sério porque uma coisa que sempre me incomodou muito: quando chega a época da escolha de eleição parece essa questão política que a gente vê aí fora, arma-se um esquema, todo mundo fecha em cima de alguém, as pessoas batalhando um espaço. Você às vezes conhece a ONG ou quem está lá e acaba dando um apoio porque a pessoa tem colaborado muito. Quando você vai ver – e na última eleição mesmo aconteceu bastante isso –, a ONG coloca uma pessoa que eu chamo de carro-chefe à frente. No dia da eleição, ele vem, você pensa que aquela pessoa está se incorporando novamente pra dar uma colaboração, mas está trabalhando o espaço uma pessoa que nem conhece o nosso trabalho aqui. Resultado: se não há essa paixão, esse compromisso com a situação a pessoa não vem mesmo. (Fala de autor não identificado na 110ª reunião da plenária – disponível no youtube).

O incômodo mencionado revela um dos aspectos da natureza política do comitê como espaço de disputas. É interessante notar que ainda que a fala demonstre a preocupação com o envolvimento pessoal dos representantes da sociedade civil – uma vez que cita como exemplo as ONGs –, em nenhum momento são lembrados os grupos da sociedade civil que possuem maior proximidade com os problemas da bacia, como é o caso das mulheres, das comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas que estão localizadas ao longo da bacia hidrográfica do Rio das Velhas.

Outro representante ainda aponta para o problema dos desligamentos gerados pela indiferença dos representantes escolhidos e sugere que a diretoria investigue as razões pelas quais isso tem acontecido. “Eu queria pedir que fosse (...) publicado é... a relação dessas entidades e a presidência faria um contato para saber os motivos que estão acontecendo. (...) se a gente não sabe o que tá acontecendo, nós vamos escolher outros podendo estar incorrendo nos mesmos erros” (Fala de Marco Aurélio durante a 110ª reunião da plenária – disponível no Youtube).

Por fim, a sugestão de uma investigação como essa é importante. Porém, vale frisar que mais relevante do que a identificação de fatores quantitativos, pelo ponto de vista organizacional conforme Alvesson e Deetz (2006), Bettin (2019), bem como pela perspectiva feminista trazida por essa tese, é que a consideração dos aspectos socioculturais na compreensão do problema é fundamental para qualquer possibilidade de transformação.

5.1.1. Transição da presidência: “Ninguém melhor representando todas essas minorias para poder fazer a voz do comitê”

O período compreendido pela pesquisa, 2020 a 2023, foi marcado pelo momento de transição da presidência do Comitê para a primeira presidência feminina de um CBH. A 109ª reunião da plenária teve como pauta principal esta transição com a eleição de Poliana Valgas, representante do poder público a partir da secretaria de meio ambiente do município de Jequitibá. Nesta reunião, diversos relatos históricos foram realizados como um trabalho de rememoração da trajetória da organização. Como um momento de assimilação coletiva do movimento de poder realizado, diversas pessoas relataram a trajetória histórica do comitê, destacando seus presidentes anteriores, bem como as ações mais importantes da última gestão.

Para Clarissa Dantas, representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), a eleição da nova diretoria de gestão demonstra um diferencial político da organização, como é possível ver na fala abaixo:

Tem essa característica peculiar, como gerente de apoio aos comitês, vindo de perto o trabalho dos comitês do estado, tem vários comitês que fazem muito também, né? Mas assim, tem muito essa característica peculiar do *Velhas*, com os subcomitês, com o engajamento, com a mobilização. A começar pelo exemplo que vocês dão pela construção da diretoria. Então são quatro vagas, vocês cuidaram para ter os quatro segmentos representando, né? Isso é muito bacana – e não um papel figurativo, o mais legal da diretoria aqui do *Velhas*, né? é que todo mundo participa, muito, né? Tem voz, é ativo. Então as decisões são compartilhadas e é o que se espera, né? Então vocês

são uma referência sim (Fala durante a 109ª reunião da plenária – disponível no Youtube).

Em sua colocação, Clarissa frisa como a estrutura organizacional delineada pela organização é essencial do ponto de vista estratégico. Quando fala sobre a representação das quatro segmentações na diretoria, mostra que nenhum grupo de participantes foi excluído, indicando que muitas vezes os representantes da sociedade civil possuem menor relevância nos Comitês de Bacias Hidrográficas em comparação ao poder público e aos usuários, organizações com maior poder econômico.

Posteriormente, a discussão acerca da diversidade das posições de poder se aprofunda e diversos representantes pedem a palavra para expressar satisfação pelo fato de a nova *presidenta* ser mulher e jovem, como pode ser observado em diferentes falas durante a 109ª plenária do comitê. Em sua fala, Carlos Oliveira, representante da Federação de Agricultura e Pecuária de Minas Gerais, destaca o diferencial da escolha:

Eu gostaria só de complementar falando que o Polignano foi presidente do *CBH Velhas* com mais de 60 anos, o Ênio foi diretor com mais de 60 anos, enfim, a Poliana está sendo Presidente com menos de 30. Eu acho isso fantástico, além de ser uma mulher, novinha do jeito que ela é, fantástico, vamos em frente, parabéns (Fala extraída durante a 109ª reunião da plenária, autor não identificado – disponível no Youtube).

Uma vez que o foco da tese não está na discussão específica do etarismo, não há necessidade de listar as contradições presentes nos discursos que circulam a fala do representante. No entanto, as falas mostrando entusiasmo pela interseção entre idade e gênero foram inúmeras, indicando a ausência de pessoas jovens nas posições de poder da organização. Este ponto será retomado a partir das entrevistas individuais, nas quais foi mencionado como importante fator de desigualdades de poder e discriminação das mulheres entrevistadas.

Outro momento importante é marcado pela fala de Clarissa Dantas em que lista “*diferentes diferenças*” (KARAKOLA, 2004) quando considera Poliana Valgas como uma representante das chamadas minorias.

Meu agradecimento, assim e sem palavras, a Poliana, né? meus parabéns e meu agradecimento para você que é uma referência, Poliana. Que começou lá no subcomitê, que sempre teve todo esse engajamento que várias pessoas falaram. Mas você: mulher, jovem e fora da região metropolitana, né? Na diretoria, na presidência do *Velhas*, desse comitê super estratégico, então assim, toda a força, energia e vibração positiva do mundo. Você nos representa, sabe? E ninguém melhor representando todas essas minorias para poder fazer a voz do comitê, sabe? Então é isso, assim, boa gestão para todos vocês (Fala extraída da 109ª reunião da plenária – disponível no canal do CBH Rio das Velhas no youtube).

As minorias citadas por Clarissa também foram ressaltadas por ao menos dez participantes ao elogiar a eleição de uma mulher, jovem e “de município”, para a presidência do comitê. Contudo, à luz do feminismo decolonial é importante notar que não houve nenhuma menção ao fato de se tratar de uma mulher negra. Ao analisar os “discursos sobre raça, classe e gênero, especificamente, sobre a mulher negra na construção e manutenção do mito da democracia racial no Brasil” (OLIVEIRA, 2020, p.91), Lélia González apontava justamente para esse tipo de apagamento. Para a autora, uma vez que o Brasil possui uma “cultura negra por excelência”, a perspectiva feminista que se refere à mulher, mas que exclui a dimensão da raça falha em compreender os problemas sociais brasileiros de forma adequada.

Ainda que as discussões sobre as relações raciais estejam ganhando popularidade nos últimos anos, a construção histórica do mito da democracia racial no Brasil é acompanhada por uma dificuldade em falar abertamente sobre o tema. Desse modo, é possível notar um tabu ao tocar em questões como essa em que normalmente as pessoas não enxergam o racismo estrutural naturalizado na cultura, conforme aborda González (2020). Grada Kilomba (2019), por sua vez, ajuda-nos a compreender essa situação por meio do processo que nomeia como “invisibilização do visível”. Trata-se da “repentina incapacidade de ver ‘raça’ em pessoas marcadas/as como racializados” ao serem fantasiadas como sem cor. A autora entende que situações como essa parecem se relacionar a um processo de negação massivo, o qual evita que

peças brancas sejam confrontadas, em suas vidas cotidianas, com a realidade de pessoas negras e com as formas pelas quais percebemos, experienciamos e sentimos essa realidade (Essed, 1991). Além disso, elas também impedem o sujeito branco de ter de lidar com o fato de que diferenças existem e que essas diferenças surgem através de processos de discriminação (KILOMBA, 2019).

Além do aspecto racial, outro ponto percebido na narrativa histórica de Poliana retoma sua relação subjetiva com a água e apresenta o sentido de sua atuação no contexto do comitê:

Ah eu fico muito feliz, sabe? No início eu fiquei... refleti muito o que tinha me levado para o comitê, sabe? E aí ontem eu conversando com a minha mãe, em casa – eu vou compartilhar rapidamente. Eu falei: gente, quando eu, quando eu despertei pela questão do rio? e ela me contando, ela sempre contou e eu não dava muita atenção, mas o meu primeiro contato com o rio foi quando eu tinha 30 dias de nascida, meus pais me levaram para conhecer meu avô e na época a gente não tinha veículo, a gente atravessa o *Velhas*, então com 30 dias, foi meu primeiro contato, atravessei o *Velhas* cheio, é... debaixo de chuva e daí para cá minha relação, ela só cresceu com o rio. Ela só se fortaleceu, então ao longo da minha vida eu vi o quão caudaloso era o rio, quão imponente, eu vi a pesca do Surubim, do Dourado, porém eu vi também o riso definhando, mudar de cor, virar um mar de ciano bactéria, infelizmente muitos episódios de mortandade. Isso tudo me impactou muito, sabe? E por um lado me despertou interesse de ir para ambiental, de ir para faculdade, depois buscar especialização em

recursos hídricos, porque eu queria fazer alguma coisa (Fala de Poliana Valgas durante a 109ª reunião da plenária – disponível no Youtube).

Em sua história, mostra claramente que sua relação com o rio está ligada ao contexto rural em que nasceu e cresceu, bem como com as transformações que acompanhou durante sua vida. Esse tema não aparece por acaso. Ao contrário, aponta para uma característica fundamental quando pensamos na questão da água no Brasil, a saber, o modo em que as desigualdades de gênero e “*de água*” são vivenciadas de acordo com a região e contexto socioeconômico dos territórios brasileiros. Não apenas devido às características geográficas de cada localidade, mas como trabalhado na seção 3 desta tese, a gestão dos recursos hídricos acompanha a trajetória histórica extrativista e colonial do país, a qual organiza até os dias de hoje a população a partir da necropolítica conforme Mbembe (2019).

Desde o início das minhas participações nas reuniões da plenária do CBH Rio das Velhas, a expressão “ser de município” me despertou atenção. Por não ser familiarizada com o vocabulário utilizado nesse contexto, nos perguntamos quais poderiam ser os significados simbólicos contidos no termo, uma vez que era utilizado em argumentos voltados à composição política do comitê. Depois de escutar alguns participantes, observei que o termo indica tanto a diferença de poder entre os representantes do Estado e dos municípios, os quais, apesar de mais próximos da realidade local, são menos valorizados nos processos de destinação de verbas e no alcance de suas opiniões políticas.

Ao mesmo tempo, devido a essa proximidade, mostram um maior conhecimento das necessidades de populações afastadas da capital, cuja parcela menos favorecida enfrenta uma lacuna mais grave dos serviços hídricos prestados pelo governo. Por essas razões, é interessante notar que, ao expor as ações planejadas para sua futura gestão, Poliana destaca como diferencial o que chama de “olhar do município”. Explica que a importância da aproximação do município com o comitê de bacia pode ser vista na medida em que, por se saber “o quanto a questão do uso e ocupação do solo impacta nas bacias hidrográficas” (Fala de Poliana Valgas durante a 109ª reunião da plenária – disponível no Youtube), os demais problemas dos territórios que cercam os rios devem ser integrados pelo comitê. A nova *presidenta* destaca:

Não dá mais para a gente pensar de forma desassociada. (...) os gestores municipais precisam começar a visualizar a bacia, né? Entender como se dão esses processos. Então a minha vinda, ela vem muito com esse papel: de fortalecer o segmento Municipal de aproximar e de compatibilizar a questão hídrica com a questão territorial dos municípios (Fala de Poliana Valgas durante a 109ª Reunião do Comitê - Disponível no Youtube).

O município, desse modo, é visto como ponto chave de análise por diferentes razões: primeiro porque depende da verba repassada pelo governo estadual, uma vez que sua arrecadação própria não é suficiente; segundo porque apresenta uma ineficiência organizacional por enxergar de forma fragmentada a dinâmica do rio e do saneamento básico. Por outro lado, ainda que pouco discutido, a partir da perspectiva proposta feminista apresentada por esta tese, pode-se considerar outro fator importante: a relação entre as zonas rurais e o racismo estrutural no Brasil. No caso do Rio das Velhas, sabe-se que as zonas rurais abrigam uma parcela importante da população pobre e negra do estado que depende da água da bacia, além das diversas comunidades indígenas e quilombolas do país.

Nesse sentido, vale retomar o que foi trabalhado por González (2020, p. 20) ao compreender o “funcionamento do modo de produção capitalista” na formação socioeconômica brasileira. Em seu ensaio *Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher*, González (2020) destaca como a lógica interna do desenvolvimento do capitalismo no Brasil impediu “o crescimento equilibrado das forças produtivas nas regiões subdesenvolvidas” do país. Desse modo, a “formação de uma massa marginal, de um lado, assim como a dependência neocolonial e a manutenção de formas produtivas anteriores” à implementação do capitalismo industrial, aponta para a condensação nas zonas rurais de uma maioria da força de trabalho negra, com salários menos valorizados.

Esse ponto é importante uma vez que “no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, ‘coincidentalmente’, pertencem exatamente às mulheres e à população negra” (González, 2020, p. 20). Diante disso, no caso das áreas afastadas dos centros urbanos, as relações de trabalho apresentam uma maior precariedade em termos de direitos e garantias sociais, afetando de forma mais direta a população negra e pobre. Como resgata González (2020, p. 34), é importante compreender que desde o início do desenvolvimento industrial brasileiro, a crescente urbanização abriu espaço para a força de trabalho feminina de forma excludente às mulheres negras. Devido a essa trajetória histórica, as zonas rurais e o interior dos estados costumam ser marcadas pela força de trabalho negra diante das práticas discriminatórias do setor privado e industrial que permanecem até os dias atuais.

Lélila González (2020, p. 34) ainda explica que esse processo é reiterado a partir de “anúncios dos jornais na seção de empregos; as expressões ‘boa aparência’, ‘ótima aparência’ etc. constituem um código cujo sentido indica que não há lugar para a mulher negra”. Fazendo uma

leitura pelo ponto de vista das relações históricas raciais e produtivas que estão na base da realidade brasileira, a autora esclarece:

“Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere tanto da “escrava do eito” de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da “mucama” de ontem; o mesmo poderia se dizer da vendedora ambulante, da “joaninha”, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje e da “escrava de ganho” de ontem. (GONZÁLEZ, 2020, p. 199).

Diante desse cenário socioeconômico, a identificação com o município, portanto, pode indicar um processo importante de identificação conforme tratado na seção 4.2 deste trabalho. Uma vez que a gestora se identifica como sendo “*do município*”, podemos observar um sentido político do termo, o qual aponta para a importância da inserção da perspectiva racial a partir de sua narrativa.

Enfim, a discussão dos temas aqui tratados foi importante tendo em vista uma apresentação do campo político do comitê a partir da perspectiva feminista decolonial. Busquei abordar alguns temas que emergiram com a participação nas plenárias e que foram posteriormente retomados nas entrevistas individuais.

Sem a intenção de esgotar os aspectos críticos que podem ser interpretados à luz do feminismo, pois são inúmeros, traçamos um percurso que se iniciou pela composição do grupo, entendendo que a escolha dos participantes já é um processo político importante, uma vez que qualquer escolha representa um recorte e uma exclusão de outras possibilidades. Posteriormente, a partir de um momento específico de transição de diretoria marcada pela eleição de uma *presidenta*, apresentamos alguns pontos teóricos relacionados à perspectiva racial das teorias feministas tratadas na tese.

Contudo, para dar continuidade a discussão com o aprofundamento na relação entre mulheres e água, consideramos ser importante analisar os discursos relacionados à prática da gestão da água e do meio ambiente a partir das decisões cotidianas do CBH Rio das Velhas seguindo a perspectiva organizacional de Souza e Carrieri (2012). Diante disso, a seguir, apresentamos uma seção que buscou se aprofundar em aspectos relacionados aos *sujeitos* que integram a organização e suas possibilidades de transformação social.

5.1.2. “Tem que revitalizar ao invés de canalizar, a gente tem que renovar!”: água, subjetividade e política

Outro fator importante observado na trajetória da nova *presidenta* do comitê é o fato de ela ter se iniciado com a participação em um dos subcomitês do CBH Rio das Velhas. Isso evidencia o importante papel desses grupos para a organização, não apenas por auxiliar nos processos de descentralização da gestão, mas também como forma de ampliar o espaço de alcance do comitê e possibilitar a participação de uma maior parcela da sociedade à gestão dos recursos hídricos.

A partir da narrativa de Poliana em que conta como entrou para o CBH Rio das Velhas, podemos ver a importância dos laços sociais e relações afetivas como fonte de integração organizacional no sentido proposto por Knights e Kerfoot (2004) e Paes de Paula e Souza (2018). Ou seja, o processo de integração em uma organização com a finalidade política de preservação da água aponta para as possibilidades de transformação da subjetividade. Isso acontece pelos momentos em que o contato com novos discursos pode, de algum modo, gerar impactos nas trajetórias pessoais, como pode ser visto no relato abaixo.

eu queria abrir um parêntese que só um momento mais importante, foi quando eu conheci o Zezinho, nosso colega, Zezinho poeta, todo mundo conhece que foi quem me levou, me deu a mão e me levou até o comitê e eu conheci o comitê de bacía através do subcomitê cipó, através do Zezinho. Quando eu cheguei lá, eu fiquei maravilhada com tudo aquilo, como que as pessoas estavam envolvidas, a sociedade civil, o senhor Osvaldo que não está mais conosco, mas que fazia um trabalho fantástico, e aquilo me motivou tanto que eu resolvi buscar estudar e fui depois para o Jequitibá. Bom, isso me conduziu até estar aqui no comitê de bacía. (Fala de Poliana Valgas na 109ª reunião da plenária – disponível no youtube)

É importante dizer que tal estrutura descentralizada é um diferencial do CBH Rio das Velhas. Outro participante, um dos fundadores do comitê, também rememora a trajetória do grupo, indicando essa forma de organização como uma conquista política e estratégica na aproximação das necessidades específicas de cada região.

Nunca é demais falar que a principal mola nossa, né, principal mola propulsora, o vetor que nos aponta a direção são sempre os subcomitês, né, é a participação efetiva que a gente tem de todos os membros... das câmaras técnicas enfim, o comitê do Rio das Velhas é de fato um exemplo dessa questão da participação nessa questão do envolvimento e dedicação. (...) eu queria destacar também, assim, que eu acho que é uma das grandes conquistas dessa diretoria a questão do plano diretor. Nosso plano diretor é um plano diferenciado: um plano que trata a bacía por diversas sub-bacias, né, por questões temáticas, né, ele inovou muito nisso ao tratar agricultura, né... um foco pra agricultura, um foco para mineração um foco para preservação, um

foco para água, né, enfim, isso é um grande balizador das ações do comitê. (Fala durante a 109ª reunião da plenária – disponível no youtube).

Por outro lado, o encontro entre a trajetória desses sujeitos e sujeitas com a trajetória dos corpos hídricos se inicia a partir das relações de poder que conformam as decisões emitidas pela organização. Um exemplo disso pode ser visto através do processo de decisão extraído da 112ª reunião da plenária do CBH Rio das Velhas, transmitida pelo youtube no dia 6 de abril de 2021 acerca da aprovação de um processo de outorga para uma empresa a qual solicitava a possibilidade de canalização de um curso d'água para urbanização e acesso a trânsito de caminhões para logística no município de Itabirito. Foi realizada uma exposição por uma integrante da Câmara Técnica, mostrando os impactos causados pela canalização do córrego, bem como as sugestões de condicionantes para minimizar as consequências da ação.

Neste caso, com a votação dos representantes foi decidido aprovar a canalização, ainda que houvesse um claro descontentamento por parte de muitos representantes sobre a continuidade da prática de canalização de córregos. Situações como essa são importantes para a compreensão política dos Comitês por irem além das exposições formais e demonstrarem os limites práticos das decisões realizadas pela organização. Esse caso exemplifica uma limitação comum em que diversos integrantes se mostram pessoalmente contrários à outorga, mas se veem em um campo de possibilidades reduzido devido a outros fatores externos ao contexto do comitê. A partir da fala de um integrante que teve seu voto desfavorável vencido no processo de decisão da Câmara Técnica, é possível observar como ocorrem essas limitações da prática:

Nós demos voto contrário, nós fomos vencidos em função – na realidade o os processos que chegam para CTOC (Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos), normalmente eles já passam por um processo de licenciamento anterior, nesse caso foi do CODEMA, é... muitas vezes vem do IGAM também. Então nós observamos que o projeto do galpão ele estava com uma parte da APP (Área de Preservação Permanente) natural, mas, como já haveria o processo de outorga da canalização, essa APP não valeria, né, então nós levantamos isso, esses pontos, e daí foi esclarecido pela Secretaria de Meio Ambiente que já havia uma licença para ocupação dessa APP anteriormente pelo CODEMA. Mas... é esse esclarecimento que eu queria falar... Depois nós levantamos também a necessidade de aprimoramento dessas... do ponto em que esses processos chegam a CTOC, porque, quando o processo chega, ele já está praticamente definido essas questões. (Fala extraída da 112ª reunião da plenária do CBH Rio das Velhas - Disponibilizada no youtube).

Posteriormente, uma participante pontuou de forma explícita a contradição de situações como essa e demonstrou, em suas palavras, clara insatisfação com a escolha tomada pelo comitê. Cecília Rute, integrante da diretoria ampliada do CBH Rio das Velhas e da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC), coloca o seguinte questionamento:

A gente podia, né... eu li o parecer, tudo..., mas, a gente... sabe o que a gente podia fazer? A gente podia dar um jeito de acabar com essas canalizações, né? A gente podia dar um jeito de todos os processos que viessem, a gente... olha que a gente poderia fazer: a gente podia revitalizar [ruído], porque que a gente tem que acabar com esse negócio que canalizar. Eu fico triste quando eu vejo num processo que vem: “canalização”. Tem que revitalizar ao invés de canalizar, a gente tem que renovar! Agora, eu gostei muito da das sugestões, das condicionantes que a Heloísa e nós colocamos, eu gostei. Eu acho que esse processo tudo bem, mas nos outros que virão a gente tem que estudar eles mais a fundo e a gente propor em vez de canalizações, revitalizações, né? A gente precisa começar a mudar esses paradigmas gente tem que mudar isso, porque não dá! Quando eu entrei no projeto Manuelzão¹¹ e eu ainda tenho até hoje aquele folheto de vocês contra a canalização. Foi exatamente, 2002, por causa de canalização em Contagem e isso até hoje. Hoje é a questão, 2021, a gente ainda fala em canalizações... de córregos, de trecho de nascente, de tudo... que é PP (preservação permanente), então a gente tem que mudar isso, viu? Essa é minha fala: a gente tem que mudar isso. (Fala de Cecília Rute durante a 112ª reunião da plenária do CBH Rio das Velhas – Disponível no Youtube).

Como resposta ao seu questionamento, o secretário que conduzia o processo resgatou alguns fatores que justificaram a decisão pela aprovação e explicitou o que entendia como posicionamento histórico da organização.

Realmente, enquanto até histórico nosso do projeto Manuelzão, não só do Manuelzão, mas até da nossa história em relação... trouxemos aqui ainda na década de 90 o pessoal da Alemanha né, falando dos danos todos, né, provocados por esse modelo de canalização e continuamos com a mesma opinião. Não deixamos nenhum momento de sermos contrário, até porque, principalmente nas cidades nós vemos os efeitos absolutamente danosos e perniciosos que a canalização traz, né? Trazendo cada vez mais problemas de alagamentos, enchentes urbanas e depois são quase impossíveis de solução, né? Então eu acho que nós estamos aprendendo com isso. Estamos sempre atentos a esse modelo e quero dizer que não mudamos de posição. (Fala de Marcus Polignano durante a 112ª reunião da plenária do CBH Rio das Velhas - Disponível no Youtube).

No entanto, ainda explica que, no caso do processo em questão, existiam diversas particularidades e esclarece que o comitê, em sua visão, não funciona como os demais órgãos de licenciamento, cuja rigidez muitas vezes leva a uma pressão econômica para aprovar projetos a qualquer custo. O conselheiro explica que, em sua visão, o comitê deve negociar com os empreendedores de modo a encontrar soluções possíveis considerando cenários mais amplos. No caso específico, trata-se de um empreendimento com obras já avançadas.

Um empreendimento que desde o início ele já avançou para uma área que ele não deveria ter avançado, né? Na verdade, a construção já foi... já teve um equívoco de origem: ela já foi pra dentro do Córrego, ela já foi para dentro da Área de APP, muito antes desse processo específico que agora e foi colocado, então evidentemente já era um empreendimento consolidado que a gente efetivamente não conseguiria tirar de lá.

¹¹ “O Projeto Manuelzão foi criado em janeiro de 1997 por iniciativa de professores da Faculdade de Medicina da UFMG” e tem como objetivo “lutar por melhorias nas condições ambientais para promover qualidade de vida, rompendo com a prática predominantemente assistencialista” (Site Manuelzão)

(Fala de Marcus Polignano extraída da 112ª reunião da plenária do CBH Rio das Velhas - Disponibilizada no youtube).

Com o argumento de que “o ótimo é inimigo do bom, a gente tinha que ver o que era possível construir dentro desse cenário”, o secretário continua a explicação dos fatores que a CTOC levou em consideração:

A gente discutiu muito esse processo e chegamos primeiro nessa visão, o Córrego, só pra salientar, não é um córrego – e eu fiquei muito preocupado com isso – se era classe especial, classe 1, se é um córrego que tivesse um volume de água constante, aí o olhar seria outro –mas esse córrego é um córrego quase intermitente que praticamente, ele vem no período de chuva. (...) mas tudo isso dito, nós conversamos muito, né? E tentamos ver como que a gente poderia recompor um pouco isso (Fala de Marcus Polignano durante a 112ª reunião da plenária do CBH Rio das Velhas - Disponível no Youtube).

Por fim, é interessante notar que a conclusão do caso foi dada levando em conta a relação entre as limitações reais do processo e a solicitação de recomendações como forma de minimizar os impactos causados. Na visão de uma das mulheres entrevistadas, este é um ponto importante acerca das relações de poder no contexto dos comitês. Audre¹², primeira mulher entrevistada, observa que, apesar de a plenária ser de fato soberana, a posição pessoal de cada integrante é considerada sempre dentro deste campo de possibilidades.

Mas, assim, chega para nós um documento da CETOC, que é a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança. Já que reuniu-se duas vezes, que discutiu esse processo, e a plenária é soberana. Sabe? Você pode, por exemplo, pedir vistas de um processo. Sabe? Você vai ter 30 dias para retornar o porquê, obviamente, você tem que justificar. Você não pode pedir vistas só para embargar, porque não vai fazer o menor sentido. Você vai parar o trem por 30 dias e pronto. Sabe? Mas, assim, chega-se um documento. Então, eu acho que esse é um primeiro ponto. Porque eu sinto que os embates vão se dar dentro dessas câmaras técnicas, dentro desses grupos. Porque é onde acontecem as discussões temáticas. As reuniões, muitas vezes, eu sinto que elas são deliberativas. Então, em algum momento, eu pergunto uma pergunta, uma dúvida para esclarecer com relação à votação, e para saber como se posiciona e tudo o mais (Fala extraída da entrevista - Audre).

Conforme exposto nas apresentações institucionais acerca dos órgãos da Política Nacional de Recursos Hídricos, o comitê é, com efeito, um espaço importante na gestão integrada da água. Com a apresentação desse caso, que frequentemente se repete sob a mesma lógica argumentativa, buscamos abordar os modos como as decisões são tomadas e as limitações que acontecem na prática. Resgatamos uma cena do cotidiano do grupo como forma de ilustrar

¹² Os nomes das participantes da pesquisa são fictícios. A escolha de cada nome seguiu uma estratégia exposta no capítulo seguinte.

momentos mais capilares do poder por meio do discurso, conforme teorias das organizações discutidas na segunda seção desta tese.

Neste sentido, foram abordados os modos como os sujeitos atribuem sentido às suas ações por meio dos discursos que os cercam. Seguindo o que foi discutido por Orlandi (1998) no referencial teórico, a relação entre linguagem e sentido é dada na cultura e na história – não como uma simples sucessão de fatos neutros, mas a partir do formato das relações sociais em cada contexto, ou seja, a forma como os sujeitos incorporam os acontecimentos do passado na conformação da interpretação da realidade (ORLANDI, 1998; GONZÁLEZ, 2020, BUTLER, 2017; LOPES e PAES de PAULA, 2017).

Por outro lado, à luz da seção acerca das desconstruções de gênero nas relações hidrossociais, o que fica evidente, a partir da análise de um caso como esse, é, sobretudo, como a lógica da colonização se legitima a partir do discurso técnico como modo de dominação dos corpos hídricos. Em outras palavras, na medida em que gênero e raça são compreendidos como categorias construídas historicamente como base da epistemologia ocidental (HARAWAY, 2000; 2016; PRECIADO, 2017; MBEMBE 2019), não apenas os corpos femininos são submetidos ao padrão binário da sociedade, mas o conhecimento científico como um todo.

O fato de a água ter seu curso impactado pela conformação subjetiva dos participantes da organização retoma o pensamento de Haraway (2016) que defende “uma compreensão ‘artefatual’ da natureza, a qual se trata de “uma co-construção entre humanos e não humanos” (HARAWAY, 2004, p. 66). Na mesma direção, Preciado (2017) também aponta como, mesmo para além do questionamento do sistema sexo/gênero, a dicotomia entre natural e artificial permanece na formação do conhecimento científico, o qual neste caso é usado para legitimar uma decisão sobre a água.

Por fim, com este capítulo buscamos dar início a uma análise das narrativas ligadas a água no contexto do CBH Rio das Velhas à luz do feminismo decolonial. Após esse exercício, alguns fatores despertaram a necessidade de um maior aprofundamento. O apagamento das relações raciais nos discursos políticos produzidos no espaço do comitê, bem como a prevalência do discurso tecno/científico nas decisões relacionadas à água salientam a necessidade de compreender como as mulheres respondem a este cenário e quais estratégias de resistência podem ser encontradas em suas narrativas de vida.

6. Histórias das mulheres do CBH Rio das Velhas

Apresentamos a seguir as narrativas de mulheres participantes do comitê que foram produzidas a partir das entrevistas individuais buscando explorar como as relações de gênero, raça, classe e território atuaram na produção da subjetividade política conforme o objetivo desta tese. Visando fugir dos paradigmas positivistas que procuram a qualquer custo, fazer recortes pontuais e apresentar relações de causalidade direta, optei por relatar meu contato com cada uma das participantes entrevistadas e os resultados produzidos a partir desses encontros.

As entrevistas ocorreram de modo on-line por preferência das entrevistadas e tiveram a duração aproximada de uma hora, sendo que em um dos casos foram necessários dois encontros para finalização do diálogo. Foram entrevistadas participantes tanto do comitê quanto dos subcomitês. Para responder às normas éticas, utilizei nomes fictícios para as mulheres entrevistadas visando manter o anonimato, conforme garantido no termo de consentimento livre e esclarecido entregue e assinado pelas participantes. Antes de cada relato, escolhi um poema que me remeteu ao sentimento geral proporcionado por cada diálogo e, como meio de nomear as entrevistadas, adotei o nome da poeta escolhida.

Desse modo, segue abaixo uma breve apresentação individual das histórias visando demonstrar, em linhas gerais, os contextos socioeconômicos, as trajetórias de vida de cada participante, bem como algumas articulações com o pensamento das autoras feministas abordadas na seção 4 desta tese. Por fim, a disposição das narrativas não acontece em ordem cronológica da realização das entrevistas, mas ela se dá de modo a possibilitar um percurso pelas teorias tratadas neste trabalho.

Conceição

Quando eu morder
a palavra,
por favor,
não me apressem,
quero mascar,
rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano
do verbo,
para assim versejar

o âmago das coisas.
(Conceição Evaristo)

Minha relação com Conceição teve um início inusitado. Ao contrário das outras mulheres contactadas que aceitaram marcar uma entrevista, Conceição se mostrou um pouco reticente com a ideia de uma conversa. Inicialmente aceitou o convite, mas no dia marcado, acabou tendo que cancelar devido a uma demanda com urgência na zona rural e me perguntou se seria possível que eu enviasse por e-mail as perguntas que iria fazer. Surpresa com o pedido feito por Conceição, eu me lembrei do que foi dito por Butler (2003) sobre a imprevisibilidade da interpelação ao outro como uma via de mão dupla: se interpelo, também posso ser interpelada. Os afetos que emergiram nesse momento foram diversos.

Lembrei-me das minhas experiências anteriores em que entrevistei pessoas um pouco desconfiadas ou impacientes. Lembrei-me também de todo o estudo metodológico feito durante os anos de pesquisa nos quais busquei apresentar nesta tese e que atestam a importância de um espaço para espontaneidade no diálogo promovido pelas entrevistas pessoais. Além disso, pensei que Conceição estivesse apenas sem interesse em participar da pesquisa e que talvez fosse o caso de não insistir.

Também pensei que poderia haver um segundo problema metodológico. Uma vez que as entrevistas são inspiradas na metodologia de história de vida, é muito importante que a entrevistada fique o mais livre possível para decidir os caminhos que percorre ao contar sua trajetória. Mais especificamente, o fato de a entrevista ser semiestruturada já é uma adaptação de uma metodologia que tem como premissa o mínimo de interferências possíveis a partir do simples convite, “conte-me sua história”. Além disso, durante os meus anos de pesquisa, advoguei pela perspectiva qualitativa da ciência social de modo que questionários ou formulários sempre me despertaram muita resistência.

Mas, ao perceber quantas afetações aquele pedido havia me causado, tive que admitir que havia algo intrigante na proposta. Por outro lado, deixando os medos e convicções de lado, observei que ela explicitamente não se recusou a participar da pesquisa, mas pediu para que eu mandasse as perguntas por e-mail para que ela pudesse responder de forma escrita. Além disso, uma vez que, acima de qualquer premissa metodológica, o objetivo com o trabalho é ouvir a perspectiva das mulheres dos comitês, decidi aceitar a proposta e enviei as perguntas em um arquivo em

Word para que ela respondesse por escrito ou por meio de áudios em aplicativo de mensagens instantâneas.

Depois de alguns dias, sem retorno, pensei que realmente a questão fosse que ela não quisesse participar, mas que ficou constrangida em negar diretamente o convite. Contudo, para minha surpresa, Conceição me mandou uma mensagem esclarecendo uma dúvida acerca de uma das perguntas e disse que estava demorando para enviar porque gostava muito de escrever. Após alguns dias, ela me enviou por e-mail com um arquivo em word contando sua história. Agradei a Conceição por sua contribuição e guardei sua narrativa junto aos demais materiais da pesquisa. Alguns minutos depois, percebi uma nova mensagem no Whatsapp, era Conceição me pedindo uma avaliação de suas respostas e perguntando se ela tinha escrito mal. Foi mais uma interpelação inusitada, pois não pensei que ela pudesse esperar por algum retorno nesse sentido.

Rapidamente respondi que as respostas tinham sido muito interessantes, que gostei muito de conhecer sua história de vida, suas origens e que seu texto ficou muito bem escrito. De fato, era perceptível sua dedicação. Com isso, ao perceber uma abertura maior, aproveitei para perguntar o que ela tinha achado da experiência de escrever sobre si mesma. Conceição respondeu que tinha gostado bastante e continuou me contando mais sobre sua vida, seu trabalho e suas percepções. Ela me explicou que era uma pessoa discreta e contou que já tinha sido muito criticada inclusive por não se “misturar muito”.

Também me contou que, por vir do interior, demorou muito tempo para aprender a colocar limites nas relações e que foi difícil deixar de ter uma imagem de “bobinha/boazinha” e aprender a impor sua voz. Em sua carta, escreve um pouco de sua história de vida, rememorando inúmeros momentos de sua infância na zona rural, como o seguinte:

Minha cidade é ribeirinha, o bairro onde nasci é colado no nosso amado Rio Paraúna. Onde lavávamos os utensílios domésticos, roupas, nos banhávamos, pois antigamente não tínhamos água encanada. (...) Tempo em que comíamos carne somente proveniente da caça de tatus, tamanduás na época era permitido, graças a Deus que hoje não é mais. Não tínhamos muito o que comer, éramos bem magros, mas mesmo assim éramos saudáveis e felizes. (...) Restam os aprendizados, as saudades e a memória de tudo que guardo com muito amor em meu coração. Vim de uma família muito humilde, muito sofrida, mas me educaram muito bem com sua sabedoria, seu caráter e seus princípios, e esta é minha herança (Conceição)

Sua escrita revela uma narrativa lírica e mostra uma experiência de autoescrita que se assemelha ao processo que foi discutido por Butler (2017) em que mais importante do que as informações

presentes nas narrativas são os aspectos espaciais do discurso, como as posições em que o ato de fala pode ocorrer, ou seja, diante das diferentes formas da relação entre a enunciação e recepção em situações possíveis (BUTLER, 2015, p.91). Neste caso essas dimensões ficaram evidentes, uma vez que Conceição demonstrou se sentir mais confortável ao falar de suas recordações e alguns assuntos sensíveis por meio da escrita da qual procura saber posteriormente minha avaliação.

Esse processo foi ressaltado pela sequência de mensagens trocadas. Em alguns casos, especialmente naqueles que relatavam algum tipo de violência verbal ou psicológica, ela frisava o pedido de sigilo. Em outros casos, como na escrita das respostas, perguntava se era isso que eu esperava ouvir. Na mesma direção de Butler (2017), Barreto (2018) explica que, uma vez que as narrativas pessoais são “efeitos de poder/saber”, é necessário que sejam compreendidas suas condições de emergência. Além disso, tendo em vista que “exprimem poder e desejo”, revelam a dimensão produtiva de sujeitos e de realidades.

Ao lado de tais considerações, é importante destacar que tais propostas se baseiam no pensamento de sublinhado por Butler (2017 p. 87) em que “qualquer que seja o relato que se dê sobre os momentos inaugurais de um sujeito, ele sempre será tardio e fantasmático. (...) a origem só se torna disponível retroativamente e através da tela da fantasia”.

A água entrou na minha vida, desde criança, costumamos dizer que as crianças daqui já nascem nadando. Nosso município é ricamente abençoado pelas águas, sendo banhado por 3 rios muito importantes: Rio Paraúna (nosso vizinho), o Rio Cípó que desagua no rio Paraúna e o Rio das velhas onde o Rio Paraúna faz o encontro com ele na comunidade quilombola de Capão. Um rio na zona urbana e dois na zona rural. Tinha uma tia, hoje já falecida, mulher guerreira que criou todos os seus filhos fazendo retirada de areia do rio Paraúna para vender. Retirava do Rio Paraúna o sustento para seus inúmeros filhos. Até nos seus últimos dias de gestações, lá estava ela com água até o pescoço, enchendo sua canoa de areia. E até hoje, esta prática, está diretamente ligada ao sustento de algumas famílias locais (Conceição)

Por este relato, é possível ver que sua constituição subjetivava é marcada por experiências simbólicas com a água. Ao falar de sua infância, se lembra dos rios que cercavam sua cidade, além da imagem de sua tia, “*mulher guerreira*” passando seus dias trabalhando como coletora de areia na água do rio. Essa formação subjetiva não se refere a nenhuma visão essencialista conforme perspectiva de Butler (2015), todavia, refere-se à composição do que chama de “tela da fantasia” tardia elaborada *pelo sujeito* que, ao se autodescrever, elabora o significado ético de sua própria formação.

Além disso, a imagem da mulher simbolizando força e cuidado também é vista em outros momentos de sua escrita em que afirma se identificar com mulheres como sua mãe: “na vida, admiro muito minha mãe, uma mulher sofrida, mas guerreira e forte, é aquela pessoa que guarda sua dor, para cuidar das dores do outro. Tem um coração gigante e é muito caridosa” (Conceição). Essa característica ligada historicamente ao gênero feminino, conforme mostra Haraway (2016) e Preciado (2016), é citada também ao justificar a participação das mulheres na gestão da água. Considera que uma importante oportunidade da participação das mulheres nos comitês de bacias está na capacidade feminina em sensibilizar o outro. “Através da perspectiva feminina, a mulher consegue sensibilizar sobre os cuidados no uso, conservação e preservação dos recursos hídricos” (Conceição).

Ao mesmo tempo que tal perspectiva se alinha ao ecofeminismo, é também criticada por Haraway (2016) na medida em que se sustenta no dualismo entre mulheres e natureza imputando a ambas características como cuidado com o outro e docilidade, como exposto no capítulo 4.1. O discurso de Conceição expõe uma das formas em que ocorre tal processo subjetivo visto que liga força à capacidade de “guardar sua dor para cuidar das dores do outro”.

Por outro lado, ao dar continuidade à conversa por meio dos áudios, narrou sua própria relação com a água por um prisma diferente. Contou com entusiasmo sobre sua participação em uma ONG de preservação do rio de sua cidade. Além disso, enviou diversas fotografias das expedições das quais participa com frequência e falou dos laços de amizade que têm construído nas jornadas que duram cerca de três dias em parques nacionais com a finalidade de contribuir com a limpeza do rio. Tais vivências, por proporcionar interações entre pessoas e a natureza, se aproximam do processo de transformação vislumbrado por Haraway (2016) ao tratar de caminhos para vidas mais “éticas e habitáveis para todos os organismos humanos e não humanos” do planeta (GREBOWICZ; MERRICK, 2013).

Em uma das mensagens relatou: “sou mais na minha sabe, respeito todas as pessoas, mas vejo o mundo de uma maneira diferente das outras pessoas. Sinto energias nos ambientes e nas pessoas, gosto de lugares tranquilos e pouco barulho” (Conceição). Depois da troca de várias mensagens no Whatsapp, relatos sobre assuntos íntimos e difíceis, áudios gravados, apagados e regravados, saí da conversa com a impressão de uma ambivalência. Ao mesmo tempo que sua participação era marcada por um tipo de recolhimento, também demonstrava uma autodeterminação muito particular. Tendo em vista que afirmou desde o início o modo pelo

qual queria falar, Conceição criou um relato de si em seu próprio ritmo, com suas normas e ao final acabamos criando uma amizade e aventando possibilidades até mesmo de projetos para o futuro.

Lourdes

dançar é celebrar o corpo
 é render graças
 dialogar com as coisas
 é vê-las com os sentidos todos
 nada no meio do caminho
 o vento é o maior conhecedor do silêncio
 o vento é dança
 alguém sonha comigo. sou água. Sou vento
 (Lourdes Teodoro)

Lourdes foi a primeira pessoa que contactei no comitê. Ela me apresentou às outras mulheres e demonstrou bastante interesse pela temática da pesquisa. Tivemos duas conversas longas nas quais fiquei muito inspirada por sua fala tranquila e consciente. Lourdes me contou que sua postura engajada começou ao acompanhar a luta de seus pais pela casa própria. Relata que o bairro em que nasceu foi criado na década de 1980 por meio de mobilizações sociais dos moradores que cobravam do governo medidas de apoio “por ser um bairro de vulnerabilidade alta” (Lourdes).

Mas aí, nessa época (...), não tinha água, não tinha luz. Então, tudo isso, os moradores tinham que correr atrás. E eu vivi em meio a isso, sabe? Vivi assim: água, asfalto, luz. Depois de muito tempo, muitos anos, eu fui entender. Porque eu era muito criança, então não entendia. E tudo era festa. (Lourdes).

Nesse contexto, a prefeitura desenvolveu um programa social que, a partir de uma fila de interessados e seguindo alguns critérios de prioridade, disponibilizava o terreno e o material para que casas fossem construídas seguindo um cronograma estabelecido pelo programa. Lourdes resgata a memória de sua mãe e conta que “às vezes as pessoas... Faltava só colocar o telhado, bater a laje, e a pessoa não conseguia cumprir aquela meta. Ela perdia aquela casa. Voltava para o final da fila” (Lourdes). Expõe ainda que nasceu junto com o novo bairro: “nasci em dezembro de 1987, e em fevereiro de 1988, eu já estava lá no meio da obra, com meus pais, na construção” (Lourdes), relata Lourdes.

Com o tempo, a região em que vivia começou a se transformar, e, apesar das melhorias feitas pela prefeitura, Lourdes conta que “com o grande volume de pessoas que foram chegando, a demanda era muito mais alta do que o programa, então começaram a acontecer algumas invasões. Mas isso é outra história” (Lourdes). Posteriormente mostra como sua história é marcada por esse contexto de projetos sociais e programas voltados à população periférica. Ao participar do programa Menor Aprendiz, “voltado para a iniciação ao mercado de trabalho de jovens, a partir de 14 a 16 anos” (Lourdes), recebeu uma educação que, em sua visão, baseia-se em uma perspectiva voltada para o trabalho, a autonomia e responsabilidade coletiva.

Em sua narrativa de vida, evidencia como foi, ao longo do tempo, construindo sua forma de compreender a realidade social a partir da educação pública embasada na perspectiva crítica. Além disso, destaca como sua atuação profissional hoje é diretamente influenciada por essa construção.

E nesse formato de educação para o trabalho, uma coisa que sempre foi muito colocada, e hoje eu entendo também, porque na época eu não tinha muita maturidade para entender, mas era uma educação muito na perspectiva de Paulo Freire. A pedagogia da autonomia. Enfim. Essa coisa da autonomia, da responsabilidade coletiva. E aí uma coisa que me chamou muito a atenção nessa época, e foi muito forte para mim, porque isso é muito forte dentro da minha família, e eu acho que toda família pobre também, é a questão do trabalho. E é uma frase que me marcou para o resto da vida, e eu acho que é o que me move, hoje, para onde eu estou, é que o trabalho é a expressão do ser. Então, eu quis ir para uma linha de trabalho muito voltada nessa perspectiva. Se o trabalho é a expressão do ser, então eu tenho que fazer o melhor que eu tenho, na posição que eu tenho.

Além de mostrar em seu relato a relação entre classe social e um modo de viver voltado específico, a fala de Lourdes chama atenção por apontar ideias refletidas ao longo de sua entrevista em momentos nos quais elabora reflexões sobre si mesma, como o processo de escolha da sua profissão. Por outro lado, pontua também mudanças na forma em se compreender na sociedade, em especial quanto às questões de *raça*¹³. Assim Lourdes relata: “naquela época eu não tinha um nível de consciência a tal ponto de pensar assim: ‘eu sou uma mulher preta. Para começar, sou periférica’. Eu fui entender isso deve ter pouco menos, sei lá, de cinco, seis anos, talvez”. Conforme discutido na seção anterior, por meio dos processos políticos de invisibilização do visível, o mito da democracia racial no Brasil leva Lourdes ao

¹³ O termo é utilizado em itálico para indicar que se trata de um conceito construído socialmente por pessoas brancas ao longo da história, conforme Mbembe (2019) e seguindo a mesma estratégia utilizada por Kilomba (2019).

conflito entre necessitar do apoio do governo em sua formação e a dificuldade em se identificar como *sujeita*¹⁴ a qual tais políticas são destinadas.

Para a participante, nessa época as relações raciais eram ainda menos discutidas e explica: “a narrativa, por eu não ser uma mulher preta retinta, a leitura que as pessoas faziam era de: ‘Não, você é morena’. Enfim, não conseguia me ver dentro dessas políticas” (Lourdes). É válido ressaltar que este caso revela, além da invisibilização, um mecanismo que Grada Kilomba (2019, p.141) entende como um processo violento de “negação massivo, no qual a *negritude* é apenas admitida na consciência em sua forma negativa: "Eu não acho que você seja negra! Eu até me esqueço que você é negra!". Ainda, é importante remarcar que a ambivalência existente nesse relato possui objetivo de prevenir que

pessoas brancas sejam confrontadas, em suas vidas cotidianas, com a realidade de pessoas negras e com as formas pelas quais percebemos, experienciamos e sentimos essa realidade (Essed, 1991). Além disso, elas também impedem o sujeito branco de ter de lidar com o desconfortável fato de que diferenças existem e que essas diferenças surgem através de processos de discriminação (KILOMBA, 2019, p. 141).

Ao elaborar a situação no momento da entrevista, Lourdes percebe tal ambiguidade e narra da seguinte forma:

E até um adendo. Fazendo essa narrativa, hoje, eu também compreendo que foi uma coisa burocrática. Que eu sempre pensava: “Ah, para mim está ruim, mas para outra pessoa está pior. Então, deixa a oportunidade para outra pessoa”. Mas também era porque eu não tinha uma maturidade para compreender a importância das políticas públicas. E até mesmo quanto ela é feita para todo mundo. Não é só para umas ou outras pessoas, mas existe uma questão, que está relacionada à reparação histórica, que é necessária e fundamental que ela exista (Lourdes).

A história de Lourdes caminha no sentido de se envolver cada vez mais com as questões sociais e ambientais. Inclusive ao escolher seu curso de graduação conta ter sido impactada pela influência de uma tia que apresentou a temática do desenvolvimento sustentável. Além disso, ainda se lembra que o meio ambiente já era algo que chamava atenção por se sentir “muito à vontade” na natureza. Esse ponto toca em um processo importante ao falar sobre a relação entre mulheres e resistência pela ótica do feminismo decolonial. Mostra, sobretudo, a lógica coletiva das mulheres negras no Brasil e a formação de uma consciência ecológica por meio das relações de afeto, entre duas mulheres e entre as mulheres e a natureza.

¹⁴ O termo *sujeita* é utilizado ao invés de *sujeito* no masculino para se contrapor à epistemologia pautada no ideal da masculinidade, conforme trabalhado na seção 4 desta tese.

Por fim, optou pelo curso de ecologia na graduação e, com a ajuda dessa mesma tia que pagou sua inscrição no vestibular, conseguiu entrar na faculdade, o que considerava uma realidade distante: “eu achava que era uma coisa distante também para mim. Eu achava que era quase impossível entrar para a faculdade. E ela me apoiou muito, assim como meus pais nesse processo” (Lourdes). Ao chegar à faculdade costumava pensar: “nossa, sensacional. Só de ter chegado ali já era muito bom para mim” (Lourdes). Mostrou, ainda, no decorrer da conversa, diversas histórias de superação, o alcance de cargos com grande relevância social e uma atuação política no contexto do comitê com impacto significativo do sentido do alcance efetivo da participação popular na gestão da água.

Aída

Não creio que seja demasiado que eu esteja aqui.
Aqui faz falta uma mulher, e essa mulher sou eu.
Não regresso em prantos. Não quero reconciliar-me
com os fatos estranhos.
(Aída Cartagena Portalatín)

Meu contato com Aída foi realizado por e-mail, com o convite para participar da entrevista. Consegui seu contato com um colega de trabalho dela e enviei uma mensagem explicando a pesquisa em linhas gerais. Aída se mostrou solícita para contribuir com o trabalho, mas, ao mesmo tempo parecia um pouco reservada, o que foi reforçado pela sua opção de não utilizar a câmera no decorrer da entrevista on-line.

Tivemos alguns desencontros em nosso contato. Primeiro Aída se equivocou em um e-mail enviado para mim e, posteriormente, precisou cancelar a primeira entrevista que marcamos. Quando finalmente agendamos uma nova data, eu que me confundi. Marquei o dia errado em minha agenda e faltei no horário combinado. Diante do erro, pensei que tinha perdido a chance de entrevistá-la, uma vez que a participante já tinha demonstrado esforço para conseguir um tempo, tendo informado inclusive que poderia conversar apenas depois do horário comercial. Porém, ao explicar a situação, Aída aceitou reservar um novo horário, no qual finalmente conseguimos nos encontrar.

Ao refletir sobre o ritmo dos nossos contatos e sobre a dinâmica de persistências entre tantos atos falhos, não pude deixar de pensar sobre o desejo de uma mulher trabalhadora e voluntária em um órgão ambiental que decide parar um tempo do seu dia para contribuir com uma pesquisa científica. Por outro lado, quanto ao meu ato falho, pensei sobre minha própria trajetória de vida e uma possível resistência em entrevistar uma representante do segmento privado de usuários, em especial, uma mineradora. Apesar desses obstáculos, o interesse em comum no tema da participação das mulheres na gestão da água se mostrou como um elo que sustentou nossa interação e possibilitou uma troca narrativa profícua.

Aída contou ter 19 anos de experiência com a área de hidrogeologia e ao menos 13 anos atuando na mineração. Iniciou sua carreira a partir do curso de geologia e atualmente faz doutorado em hidrogeologia. Quando perguntei sobre sua escolha pessoal em ingressar para a área do meio ambiente, relatou sua experiência de ter realizado o curso técnico em química no Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (COLTEC). Pela influência de um professor geólogo que apresentou o curso de geologia e pelas vivências profissionais proporcionadas pelo curso, interessou-se pela área do meio ambiente nas empresas. “O curso técnico é muito bom por causa disso, de fazer algumas discussões, visitar empresas”, disse Aída, que revelou ter sido marcada pela experiência em grandes empresas: “e eu pude, também... Eu estive na Petrobras nessa época, conhecer qual é a função do Geólogo dentro da Petrobras”.

Quando pergunto sobre seu interesse pela perspectiva técnica do meio ambiente, Aída relata algumas relações de gênero em sua trajetória profissional e em sua formação educacional, apontando as mudanças que sente na cultura com relação à época em que se formou:

E tem 20 anos que eu formei. Era outra realidade. Eu formei em 2003. Na época em que eu formei, eu lembro que, quando estava no sétimo período, eu fui fazer um estágio em mineração, só tinha eu de mulher na mineração inteira. Nem o pessoal que trabalhava no restaurante... eram homens. Cozinheiro, era homem; a pessoa que atendia o telefone; limpeza. Eu chegava lá na mina e era quase uma anomalia. Todo mundo fica olhando para mim (Aída).

Com esse relato, a entrevistada mostra como vivenciou na prática a relação histórica entre o discurso técnico e o gênero masculino, conforme discutido no capítulo 4.1 desta tese. Como explicam Jaggar e Bordo (1997), trata-se da tradição filosófica ocidental que imputa na construção do conhecimento características culturalmente associadas ao masculino. Tal contradição me fez perguntar como foi a experiência em lidar com essa situação ao longo dos anos.

Por um lado, Aída repete algumas falas negando ou relativizando suas dificuldades:

Ah, eu não tive muito problema. Eu achava bem tranquilo; (...) eu entrei rápido com a turma, entrei no esquema, e acho que foi bem tranquilo. Não tive muito problema (...), eu acho que eu não posso reclamar. Eu tive muitas oportunidades boas, consegui entrar no mercado de trabalho logo após a minha formatura (...) ninguém falou nada, não tive nenhuma situação (...). Mesmo assim eu consegui ter as oportunidades. Então, não posso reclamar. Acho que eu consegui (...) sempre tive meu espaço, sempre fui respeitada, nunca tive dificuldades por ser mulher não (Aída).

Por outro lado, intercala falas reconhecendo as discriminações e diferenças de gênero que encontrou em sua trajetória. Aída recorda: “quando eu entrei, entramos 23 alunos para a Geologia, era eu e mais uma menina. E ela largou o curso no terceiro período” e assevera: “tinha que aguentar conversa dos meninos, mas você entrava na onda, leva na brincadeira e vida que segue” (Aída). Além disso, ainda narra momentos de discriminação no trabalho os quais entende como sutis, mas que expressam uma exclusão de gênero de forma direta.

Eu já soube de situações. Já tive situação de algumas pessoas me falarem que me indicaram para uma vaga. Falaram: “Aída, me ligaram pedindo para indicar. E na hora que eu indiquei, falaram que não queriam mulher. Porque era na mineração”. Já aconteceu isso comigo. A pessoa falar: “Nossa, você ia dar certinho para a vaga. Eu te indiquei, e a pessoa falou: ‘prefiro que seja homem’”. Me falaram, mas não diretamente a mim, chegou para mim e falou: “Não. Não vou te contratar porque você é mulher”. É muito implícito. Às vezes você manda um currículo, a pessoa nem te chama para entrevista. Não tem como a gente saber no detalhe. Essa situação eu tenho certeza, porque foi a pessoa que me falou. “Me ligaram pedindo indicação. Te indiquei. Mas falaram que não queria mulher” (Aída).

Essas e outras desigualdades de gênero observadas em sua narrativa serão trabalhadas na seção seguinte. Contudo, é interessante notar que Aída apresenta em sua fala dois elementos principais como resposta às dificuldades encontradas: o esforço pessoal e o embasamento científico como possibilidades de fazer frente às discriminações. Isso é percebido em diversos momentos de sua história, desde sua formação como bacharel em geologia, até a vida profissional.

Quanto ao primeiro caso, ela se lembra tal como se apresenta a seguir:

Eu fiz química no segundo grau. Então, tinham muitas matérias que eu tinha mais facilidade. E a turma meio que ficava atrás de mim porque eu já estudava na UFMG, conhecia os processos. Onde ir, o que fazer, biblioteca, restaurante. Então, todo mundo vinha atrás de mim: “Como faz a carteirinha do restaurante?”, “Como faz isso?”. Então, eu já entrei no curso meio que...O pessoal já vinha em mim. E fui fazendo amizade. As pessoas que estudaram comigo até hoje estão juntos em algumas relações trabalhistas, de empresas e tudo (Aída).

Com relação a sua vida no trabalho, também mostra a mesma estratégia de resistência:

Mas, mesmo assim, eu tive espaço, consegui atuar, conseguir trabalhar. Enfim. Também, eu acho que tem muito a ver com a postura, como você se coloca. (...) Eu falo: “Olha, se você sabe o que está fazendo e tem firmeza, todo mundo vai te respeitar. Se você sabe se colocar, você vai ter o respeito das pessoas”. O problema é quando você chega em uma reunião e você tem medo de falar, você fala gaguejando. Alguém chega para falar uma coisa com você, e você começa a chorar. Então, certas posturas profissionais, tanto para homem quanto para mulher. Você tem que ter, entendeu? Se você não tem firmeza no que você está fazendo, vai buscar o conhecimento para você ter. Porque é isso que vai te garantir o respeito no trabalho. Minha experiência de vida é essa. (...) Mas eu entendo dessa forma. Se você tem firmeza, se você tem domínio do que você está fazendo e está atuando, as pessoas vão te respeitar. Eu penso muito assim (Aída).

Além da reprodução de fatores associados ao masculino, conforme trabalhados no capítulo 4.1 da tese, como “ter firmeza”, “não gaguejar”, não demonstrar emoções: “não chorar”, a estratégia de resgatar o discurso do conhecimento técnico como forma de legitimação e contraponto ao fato de ser mulher é recorrente em sua fala.

Ademais, diz ter no comitê a oportunidade para falar sobre alguns impactos positivos da atividade mineradora. E entende que apesar dos danos causados pela atividade, a mineração auxilia na mitigação de problemas relacionados a chuvas excessivas, com o amortecimento da rápida quantidade de água por meio das barragens, pela disponibilidade hídrica ao extrair a água do subsolo e pelo tratamento da água que devem fazer em troca do uso de uma quantidade relativamente pequena. Acrescenta: “Ah, a mineração impacta?”. Sim. Impacta. Muito. Nunca questionei e nem tirei isso. Sempre falo isso” (Aída).

Entretanto, explica seu ponto de vista:

Tem-se a mineração como um grande vilão. “Ah, mineração, barragens”. Enfim. E eu tento ponderar um pouco isso, porque, muitas vezes, não é essa a realidade. Tem muitas situações que hoje, se não fosse a mineração, hoje você não teria disponibilidade hídrica na bacia. Por exemplo, Belo Horizonte. A gente tem algumas barragens que a água de captação vem de delas. E se você não tivesse essa barragem, chovia e a água iria direto para o mar. Você não teria o barramento. E no período seco faltaria água em muitos municípios. Além disso, no processo de lavra, que você faz o bombeamento da água subterrânea, que é uma água de difícil acesso, e é um custo alto para você usar essa água. E é uma água que tem uma qualidade boa. A mineração, muitas vezes, remove essa água naquele local onde ela está desenvolvendo a lavra, e ela devolve essa água a jusante. Então, ela disponibiliza uma água que, às vezes, a população do entorno não teria acesso a uma água de qualidade, um volume até razoável, e consegue fazer, vamos dizer assim, essa mitigação do impacto (Aída).

A narrativa de Aída é tecnicamente fundamentada. Contudo, trata-se de um recorte pontual de uma realidade mais ampla. Conforme autores como Ahlers e Zwartveen (2009), Best (2019) e Swyngedouw (2015), podemos entender o ciclo da água não apenas em sua dimensão física. O que é entendido como ciclo hidrológico pelo *mainstream* da ciência, pela epistemologia

decolonial, pode ser visto como ciclo hidrossocial e histórico. Desse modo, o argumento de Aída só pode destacar tais aspectos positivos diante do apagamento dos fatores históricos e sociais que conduziram o desenvolvimento das cidades no Brasil pela ótica da colonização.

Esse contexto histórico é especialmente relevante em Minas Gerais, estado caracterizado desde o século XVI pela exploração minerária e pela cultura de canalização dos rios. Pela ótica decolonial, o discurso que elucida os pontos positivos da mineração é construído à medida que camufla os problemas ambientais e sociais gerados pela própria atividade da mineração. Quando Aída argumenta que as barragens contribuem para a prevenção de enchentes, deixa de lado os impactos permanentes causados pelos rompimentos ao longo da história. Não apenas pela destruição irreparável dos rios, mas também pelos resíduos dos rejeitos solidificados nas tubulações de escoamento da água. Outrossim, apaga igualmente os fatores históricos e problemas de longo prazo gerados pelas mineradoras nos sistemas econômicos das pequenas cidades como a dependência dos moradores à atividade minerária, a superexploração dos trabalhadores, além dos riscos futuros em transpor a água do subsolo para a superfície.

Essas reflexões me levam a relacionar sua narrativa à vertente do feminismo liberal, entendida pelo feminismo decolonial como movimento cuja luta pelo direito da inserção das mulheres brancas no mercado de trabalho contribui diretamente com a manutenção do sistema imperialista e patriarcal na medida em que não rompe com o processo histórico colonial e acúmulo de capital pelos países do norte global.

A própria entrevistada reconhece algumas contradições do modelo extrativista. Compreende os impactos sociais causados pela exploração excessiva da água no contexto dos municípios, mas se furta a observar as limitações reais na conciliação desse modelo às necessidades sociais a longo prazo da bacia hidrográfica, como pode ser visto na passagem abaixo.

E, ao mesmo tempo, no Comitê, quando a gente recebe, por exemplo, outorgas, alguns processos para validação, pela minha questão, que eu já fiz vários processos de outorga, que eu já trabalhei várias vezes essas temáticas, a minha análise é muito mais técnica do que social. Então, sei lá, essa empresa aqui está [...], está pedindo a outorga de cinco poços, e o Comitê tem que aprovar. Vem para a gente. O que eu vou avaliar? “Ah, mas onde é, qual é o raio de influência desse poço, tem alguma captação próxima? Vai ter algum impacto? Qual é a vazão? Essa vazão dá o tempo de recarga desse poço?”. Então, a minha visão é bem mais técnica no Comitê. E a questão que você perguntou, do impacto social, acho que é muito relacionado a isso tudo. Quais são as pessoas que consomem a água abaixo, após os empreendimentos? Como elas fazem uso? Se animais usam a água. Enfim. Todas essas questões eu tento, de alguma forma, contribuir.

Tais observações ganham maior relevância diante da crítica feminista que este trabalho buscou realizar, ou seja, a tese de que a relação entre mulheres e água segue a lógica dos processos de colonização conforme foram tratados por González (2020) e Mbembe (2019). Isso acontece porque os processos de alienação e recalçamento explicados por González (2020) acerca das relações raciais podem ser inseridos também no discurso do feminismo liberal com relação ao meio ambiente ao considerar a dominação da natureza de modo parcial diante do apagamento histórico da violência colonial.

Além disso, é importante destacar que o uso do discurso técnico como modo de relativização dos impactos da mineração pode ser visto a partir da teoria de González (2020, p. 70) como a dimensão da consciência enquanto “lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber”. A autora ainda pontua: “é por aí que o discurso ideológico se faz presente” (GONZÁLEZ, 2020, p. 70). Paralelamente aos processos de dominação racial, a dominação da água por meio da legitimação do discurso técnico, científico e racional pode levar, como explicado por González (2020, p.31), à “transposição mecânica de interpretações de realidades diferentes às mais sofisticadas articulações ‘conceituais’ que se perdem no abstracionismo” (GONZÁLEZ, 2020, p. 31).

Vale notar que a mesma lógica de apagamento das relações históricas de exploração colonial se repete quando Aída fala sobre sua perspectiva quanto às políticas de reparação histórica como as cotas para negros nas universidades públicas.

Eu acho que cota é importante, sim, mas com relação à condição financeira. Não a condição racial. Eu acho que 50% das vagas da UFMG deveria ser para quem está lá no programa do governo, Bolsa Família. Que seja. Sou totalmente a favor. Essas pessoas que precisam da educação pública. Realmente. Não é porque o cara é negro, e hoje até para ser negro é difícil você se intitular ou não (Aída).

Quando afirma que as cotas deveriam estar ligadas estritamente à situação financeira, bem como quando argumenta sobre a impossibilidade de auto-identificação racial, desconsidera o fato de que a “a cultura brasileira é uma cultura negra por excelência” (GONZÁLEZ, 2020, p.269). Neste ponto, vale recordar como González (2020, p.115) explica o funcionamento dessa negação “à brasileira”:

Para um bom entendimento das artimanhas do racismo acima caracterizado, vale a pena recordar a categoria freudiana de denegação (Verneinung): “Processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalçado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença”. Enquanto denegação de nossa ladino-amefricanidade, o racismo “à brasileira” se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo

tempo que diz não o fazer (“democracia racial” brasileira) (GONZÁLEZ, 2020, p. 115).

Neste caso, é interessante notar que, apesar de entender que a educação pública deveria ser voltada para a população pobre, Aída apaga a condição racial de sua narrativa e nega a relação histórica econômica e colonial do Brasil. Isso é visto também quando fala sobre sua própria condição racial, demonstrando o processo denominado por González (2020, p. 115) como neurose cultural brasileira.

Eu mesma nem sei onde eu me encaixo. Porque eu sou mais morena, mas não sou totalmente aquele negócio. Mas você fica ali no meio do caminho, você nem sabe o que você é. Hoje, se você me perguntar, eu falo que estou mais próxima do índio. Porque o meu cabelo é preto e eu sou morena. Mas, também, alguém pode olhar e falar que sou negra. E você se autointitula, sabe? Isso perde o nivelamento. Não sei se isso é o caminho certo. Talvez, nesse momento, seja a única forma, mas eu não sei se esse é o caminho certo (Aída)

Neste sentido, a perspectiva do desempenho individual, reiterada em diversos momentos da entrevista, poderia ser entendida aqui como o sintoma resultante do processo neurótico cultural que, ao negar a evidente realidade racial do país, gera um discurso racista como forma de sustentar a lacuna entre real e simbólico. Por outro lado, é importante notar que sua relação com o trabalho e com o esforço individual remonta sua infância e sua história de vida, como se pode ver no seguinte momento da entrevista:

A minha história de vida fala isso. Minha mãe não tem curso superior, eu comecei a trabalhar com 14 anos em uma escolinha do meu bairro, ajudando, cuidando de criança. Quer dizer, eu corri atrás de conseguir me capacitar para poder ter uma condição boa no mercado. (...) Eu acho que comecei a trabalhar muito nova, e isso também traz um senso de responsabilidade, de comprometimento. E as relações trabalhistas fazem você ser mais pragmático também. Você tem que fazer essa entrega. Você tem prazo. Eu via que eu conseguia administrar bem essas coisas. Na minha turma de Geologia, ninguém trabalhava. Só eu. Dava aula. Dava aula de química em cursinho, um monte de escola. E ficava ali. Tinha campo, tinha que viajar, tinha que arrumar alguém para me substituir na escola, eu trocava com o cara. O professor de física dava minhas aulas, e, quando eu voltava, dava aula dobrado. E consegui fazendo isso e formar. Então, eu acho que essa administração do tempo, essa objetividade, vem muito disso, da minha experiência de vida. De querer ter as coisas, de ter uma condição melhor. Acho que vem muito disso (Aída).

A partir de sua história de vida, em que o esforço individual aparece como principal modo de viver, podemos nos lembrar do que foi resgatado por González (2020, p.32) a partir de Abdias do Nascimento (2016). A saber, o modo pelo qual a educação no Brasil, muitas vezes, reforça a discriminação cultural legitimando os aspectos culturais específicos dos países imperialistas como realidade global a ser valorizada e tomada como referência.

Além disso, vale retomar o que foi exposto a partir de Nascimento (2016, p. 95) no capítulo 4.2: o fato de que as referências ao africano e ao negro na educação brasileira não foram planejadas de forma a integrar a identidade negra, mas se reproduzir a alienação e afastamento dessa identidade. Desse modo, pode ser sugerido que a pouca presença de perspectivas pautadas em culturas não eurocêntricas na educação deixa de lado a oportunidade de apresentar aos estudantes modos de viver que vão além da meritocracia neoliberal.

Por fim, em alguns momentos da entrevista Aída demonstrou um processo de autorreflexão, expressando questionamentos sobre suas visões de mundo: “Eu penso muito assim. Mas eu não sei. O mundo está caminhando um pouco diferente disso. Também sou antiga. Tenho mais de 40 anos. Até mudar meu pensamento, também é mais difícil” (Aída). Com isso, Aída marca uma abertura para possíveis transformações pessoais e afirma acreditar na capacitação profissional como meio da construção da autonomia feminina.

Beatriz

Tempo, tempo, tempo
 Não temo meu ideal
 Tudo em ti se transforma
 E mais em ti “sursum corda”
 Nada me resta, ancestral
 A não ser tua sinuosa dança
 De cobra, serpente coral!
 (Beatriz Nascimento)

Beatriz foi uma participante que demonstrou grande facilidade em relatar sua história. O que me surpreendeu no diálogo que construímos foi sua liberdade em se expressar e articular suas ideias. Ao começar a entrevista, quando expliquei em linhas gerais o objetivo do trabalho, Beatriz já se empolgou sobre o assunto e começou a falar sobre diversas mulheres que a inspiram no campo dos recursos hídricos – uma pergunta planejada para o final da conversa, mas que se conectou perfeitamente com o início. Isso emergiu porque uma das mulheres que mais influenciou seu modo de ser foi sua mãe.

Levou um tempo para eu perceber isso, inclusive que a minha própria essência vem, é da minha própria mãe. Porque, por diversas vezes, quando da infância e adolescência, eu sempre questioneei: “Caramba, minha mãe está sempre muito envolvida”, porque é professora, e já tinha o trabalho, mas sempre esteve muito envolvida com ações na comunidade. Participando de evento, organizando as festas das comunidades lá na nossa região. A gente fala ser festeiro, que é o organizador

daquela festa, que uma vez no ano, une toda a comunidade. E ela sempre foi muito mobilizadora. A palavra é essa (Beatriz)

Pelo ponto de vista da entrevista inspirada na metodologia de história de vida, é muito interessante que Beatriz tenha levantado o tema de sua relação com sua mãe, uma vez que resgata um aspecto histórico intergeracional. Continua relatando que, desde a infância enxergava o esforço que a mãe fazia para que ela pudesse estudar e hoje entende que, além de um esforço individual, a atitude dos pais envolvia uma ação de mobilização social.

Eles mobilizaram toda uma região para que tivesse a linha de ônibus para eu poder estudar. Porque quando eu fui para o ginásio, não tinha transporte escolar. Então, ou eu tinha que morar na cidade ou parar de estudar. Era muito natural, comum. E tem essas memórias afetivas de ela saindo depois do trabalho, à noite, visitando vizinho por vizinho, para convencer os vizinhos a deixarem os filhos estudarem, que já tinham parado de estudar há muito tempo, para poder ter um número de pessoas para poder justificar junto à Prefeitura, na época, para ter a linha de transporte (Beatriz)

Beatriz acredita que, pelo fato de sua mãe ser professora, a importância que dava à educação fez com que ela não se acomodasse pelas adversidades. Beatriz ainda destaca: “muitas mães já tinham aceitado essa situação: não tem como meu filho ir para a escola, porque a gente estava longe da cidade”. Apenas depois de ter que usar uma caminhonete por dois anos, sua região conseguiu um transporte escolar adequado. Ao ser questionada sobre a influência que essa história trouxe para sua forma de agir, Beatriz faz uma elaboração sobre si mesma interessante:

(...) eu realmente não tinha toda essa clareza de quem era a Beatriz e no que eu estava envolvida. Porque, a vida inteira, eu questionei muito o meu pai pelas ausências de estar em casa porque ele estava ajudando alguém. Ou ele estava trabalhando em alguma coisa à frente de algum movimento de apoio a outras pessoas. Então, às vezes ele não estava em casa. Domingo: “ele está lá na igreja. Ele está reunindo pessoal para fazer um mutirão”. E eu carreguei isso comigo, e não tinha essa clareza (Beatriz)

Acrescenta que, após sua formatura, ao começar a trabalhar na área do meio ambiente, foi conhecer um dos subcomitês do CBH Rio das Velhas e, com isso, despertou-se pela possibilidade de participar de maneira ativa na gestão da água.

E eu fui participar do subcomitê. Foi o meu desabrochar, de entender no sentido de que você tem a contribuir na parte social. E foi esse divisor de águas. Porque eu trabalho na área pública a vida inteira, só fiz isso desde quando eu formei. Mas o olhar para o social, embora eu já carregasse, até pelas minhas raízes, de onde eu venho, das pessoas que eu convivo, eu não tinha essa clareza em relação aos movimentos sociais, a trabalhar de forma integrada, da importância dessa participação social nos processos (Beatriz)

Esse divisor de águas é visto aqui como um momento fundamental na formação de sua perspectiva política, a qual se inicia a partir do envolvimento como representante do poder público municipal no comitê. Beatriz nota que, ainda que a preservação do meio ambiente seja

uma responsabilidade do Estado, a atuação dos representantes de grupos da sociedade civil muitas vezes supera as ações do governo. Em suas palavras: “eu falei: ‘caramba, as pessoas estão aqui sem recurso, com meios próprios, não teve o Poder Público pagando a diária, o transporte’. Mesmo assim, elas estavam ali, envolvidas, e muito mais engajadas que o próprio Poder Público (Beatriz)”. Ainda que os embates de poder entre os diferentes segmentos estejam abordados com maior profundidade no próximo capítulo, esta diferenciação é importante para identificar os aspectos simbólicos no processo de elaboração política da entrevistada.

O que González (2020) e Butler (1990) teriam a dizer sobre a sobreposição de tantos fatores de identificação? Além de se posicionar como representante do poder público municipal, como filha de mobilizadores sociais, Beatriz se compreende também como mulher negra e relata diversos casos de racismo e discriminação de gênero. Uma delas, em especial, gerou no momento da entrevista uma reflexão muito importante na qual Beatriz fala sobre as transformações que viveu ao longo dos anos e sobre as ferramentas de linguagem que desenvolveu como forma de resistência. Ao contar sobre um caso de racismo em que foi acusada quando criança de roubar um boné em uma loja, pontua: “Eu fiz isso com a questão do boné, de não fazer nada. O cara nem me pediu desculpa” (Beatriz). Frisa que hoje agiria diferente e explica o porquê:

Hoje, até pelas pessoas que eu estou envolvida, é ótimo. Porque é isso: somos resultado das pessoas que a gente convive, dos livros que a gente lê. Então, hoje, se acontecer de uma forma tão clara, eu não deixaria passar. Eu não tenho dúvidas. Porque se a gente ficar deixando, as pessoas vão passando por cima das outras, a falta de respeito (Beatriz)

Ao mesmo tempo, mostra ainda um conflito com relação à forma como responde às violências sofridas. Diz que, em algumas situações evita falar sobre os episódios de racismo que vivenciou e sente que “tudo o que você fala, o pessoal fala: ‘Ah, mas que *mimimi*. Você está dando uma de vítima’. Por não gostar de ouvir que “está dando uma de coitadinha”, sente receio em contar suas histórias, mas revela estar passando por um processo de transformação pessoal.

Mas, eu estou em um momento de transição. Inclusive, eu estou falando bastante, de conversar mais sobre esses problemas, porque está acontecendo com muitas outras. Infelizmente. E está longe de ter essa mudança cultural. Porque está tão enraizada essa questão do racismo. (...) E hoje, se acontecer de uma forma escancarada, eu não deixaria passar. Avaliando a Beatriz de hoje, aquela Beatriz que passou por isso, eu não deixaria passar. A primeira coisa que eu faria era fazer uma ocorrência policial e tomar todos os posicionamentos para fazer mais pessoas refletir sobre essas situações. Porque a gente vive em um mundo de repetição. É muito natural. A psicologia sabe disso (Beatriz)

A indiferença demonstrada pela noção de *mimimi* indica uma lógica que pode ser entendida pela teoria de González (2020), Mbembe (2019) e Kilomba (2019). Ao negar a realidade vivida pela pessoa negra, a resposta indica a naturalização das condições de sofrimento e precarização que esta conta ter vivido. Mais especificamente, pela teoria de González (2020), é possível ver o processo de silenciamento que gera a reação da qual a entrevistada busca escapar. Diante do incômodo causado pela reclamação, esperava-se que a *sujeita* que faz sua voz ser ouvida (SPIVAK, 2003), deveria aceitar e concordar com a situação vivenciada. Esse processo também toca na teoria necropolítica de Mbembe (2019), uma vez que a ideologia vinculada a essa reação indica o racismo não como um problema a ser superado pelo Estado, mas como um projeto político de governo.

Pelas lentes de González (2020), a resistência de Beatriz, mais do que um caso de identificação, desvela um processo de desidentificação. Recordando o que foi exposto acerca da teoria de González (2020), a negação da valorização da história africana na constituição do sujeito brasileiro deixa como consequência inconsciente um recalamento traumático no processo de identificação do sujeito. A transição narrada por Beatriz se assemelha ao que González (2020) entende como ruptura dos mecanismos de racionalização, esquecimento e recalamento de sua negritude. Já para Butler (2017), pode ser entendido como um movimento que ultrapassa “as injunções da normalização”.

Dessa forma, por meio da retomada histórica, a narrativa encontrada, conforme explica Butler (2017), a partir de processos inconscientes, “revela constantemente o ‘fracasso’ da identidade”. Beatriz deixa isso claro ao notar uma importante repetição intergeracional:

Minha mãe foi me contar só depois. Uma vez eu contei para ela. Três anos depois que eu passei por isso. “Não tive coragem de contar”. E ela me contou que, quando casou com meu pai, porque ele é branco, e eu herdei a cor. Minha mãe é bem mais escura do que eu. Ela falou que logo que chegou para trabalhar, as moças da comunidade não queriam que ela tivesse casado com meu pai. Então, a primeira coisa quando ela chegou para trabalhar na escola, tinha um bilhete para ela, falando: “Vai embora daqui, sua negra. Você não merece o seu marido”. E minha mãe nunca tinha contado. Ela contou isso muito tempo depois. **Então, é meio que uma repetição inconsciente**, que a gente vive, de deixar as coisas para lá, porque a minha mãe, a vida inteira, não quis conflito, não quis briga. E eu falei: “Caramba, mas você não fez nada no dia? Você não foi atrás da pessoa?”. A pessoa assinou, ainda. Ela falou: “Não, eu deixei para lá, porque não valia a pena” (Beatriz, grifos nossos).

Y yo aquí,
 encerrada en esta piel,
 en esta barca viajo
 balanceándome.
 En ella han quedado
 cosidos los sueños,
 los suspiros
 y todos los caminos que se abrieron en el tiempo
 (Luz Argentina Chiriboga)

A comunicação com Luz aconteceu de forma fluida e rápida. Entrei em contato por e-mail e obtive resposta prontamente. Surpreendeu-me criando o *link* da reunião na plataforma on-line para que eu pudesse realizar a gravação da conversa com tempo ilimitado. Durante toda a entrevista demonstrou um conhecimento amplo sobre os problemas abordados pelo comitê e pelo funcionamento da instituição. Ao ser convidada a contar sua história, ela me surpreendeu novamente dizendo que talvez não estivesse preparada para isso, mas logo em seguida retomou a fala e se apresentou contando sua trajetória até o CBH Rio das Velhas.

Posteriormente, continua com a elaboração das suas origens relacionando sua trajetória a partir do seu contexto social:

A gente sabe da dificuldade da mulher de se inserir em todos os mercados. Não é só nesse mercado de recursos hídricos. Nesse, a gente sabe que é discrepante. Você pega a composição e você vê que não tem mulheres, tem poucas mulheres. Mas, o meu caso, é um caso de... A minha história de vida é... A minha família, como eu te falei, não é família rica, é uma família pobre, da periferia. Então, tudo nosso é na dificuldade. E uma coisa que eu acho que é o perfil de periferia faz, é ter esse pensamento um pouco mais coletivo também.

A observação sobre a relação entre coletividade e modo de vida foi importante para que justificasse sua escolha profissional. Começou sua atuação no campo da gestão da água a partir do tema dos resíduos sólidos, estudando a poluição das águas com a finalidade de se aperfeiçoar em processos de educação ambiental e mobilização social. No entanto, sinaliza:

Não sei como é a sua história de vida, de trabalho, mas eu sou uma profissional que aproveita bastante as oportunidades. Então, minha família... Não é uma família que... Eu não tive a oportunidade de fazer três cursos superiores. Ah, entrei em um, não deu certo, muda para outro; não gostei, vou passar para outro. Então, a gente vai em um caminho. Eu fiz a minha graduação inteira com bolsa integral. E hoje eu gosto muito desse trabalho que eu desenvolvo com [nome da empresa em que trabalha], com os comitês. Só que é um trabalho bem desgastante.

Atualmente atua acompanhando projetos de educação ambiental e mobilização social, mas reclama que seu trabalho tem a levado para uma forma de atuação muito burocrática.

Tudo o que eu faço, eu gosto de fazer bem feito. Com atenção, com capricho, com dedicação. (...) Agora, pessoalmente, eu tenho que fazer um esforço diário para manter

a chama acesa de que funciona a educação ambiental, uma obrigação social. Porque aqui, todos os dias, tentam nos mostrar o pouco caso. Dá a sensação de que seu trabalho não está chegando a algum resultado. E esse trabalho com os comitês é um pouco disso também. Tem muita gente que entra no Comitê de Bacia, porque tem uma relação de amor com o território, mas tem muita gente que entra puramente por um papel institucional, quase que obrigado. Então, você tem que lidar com todo esse tipo de pessoas, interesses. E é isso. (Luz)

Em sua entrevista, Luz demonstrou estar atenta às desigualdades de gênero e raça tanto no comitê, quanto em sua vida cotidiana. Falou de forma direta e mostrou em sua entrevista o engodo feminino, conforme trabalhado no capítulo 4 desta tese, acerca da autocobrança e do discurso que nos molda ainda que nunca o tenhamos escolhido (Butler, 2015). Luz explica esse conflito permanente de uma forma muito clara:

E eu acho que justamente por ser exigida, a mulher tem aquela pressão de querer fazer assim. A gente não se permite errar, e por isso é fazer muito bem-feito. Eu mesma não gosto que alguém critique nada do que eu faço. [...], eu gosto de me preparar para fazer uma reunião. E é um ciclo que é tão complicado. Eu acho importante me preparar, por exemplo, para uma reunião. A sobrecarga é tanta que às vezes você entra despreparada. E você passa uma imagem ruim e entra nesse ciclo de não conseguir e você quer fazer bem-feito. É isso. Eu acho que a nossa é essa. Não sei se é uma... Não sei se seria um privilégio de quem trabalha [...], mas eu acho que não. Eu acho que é no geral. (Luz)

Já para González (2020), esse permanente processo de crítica de si revela um recalçamento traumático no processo de identificação do sujeito. Na medida em que os processos de identificação com “ser mulher” ou “ser negra” são construídos no campo do simbólico, podemos pensar, como esta situação poderia representar o que o processo explicado por Gonzalez (2020) em que o *sujeito*¹⁵ é impedido de tomar-se a si mesmo como objeto de amor.

Além disso, por se autodeclarar uma mulher negra, diversos casos de racismo cotidianos foram relatados, bem como diferentes modos de resistência. Conta que, desde pequena, não se sente intimidada em situações de confrontos: “(...) eu tenho dificuldade zero em me posicionar em qualquer ambiente. Para algumas pessoas, pode ter algum problema com isso, mas eu tenho zero. Com homem, mulher, [...], para mim não funciona (Luz)”. Ademais, expõe de forma clara como as opressões de gênero e raça estão imbricadas e fala sobre ter consciência de que, se fosse uma mulher branca, não teria sofrido uma série de assédios e episódios de discriminação que serão relatados no capítulo seguinte.

¹⁵ “O sujeito” aparece em itálico para destacar, conforme Kilomba (2019), o racismo epistemológico presente na linha portuguesa uma vez que o termo é sempre utilizado no masculino.

Luz finaliza sua entrevista expressando sua luta para não perder a visão do sentido de transformação social em seu trabalho: “quando formei na ecologia, eu tinha grandes sonhos. Eu pensava que eu seria capaz de fazer feitos grandiosos, e fui engolida pelo operacional do dia a dia (Luz)”. Encerra afirmando que, mesmo sem o mesmo entusiasmo do início de sua formação, espera manter a empolgação para que seu trabalho tenha algum impacto social, o que considera um desafio. E justifica: “porque, se perde isso, não vale a pena continuar. (...) parece ser pouca coisa, mas é um desafio. Porque tem tanto problema, tantas coisas durante o dia que te faz querer desistir que se você conseguir minimamente, o que te fez entrar na área, você já está no lucro” (Luz).

Audre

Every one wants to know how it was
in the old days
when we kissed stone into dust eternally hungry paying respect to the crippled earth
in silence and in tears surely one star fell as the mountain collapsed over our bodies
surely the moon blinked once as our vigils began¹⁶.
(Audre Lorde)

Audre foi uma das participantes da pesquisa com quem tive uma identificação muito rápida por ter sua atuação política iniciada junto aos movimentos sociais. Além disso, foi a entrevistada mais jovem da pesquisa, com 22 anos. Sua relação com o comitê de bacias resulta de sua trajetória com a luta política a qual se iniciou ainda no ensino médio com o movimento secundarista. Audre destaca que, por estar em uma cidade cuja atividade minerária é predominante, tal movimento social, além de ser voltado às questões estudantis, não podia deixar de abordar as questões do meio ambiente.

Recursos hídricos é uma questão muito nova para mim. Eu tenho 22 anos, sabe? Então, assim, eu começo a compreender o impacto da mineração na minha cidade, porque eu não sou daqui de BH. Sou de [nome da cidade]. (...) E me surgiu a oportunidade de trabalhar nessa ONG que eu trabalho hoje, que está lá dentro do CBH Rio das Velhas. E a partir disso, e do que eu vim desenvolvendo dentro dessa ONG, meu chefe foi e falou: “Olha, tem isso aqui, e você está manjando do processo”. Se eu queria participar. E eu aceitei. E eu entrei nessa dinâmica de recursos hídricos. Porque, no geral, se a gente for pensar em como as discussões da água chegam na população, a maior parte das pessoas não conhecem. O que é Comitê de bacia, o que é conselho. (...) E eu não era muito diferente. Eu fui descobrindo quando eu comecei a entrar mais nessa dinâmica de compreender essa questão do conflito do meio ambiente. E vem de forma distinta, agora, porque eu estava muito mais interessada em conflitos com

¹⁶ Todos querem saber como foi/ nos velhos tempos/ quando beijamos a pedra em pó eternamente famintos prestando respeito à/ terra aleijada em silêncio e em lágrimas certamente uma estrela caiu quando a montanha/ desabou sobre nossos corpos certamente a lua piscou uma vez quando nossas vigílias começaram

relação à mineração e tudo o mais, e agora abriu-se, para mim, essa vertente nova (Audre).

Desse modo, sua história é diretamente marcada, desde muito jovem, pelos conflitos relacionados à água, raça e classe social. Provavelmente devido a sua trajetória política junto ao movimento social, sua facilidade de falar francamente suas opiniões tenha me chamado atenção. Em especial, a maturidade que mostrou ao falar sobre si mesma e opinar sobre assuntos delicados de forma contundente me fez pensar sobre os caminhos que a conduziram até ali. Audre assim relata a origem de seu posicionamento político:

Eu faço ciências sociais hoje, e muito do que eu escolhi para fazer esse curso, é muito do que eu tive de contato com a militância, sabe? (...) querendo ou não, por mais que fosse movimento estudantil, a gente lidava constantemente e partia de compreender também as contradições que tinham na minha cidade, porque a mineração tem um peso muito grande lá (...). É a maior mina de ouro a céu aberto do Brasil. E, nossa, uns rolês mó tensos. Então, isso sempre batia à nossa porta. É sempre uma pauta que vinha. Porque, por mais que a gente construía movimento estudantil, a gente tinha um trabalho territorial também. Enfim. Todas essas questões, eu acho que me encaminha para eu querer fazer ciências sociais (Audre).

A própria escolha do seu curso superior desvela a influência da visão crítica sobre a realidade, a qual explica desde o início da entrevista com clareza.

Então, se a gente pensar nos desastres, nos crimes ambientais que aconteceram em Minas, quem foi impactado. É sempre a galera mais pobre, que mora mais perto. Então, pegando a realidade da minha cidade. A mineração é dentro da cidade, praticamente. Você consegue ir a 10 minutos de carro. E quem é que é impactado com os tremores que acontecem das detonações? É quem mora nos bairros próximos. Os bairros próximos são pessoas mais pobres e são pessoas negras. Tem uma parcela de pessoas negras (Audre).

Atualmente, Audre demonstra vivenciar um processo de reflexão sobre as possibilidades efetivas dos campos de atuação na sociedade. Diante do seu histórico com o movimento social, sente-se frustrada em alguns momentos com os limites institucionais discutidos no capítulo anterior. Por outro lado, diz estar convencida de que a luta política por meio dos canais institucionais é indispensável: “eu não acho que um seja melhor que o outro dentro dessa luta política. Mas que a institucionalidade tem um papel importante também” (Audre). Por fim, resume seu ponto de vista: “se você me pergunta a questão do que eu defino luta política, eu acho que é a disputa dentro da institucionalidade, a disputa nas ruas e em todos os espaços. Até porque a gente faz política o tempo todo e a gente vive com as contradições, sabe?” (Audre).

7. “Não sei se é porque sou mulher ou porque sou preta”: decolonizando o CBH Rio das Velhas

A partir do diálogo realizado com as mulheres entrevistadas, alguns tópicos foram recorrentes como fatores chave na compreensão de como ocorrem as principais formas de discriminação de gênero, não apenas no contexto do comitê, como também na esfera do cotidiano das mulheres com a água. Além disso, foram observados nas narrativas pontos relacionados ao que foi discutido na análise organizacional apresentada no capítulo anterior, os quais podem nos conduzir à crítica das práticas colonizadoras do comitê a partir da perspectiva feminista, bem como sugerir possibilidades de ações futuras para a Política Nacional de Recursos Hídricos.

7.1. Limites e oportunidades da participação da Sociedade Civil

O primeiro ponto a ser destacado é o processo de composição do CBH Rio das Velhas e sua relação histórica com a participação de representantes da sociedade civil. Esse tema é um importante ponto inicial para a compreensão proposta, uma vez que falar da perspectiva decolonial significa buscar formas de aproximação da realidade dos grupos que de fato vivenciam os problemas relacionados à água.

Como elucidado anteriormente, a garantia de espaço para a sociedade civil no comitê visa servir como porta de entrada para a população que vive ao longo da bacia. Contudo, alguns entraves foram observados nessa estratégia institucional. Como exemplo, podemos observar que, ainda que os representantes da sociedade civil possuam ligações profissionais ou institucionais com organizações coletivas como ONGs ou outros grupos não governamentais, trata-se de pessoas que não participam em atividades econômicas que envolvem o uso da água, tampouco possuem cargos públicos os quais gozam de maior legitimidade do ponto de vista institucional.

A partir dessa realidade, relações de poder específicas que perpassam o segmento da sociedade civil foram citadas pelas participantes elucidando diversos aspectos de conflito nesta forma de

representação. Para o objetivo deste capítulo, no entanto, o qual visa entender a dinâmica da composição do comitê pela ótica do feminismo decolonial, dois fatores podem ser apresentados com relação a esta temática. Inicialmente, foram realizados diversos comentários sobre como as relações de gênero são vivenciadas no âmbito da participação da sociedade civil, considerando sua aproximação com a população geral. Por outro lado, em outros momentos, observamos os modos pelos quais este segmento poderia ser visto como importante campo nos processos feministas de decolonização da água, uma vez que a sociedade civil costuma ter uma postura mais crítica nos processos decisórios. Além disso, é importante pontuar que o próprio CBH Rio das Velhas tem buscado construir uma identidade marcada pela participação da sociedade civil como um de seus diferenciais na preservação do meio ambiente.

Para realizar essa discussão, é importante destacar inicialmente que, ainda que a participação de todos os segmentos seja, na maior parte dos casos voluntária, tanto o poder público quanto a iniciativa privada (usuários) possuem uma estrutura mais consolidada do que a sociedade civil, especialmente para influenciar as decisões realizadas pela organização. Por essa razão, a sociedade civil é vista como segmento mais vulnerável, contando inclusive com o auxílio de câmaras técnicas específicas voltadas ao suporte dos representantes desse grupo. Lourdes, ao falar sobre essa vulnerabilidade aponta para a dificuldade em garantir, na prática, a possibilidade de diálogos justos e horizontais: (...) “você vai votar no processo de outorga, a sociedade civil tem um comportamento muito diferente do usuário. Ou do próprio Estado” (Lourdes).

Como demonstrado no capítulo anterior, o CBH Rio das Velhas afirma em diversos momentos ter uma relação histórica com a participação da sociedade civil, uma vez que foi originado a partir desse segmento. Por isso, seus membros mais antigos se orgulham em dizer que têm um cuidado especial em construir pontes com a população a partir desse tipo de representação, a qual consideram como principal característica da identidade do CBH Rio das Velhas, como explica Beatriz em sua entrevista:

Quando você pega o Poder Público, municipal, Estado e os usuários de água, as grandes empresas, a sociedade civil fica jogada de lado em alguns comitês de bacias. Não há aquele envolvimento, e não há uma consideração por esse pessoal da forma que deveria ter. No Velhas, a gente não tem tanto isso, mas como eu acompanho muitos comitês, no Velhas é uma história diferente. Porque o Comitê do Velhas veio do inverso: quem criou o Comitê foi a sociedade civil organizada. Então, isso é muito forte. (...) E de vez em quando entra instituição nova. Essas instituições, algumas

peças que representam, tem um embate inicial, mas, com o tempo, começam a perceber que não é por aí. Lá no Velhas a gente respeita e todos os três segmentos, e reconhece. (Beatriz)

No entanto, a partir da ótica do feminismo decolonial, esta dinâmica ganha outros aspectos de análise. Um desses pontos pode ser observado a partir da narrativa de Audre que pontua como as relações de gênero são vivenciadas de forma específica neste segmento. Explica que na experiência cotidiana, muitas vezes as mulheres do poder público ou da iniciativa privada possuem uma maior legitimidade em suas falas quando se compara à escuta oferecida às mulheres da sociedade civil. Lourdes também sinaliza o mesmo problema e mostra como acontece uma legitimação da fala de algumas mulheres a partir do poder econômico.

Eu vou trazer um destaque para o usuário, que dependendo do usuário, às vezes um usuário com uma característica dominante do mercado (...). Eu via que as pessoas falavam: “Ah, você viu o que a Fulana de não sei de onde falou?”. Não era da pessoa; era da instituição. Entendeu? Por mais que aquela posição, ela estava defendendo a instituição dela, mas a afirmação não era por pela aquela mulher ter dito, era pela instituição que ela representava (...). Pelo nome da instituição. E até estou pensando agora, dos episódios que eu vivenciei. Coincidência ou não, na maioria dos casos, essas instituições eram, em sua maioria, homens. Ou da área de mineração ou da indústria (Lourdes).

Esta diferença retoma a teoria tratada no capítulo 4 da tese e diz respeito à sobreposição das opressões de gênero, raça e da natureza (HARAWAY, 2016; PRECIADO 2016), como pode ser vista também no relato de Audre:

E é a minha percepção. Dentro dos nichos que essas empresas têm, a gente não tem uma maioria de mulheres, ou uma quantidade considerável de mulheres que seguem esse caminho. Então, se for pensar, por exemplo, na quantidade de mulheres nas engenharias, e dentro desses espaços que, muitas vezes, é essa galera que está dentro dos Comitês. E até mesmo espaços de poder dentro das empresas. Que tem essa questão também (Audre).

Além do fato de que as mulheres do poder privado representam uma minoria no comitê, é importante notar que são mulheres brancas, corroborando a histórica do desenvolvimento econômico brasileiro conforme explica González (2020), tornando a dimensão racial ainda mais evidente. Ou seja, a discrepância de poder nas vozes femininas no comitê obedece à escala econômica e racial simultaneamente, uma vez que as poucas mulheres brancas, as quais possuem maior poder de fala, partem de uma posição econômica conduzida pela história da exploração colonial no país.

Este fator se reverbera na fala de Lourdes ao expor sua intenção de integrar as comunidades quilombolas localizadas ao longo da bacia ao comitê.

A gente tinha alguns quilombolas participando do subcomitê. Eu até mobilizei para que eles participassem, agora, nesse processo eleitoral do Comitê. Não sei se vai dar certo. Mas é curioso, porque eu percebo que existe um comportamento meio que coletivo. Não é coletivo, mas por parte de algumas pessoas, no sentido de valorização desse ambiente, desse espaço, dessa tradição. Mas, nas entrelinhas, é como se... Eu não sei como eu posso te dizer. Mas é como se fosse uma coisa folclórica, sabe? Por exemplo: “Ah, é importante, sim. Mas tem uma situação aqui, na região tal...”. Entendeu? Nunca é dada como prioritária. E até o que eu provoquei nas últimas discussões, é de provocar a diretoria de fazer, de criar uma rubrica específica para regiões quilombolas. No processo de demandas de projetos, em vez de os quilombolas concorrer com todo mundo, eles teriam uma rubrica própria. Porque não é justo.

A iniciativa de Lourdes se relaciona não apenas ao problema da participação da sociedade civil, mas à composição do comitê como um todo. Como explicado anteriormente, a formação do comitê obedece à divisão entre os segmentos como forma de promover certa diversidade. No entanto, a partir das narrativas observadas podemos constatar a insuficiência desse mecanismo, uma vez que a realidade desses próprios grupos é marcada por fatores econômicos e políticos específicos de cada segmento.

No caso da sociedade civil, em especial, é observada uma diferença de poder a qual Lourdes critica: “querer colocar na mesma condição, enquanto sociedade civil, por exemplo, a FIEMG, a Federação das Indústrias. Colocá-la como sociedade civil no mesmo pacote de uma associação de pescadores” (Lourdes). Na visão da entrevistada, é impossível falar da participação das mulheres no comitê, sem compreender a realidade desses diferentes segmentos.

Uma associação de indústria competir vaga com pescadores. Gente, estamos falando de estruturas absolutamente diferentes; contextos, então, nem se fala. Então, ao passo que se a gente traz essa discussão em âmbito de gênero também, por isso a gente já começa assim, que, ah, então tá. A sociedade civil tem o mesmo número de vagas. Vamos colocar três, três, três. Sociedade civil, Poder Público e usuário. Desse total, a porcentagem X tem que ser a população branca; X tem que ser mulher. Pelo menos dos momentos em que eu estive presente, eles não conseguem fazer uma discussão saudável em torno disso. É isso. Eles colocam nesse processo de... Sempre justificam de uma forma que não é justo. Não é justo para quem? (Lourdes).

Podemos ver, com sua narrativa, um movimento político em decolonizar tanto o comitê quanto a gestão dos recursos hídricos. Este movimento de resistência é observado em diversos outros temas os quais extrapolam o âmbito da escolha dos representantes. Trata-se de questionamentos que visam questionar assuntos como as decisões do comitê em relação aos projetos propostos,

o aprofundamento das relações de gênero nas reuniões e outros aspectos que respondem aos problemas levantados na análise organizacional realizada no capítulo anterior.

Um desses tópicos é a estratégia organizacional de descentralização da gestão por meio do fortalecimento dos subcomitês de bacia, bem como o foco nas necessidades dos municípios e zonas rurais. Após contar sua história de vida marcada pela infância na zona rural, Beatriz relata como sua trajetória no CBH Rio das Velhas passou pela participação em diferentes subcomitês.

Eu saí do subcomitê, fui para o subcomitê de Bacia. Mas, naquela perspectiva de: como eu posso colaborar? De alguma forma nessas discussões, a definição de política pública para a bacia do Rio das Velhas. Então, foi meio que uma escadinha. Eu fui para um subcomitê onde a *vibe* era mais preservar e de manter aquele território super preservado. Depois eu fui para outro subcomitê, extremamente impactado e degradado por causa de indústrias e minerações. Então, eu vi os dois lados. E eu sempre pensei assim: “Gente, mas como eu posso tentar contribuir com essa discussão, e trazer o ponto de vista de quem é ribeirinho, de quem vê o problema e sofre o problema na ponta?” (Beatriz)

Ao relembrar sua trajetória, a participante conta porque pensa que essa estratégia pode ser vista como uma importante forma de preservação dos corpos hídricos. Primeiro, explicita a diferença de contextos existentes na região de uma única bacia hidrográficas, como é o caso do Rio das Velhas. Depois, frisa sua intenção de promover transformações efetivas para a região ribeirinha onde conta ter suas origens. Em sua história de vida, podemos ver como articula essa relação:

Eu sou de um município bem agrário, bem rural mesmo. Sou do interior dessa cidade. Área rural. Vivi em fazenda por muito tempo, propriedade rural. Estudei no meio rural. Minha mãe me alfabetizou, eu e meus irmãos, na escola da comunidade. Então, eu cresci nesse meio. E convivi diretamente, desde os 15 dias de idade, com o rio, que é o Rio das Velhas. A vida inteira. Porque meus avós ainda moram, minha avó, do outro lado desse Rio, e para chegar até a casa da minha avó, tinha que atravessar, à época, de canoa. Hoje a gente já não faz isso, mas todo domingo era isso. E aí eu cresci vendo isso, meus tios pescavam. E também fui acompanhando as transformações do rio. A perda de qualidade, tudo. Mudou a cor. Os peixes morrendo, muito cenário de mortandade. E só depois, quando eu estava maior, eu escutava sempre dos meus tios: “Olha, não pode pescar essa semana, porque os peixes estão tendo ‘morredeira’”, que falavam, mortandade. E ficava sem entender por que estava morrendo peixe, porque eu não tinha essa visão sistêmica de bacia hidrográfica (Beatriz).

Ao relacionar sua história pessoal à sua atuação política na gestão dos recursos hídricos, Beatriz mostra mais uma vez a importância do modelo proposto pelo comitê, entendido por este estudo como um posicionamento decolonial. Além disso, ao apontar para o cenário de mortandade de peixes toca na teoria da necropolítica de Mbembe (2019), a qual entende a política como uma

forma de guerra que promove a morte silenciosa de sujeitos. Vale ainda pontuar que autoras como Beatriz Nascimento (1978) já observavam, desde os anos de 1970, a matriz africana presente nas lutas contemporâneas pela construção de identidades negras nos setores rurais. Para Nascimento (1978), os quilombos podem ser vistos, inclusive, como uma reação ao colonialismo (RIOS; MACIEL, 2021).

7.2. Uma mulher negra na presidência e os processos de (des)identificação

Outro ponto relevante extraído dos diálogos com as mulheres do comitê foi o processo de transição de diretoria conforme abordado no capítulo anterior. O processo de apagamento da dimensão racial nos enunciados coletivos foi reforçado pelas falas individuais as quais mostraram um incômodo com a postura da organização diante da liderança de uma mulher na prática cotidiana.

A narrativa de Luz elucida alguns aspectos da experiência de ter uma mulher na presidência e identifica diferenças com relação ao tratamento concedido ao presidente anterior, o qual considera ter uma imagem imponente e respeitada. Luz afirma entender que a escuta concedida ao presidente anterior também é “por mérito dele, porque ele conhece muito. Ele sabe o que tem que falar, ele sabe como [...], ele fala a coisa certa no momento certo” (Luz). Contudo, percebe uma diferença significativa na importância dada aos posicionamentos da nova *presidenta*.

Agora assumiu a Poliana, na última gestão. Eu consigo perceber diferenças no tratamento que as pessoas tinham e tem com a Poliana. Para mim, isso é muito claro. De não levar muito a sério uma ideia. Às vezes, a forma que uma pessoa a rebate é diferente se fosse o [presidente anterior]. Não significa que ninguém vai contestar, ninguém vai contra o que ela falou. Mas, aqui dentro do Comitê do Velhas, eu percebo que a forma de retrucar é um pouco diferente (Luz).

Essa percepção também é relatada por outras mulheres, como é o caso de Audre que afirma que a eleição de uma mulher para a posição de presidência não é refletida na realidade do dia a dia. Diz “poder contar nos dedos” a quantidade de mulheres no comitê: “eu participo também da Câmara técnica [nome da câmara técnica] e tudo o mais. E eu consigo pensar em uma mulher que é do setor de usuários ali, bem participativa nas reuniões. Mas não é uma maioria” (Audre).

Além disso, enxerga o mesmo problema percebido por Luz com relação à diferenciação dada a uma mulher na presidência, conforme se explicita na sequência:

Por mais que às vezes a gente tenha uma pessoa sendo presidenta do... Como é o caso do Rio das Velhas. A gente vê uma pessoa que é Presidenta, mas ela não é referência para todo mundo. [...] perceba que ela não é referência de presidenta. Ela não preside sempre as reuniões, por exemplo. Quem preside é o secretário, que já foi Presidente em outros momentos. Mas, enfim, eu não sei como é esse processo, não faço ideia de como foram os acordos e tudo o mais [...] essa diretoria, até porque eu sou conselheira há pouco tempo (Audre).

No diálogo com Lourdes essa diferença também foi mencionada. Pela sua percepção, ainda é possível constatar que a diferença de legitimidade acontece de maneira divergente em cada segmento do comitê, sendo que os representantes da sociedade civil são os que costumam tratar a nova *presidenta* com maior respeito. Destaca que a diferença ocorre sobretudo nas respostas às demandas solicitadas pela diretoria, as quais eram atendidas com maior prontidão ao pedido do presidente anterior.

E o que eu percebo é que, ao longo desses anos, por exemplo. A presidência do Comitê, durante muitos anos, foi presidida por um homem. E nos últimos quatro anos tem sido por uma mulher. Que são de segmentos diferentes, mas até o comportamento dos próprios analistas em relação às demandas da diretoria, é diferente. O comportamento no sentido de atender as demandas, de validade. É muito diferente. E entre os segmentos (Lourdes).

A perspectiva das mulheres surpreende na medida em que contradiz o entusiasmo demonstrado por diversos participantes na reunião de sua eleição analisada no capítulo anterior. Tal contradição reforça a necessidade da análise das relações de gênero a partir de uma lente teórica capaz de ir além da superfície que investiga momentos de violência explícita, verbal ou psicológica, os quais, apesar de comuns nas realidades organizacionais, trata-se da “ponta do iceberg” das opressões de gênero e violência colonial (MIÑOSO, 2017; SEGATO, 2010).

Luz, em sua entrevista, pontua como a discriminação de gênero se sobrepõe a outros fatores de exclusão, como o fato de se tratar de uma pessoa jovem, outro aspecto elogiado inúmeras vezes no momento da eleição como retratado no capítulo anterior. Luz explica como o etarismo é vivenciado nessa situação: “também tem a questão do tempo dela. O tempo dela, de vivência dentro do Comitê, é um pouco menor. Então pode ser que também por isso a pessoa se sinta mais dona da razão e dona da verdade do que ela” (Luz). Além disso, ainda narra uma situação em que o problema ficou mais evidente:

Eu vou te dar outro exemplo que, para mim, isso foi a gota d'água, o cúmulo do absurdo. Ela queria participar do Fórum Mineiro de Comitês. Ela queria participar desse fórum, e o pessoal pediu para o [...] mandar o aceite, mas ele não era Presidente. Por que vai pedir uma pessoa que nem é Presidente para mandar o aceite? Entendeu? É esse tipo de coisa. No dia, eu falei com ela: “Já passou da hora de você fazer um barraco”. Não tinha mais o que fazer. Você tenta conversar pacificamente, fica falando sério, então é a hora de dar uma brigada, uma surtada. E o que acontece? Ela pode dar pra surtada e alguém falar que ela é louca, [...]. Então, é difícil você aconselhar a pessoa nesse sentido (Luz).

O receio de que a *presidenta* possa sofrer violência verbal ao ser vista como “louca” remete a um tipo de abuso psicológico que tem se tornado cada vez mais conhecido nos canais de comunicação denominado *gaslighting*, termo em inglês utilizado para classificar formas comuns de manipulação. Este problema e outros mecanismos de dominação se refletem de forma geral nas outras relações do comitê e foram identificados ao longo da pesquisa. Para tratar desses aspectos com maior profundidade, desenvolvemos o subcapítulo a seguir o qual visa abordar como as mulheres se organizam para resistir a estas formas de discriminação e demais práticas machistas naturalizadas no dia-a-dia.

7.3. Resistência política das mulheres como processo de decolonização do comitê

Pela perspectiva adotada nesta tese, é importante compreender que o ato de resistência sugerido por Luz, “dar uma brigada, uma surtada”, pode ser visto como um processo decolonial. Ao longo das entrevistas, esta e outras estratégias de resistência foram observadas visto que as experiências percebidas com a transição da presidência podem ser vistas no cotidiano do grupo sobrepondo “*diferentes diferenças*” (KARAKOLA, 2004) no campo de escuta das vozes femininas no contexto do CBH Rio das Velhas.

Uma dessas formas de discriminação muito importante é a questão da validação das falas femininas, em que as propostas feitas por homens são normalmente tratadas com maior atenção. Lourdes reclama sobre a naturalização desse tipo de comportamento no dia a dia e das formas sutis em que ele se apresenta.

Em 2021, eu promovi, logo quando eu voltei da licença, eu promovi um seminário, [evento] sobre água e gênero. E eu falei: “Não, nós temos que falar sobre isso”, porque era muito latente para mim como as violências eram muito sutis. Até mesmo entre equipe, mas o Conselho como um todo. A escuta e a validação das propostas feitas por homens eram mais respeitadas do que com as mulheres. E entre os grupos, eu

percebi que, por exemplo, em um grupo, a maioria era mulher. Mas sempre existia, de forma muito sutil, uma validação mais efetiva quando a voz era masculina. Ou a referência às vezes era masculina (Lourdes)

Lourdes relata que, a partir desse incômodo constante, decidiu criar um evento para discutir esse e outros dilemas da participação das mulheres na gestão da água.

Então, uma conselheira ou outra que tinha mais consciência desse processo, que às vezes falava: “Olha, gente. Presta atenção”. Então, até foi isso que me estimulou a promover esse [evento] sobre água e gênero. Muito nesse intuito de trazer essas mulheres da bacia do Rio das Velhas. E aí fizemos, vamos dizer assim, uma seleção de representatividade do alto, médio, médio baixo e baixo nesse [evento]. E foi só mulher, na verdade, que participou. (...) foi muito forte (Lourdes).

Podemos enxergar com essa iniciativa um modo de resistência no processo de decolonização do comitê, uma vez que a organização do evento envolveu diferentes processos coletivos como a construção de uma nova forma de saber, de laços afetivos e espaços para a movimentação das vozes das mulheres.

Lourdes, ao se aprofundar mais na questão das vozes femininas, explica outras formas de silenciamento vivenciadas de forma sutil no dia a dia, como situações frequentes do chamado “macho palestrinha” (*mansplaining*), fenômeno em que o homem explica um conceito teórico de maneira excessivamente confiante menosprezando a capacidade intelectual da mulher (DULAR, 2021). Conta que nas reuniões do comitê isso acontece na medida em que a “mulher acabou de falar e ele [o homem] vai e repete tudo. E ninguém valida nada, não fala nada. Ele vai e fala, repete tudo o que ela falou, e aí falam: ‘É mesmo. Aprovado’” (Lourdes).

Além disso, ainda constata um importante aspecto da colonização do comitê: a deslegitimação em momentos de falas emotivas das mulheres. Este ponto é fundamental do ponto de vista do feminismo decolonial, pois toca no que foi trabalhado tanto por Haraway (2016) quanto por González (2020). Uma vez que os enunciados encontram sua legitimidade a partir do discurso da modernidade, cujo fundamento está na separação entre razão e emoção, podemos enxergar um ponto comum entre a colonização do conhecimento, da natureza e das mulheres.

Este tema foi trabalhado nos capítulos anteriores e é chave na interpretação das relações de poder à luz do feminismo decolonial. De acordo com González (2020, p. 123), pode ser interpretado como fruto do racismo enquanto “elaboração fria e extrema do modelo ariano de

explicação cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim como parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades”. Lourdes ainda acrescenta:

E também tem a questão da... Que, para mim, hoje eu considero uma violência, é isso: vão ter falas mais emocionadas das mulheres, e vai ter alguma piadinha. Então isso, para mim, é uma violência. Vou dizer um nome, por exemplo. A [nome], que eu acho que ela sofreu muita violência durante muito tempo enquanto representante. (...) a fala dela, muito emocionada. Então, fica conhecida como “militante xiita”. Sabe? Ao passo de que, com homens, não era assim. Até porque, os homens... É isso. O movimento ambiental, esse processo de ferro e fogo, na maioria das vezes, estão sendo enfrentado pelas mulheres. Os homens estão ali, naquela pompa de “Eu enquanto advogado”, e usa todo aquele termo mais técnico, científico, ele é muito mais ouvido do que aquela mulher, que às vezes não traz esse vocabulário. Que, a meu ver, muitas das vezes é até opressor.

Desse modo, é importante compreender que o fenômeno popularmente conhecido como “macho palestrinha” pode ser considerado, além de um comportamento machista, como uma atitude racista, uma vez que parte do local da legitimação do saber por um *sujeito* dominante do conhecimento. González (2020, p. 123) esclarece como

o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a 'superioridade' branca ocidental à 'inferioridade' negroafricana. A África é o continente 'obscuro', sem uma história própria (Hegel); por isso, a Razão é branca, enquanto a Emoção é negra. Assim, dada a sua 'natureza sub-humana', a exploração sócio-econômica dos amefricanos por todo o continente, é considerada 'natural' (GONZÁLEZ, 2020, p. 123).

As discriminações entre gênero e raça estão, dessa forma, profundamente imbricadas. Isto pode ser visto na prática em momentos em que o desejo de controle do corpo das mulheres é visto na fala de alguns representantes do comitê de forma sutil no dia a dia. Uma das mulheres entrevistadas, por exemplo, ao relatar uma agressão verbal em que um colega a questionou sobre a roupa que estava usando para um evento do comitê, revela se questionar sobre o fundamento do assédio vivenciado. Diz ficar na dúvida muitas vezes se os abusos que vivencia são pelo fato de ser mulher ou de ser preta. Esse relato foi um dos únicos momentos em que a participante pediu para que eu não gravasse a entrevista. Seu pedido, provavelmente motivado pelo constrangimento gerado pela situação, remete ao que mostra Kilomba (2019) ao afirmar como “o colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra”.

Outras falas reforçam essa relação violenta entre a colonização do conhecimento e do corpo das mulheres negras. Durante a entrevista, Beatriz se lembra de quando começou a atuar como

coordenadora em um dos subcomitês do CBH Rio das Velhas em que vivenciou um episódio de racismo explícito. Em sua fala, por relacionar a formação do agressor, também pode ser observada a relação interseccional entre a colonização do conhecimento, do corpo das mulheres e da natureza:

E logo que eu entrei para o subcomitê, teve uma pessoa, um pós-doc que queria ser o coordenador do subcomitê, que também falou: “Aquela negra não devia estar como coordenadora”. Mas, eu relevei. Eu fiquei sabendo, me contaram. Eu falei: “Isso não vai me abalar”. Mas o fato de não acontecer, diretamente, porque a gente entende que quando vai em um lugar e passa, e as pessoas olham diferente (Beatriz).

Lourdes também ressalta a relação entre violência de gênero e racismo vivenciadas em seu dia a dia.

Ah, todo dia a gente sai de casa [...]. Eu, enquanto mulher negra, diariamente, cotidianamente, [...] em outros espaços, eu percebo essa violência. Eu sempre penso: se fosse uma mulher branca, será que o tratamento seria dessa forma? E no Comitê eu já sofri, enquanto mulher, principalmente, que isso é uma das questões em que eu não desejo mais. Estou passando por um processo muito particular, mas eu não tenho muita vontade de voltar a trabalhar com algumas pessoas do Comitê. É isso. Eu sofri muito assédio, durante muito tempo, de relacionamento abusivo enquanto profissional. Para mim foi difícil tomar consciência disso, porque eu sempre me responsabilizei, sempre me achava insuficiente. Então eu sempre tinha que dar conta do negócio, e nada do que eu fizesse era suficiente, à altura. Porque é isso. Eu não tenho Mestrado, não tenho Doutorado, eu sou só especialista – eu não sou só não – eu sou especialista. Mas eu vejo o tanto, até em nível de equipe, eu percebi assim, mais para o final dessa situação, que foi muito forte, foi muito presente para mim (Lourdes).

O trecho resgatado condensa diversos pontos tratados até aqui, não apenas a relação intrínseca entre colonização do conhecimento, racismo e violência de gênero, mas especialmente o processo de descolonização traduzido pela resposta de Lourdes ao afirmar com segurança que prefere não trabalhar com algumas pessoas do comitê. Acrescenta entender que o processo necessário para combater o racismo e a violência de gênero no comitê é ainda mais amplo e complexo, indo além da realização eventos esporádicos. Para Lourdes, isso deveria ser visto como um trabalho estratégico e constante:

Sinceramente, do tempo que eu acompanho, eu vejo que essa discussão não vai chegar tão cedo. Assim, eu acho que quem está à frente, vai ter de ter muita maturidade para fazer essa discussão de forma mais responsável, e até, vamos dizer assim, mas institucionalizada. Porque essa discussão não é institucionalizada. É sempre visto como, vamos dizer assim, um figurante. A sensação que eu tenho é essa. E eu não gosto de dizer. Mas é como se fosse uma figurinha de álbum. “Ah, vai ter apresentação do folclore da cidade, então chama os povos tradicionais”. Eu acho que isso também é um tipo de racismo ambiental. Esses grupos são marginalizados o tempo todo, mas na hora de fazer a pompa, dizer que tem representação (Lourdes).

Esses relatos mostram que o comitê não pode ser visto como uma organização homogênea, mas como um espaço plural, com participantes de diferentes contextos, classes sociais e perspectivas políticas. Por essa razão, retoma os problemas estruturais presentes na cultura brasileira. No caso da importante fala elaborada por Lourdes ao relatar o uso eventual dos povos tradicionais e do discurso do racismo reverso, toca em um ponto importante da perspectiva decolonial. Situações como essa podem ser explicadas pela ótica de González (2020) na medida em que partem de um conhecimento que é “encoberto pelo véu ideológico do branqueamento, é recalcado por classificações eurocêntricas do tipo “cultura popular”, “folclore nacional” etc. que minimizam a importância da contribuição negra” (GONZÁLEZ, 2020, p. 116).

Pelo depoimento de Lourdes, ainda podemos perceber como a falta de validação das relações de gênero e raciais no comitê produzem também a colonização da água, uma vez que as vozes das mulheres negras e periféricas poderiam contribuir para a preservação dos rios. Não por acaso Haraway (2016) e Preciado (2017) articulam a dominação do conhecimento e do corpo das mulheres destacando que, enquanto o corpo masculino é definido por sua relação com a tecnologia, o corpo feminino é visto como parte da natureza, a qual deve ser dominada e controlada.

Esta interseção pode ser vista também pelos inúmeros depoimentos apontando a maternidade e o cuidado com o outro como maiores entraves da participação feminina nos órgãos de gestão da água. Todas as mulheres entrevistadas mencionaram este aspecto como principal desafio na participação das mulheres. A seguir podemos tomar como exemplo a ponderação de Luz:

Eu acho que esse é um dos principais problemas, eu acho que é a sobrecarga. E é uma sobrecarga que atinge homens e mulheres. Mas na questão das mulheres, eu acho que atinge um pouco mais, porque a mulher é mais cobrada em outras tarefas. Por exemplo, uma tarefa doméstica, cuidado com o filho. Se o menino está mal cuidado, sujo, sem tomar banho, poucas pessoas falam: “Cadê o pai desse menino?”. É a mãe. A mãe está trabalhando até a morte, mas sempre vai ser a primeira a ser julgada, socialmente. E já é um desafio a mulher que quer ser mãe, estar no mercado de trabalho. Imagina estar no mercado de trabalho e ter trabalho no Comitê, que é um trabalho voluntário (Luz).

Lourdes relata inclusive uma percepção coletiva, ao contar que depois do evento sobre gênero no comitê, diversas mulheres sentiram a necessidade de falar sobre isso.

Muitas mulheres me procuraram, pós-[evento], para dizer o tanto que foi bom trazer esse tema, falar mesmo das dificuldades delas em participar às vezes, e da culpa delas por não conseguir se dedicar de forma tão efetiva, porque o trabalho, o maternar e o

trabalho doméstico, ocupava esse lugar também. E ela não tinha condições de se dedicar. Então, é sempre uma culpa. (Lourdes)

Luz esclarece que o problema da disponibilidade de tempo é um fator crucial em termos de participação. Para ela, “ser do Comitê te demanda tudo. (...) demanda tempo, de participar de reuniões, estar por dentro das funções, de contribuir, de entrar em grupo de trabalho” (Luz). Nota como gênero e idade influenciam efetivamente na participação das mulheres e ainda destaca que no caso da nova presidenta essas dimensões se sobrepõem e levam a uma comparação desproporcional.

Então, às vezes, uma pessoa mais jovem ainda está na ativa [...] e é difícil para ela estar nesse Comitê. Então, por exemplo, a Presidenta, Poliana, ela é do Poder Público Municipal, e eu não sei como ela dá conta, porque ela também é Secretária de Meio Ambiente. Aliás, eu sei. Porque eu a apoio demais aqui. Eu me esforço muito para poder dar um suporte. Também temos uma representante do [...], de Itabirito (...) e eu também fico me perguntando como é que essa pessoa consegue. Mas eu tenho certeza que a forma que essa pessoa consegue, traz prejuízo para ela em outras relações. Eu falo até por mim mesma, porque às vezes eu fico em uma sobrecarga enorme aqui. Eu chego em casa, o nosso terceiro tempo, eu acho que todo mundo passa por isso também. Todas nós passamos por isso. Quem está na ativa, envolvida na questão de recursos hídricos, e por comitê de bacia. (Luz)

O “terceiro tempo” mencionado por Luz é identificado em diversas conversas sobre a avaliação do desempenho das mulheres em relação à atuação dos homens, cuja disponibilidade de tempo muitas vezes é assegurada pelo cuidado doméstico provido pelas mulheres. Em tom de brincadeira, Lourdes responde a um colega pontuando essa diferença.

Eu fui ter meu bebê bem na pandemia, meu primeiro filho. Então, antes disso, eu tinha uma disponibilidade muito grande. Você podia me ligar 10 horas da noite. Tinha que mandar ofício. E eu fazia, sabe? E, depois, obviamente, minha disponibilidade diminuiu. E um dia eu até brinquei, porque, para mim, era muito difícil falar sobre isso, inclusive, né... de negar. E aí teve um dia que eu brinquei. Falei, ah, eu não tenho fulana de tal que era esposa dele pra fazer as coisas pra mim, eu que tenho que fazer isso, fazer aquilo”, porque a gente tinha proximidade, então, a gente brincava. E ainda assim, era isso, era uma brincadeira e tudo mais, mas...

Com o relato de Lourdes, encerramos o capítulo reforçando a presença das mulheres no comitê como uma pluralidade de vozes que partem de diferentes contextos. De forma geral, buscamos, com a exposição desses relatos, mostrar processos identificados por este estudo como possibilidades decoloniais marcadas pelo aumento da participação de mulheres, pessoas racializadas e proteção da água. Enfim, com isso, esperamos ter mostrado que ao mesmo tempo que a decolonização deste espaço está diante de desafios que demandam um investimento

contínuo, desponta também como uma importante possibilidade de avanço do CBH Rio das Velhas no sentido de atingir seu objetivo e sua razão de ser.

Conclusão: quando as águas se encontram

A relação entre mulheres e água é um assunto relativamente novo para os estudos organizacionais. Sua relevância, contudo, vai além de seu ineditismo. Isso acontece porque a inserção da perspectiva de gênero na gestão de um bem público de primeira necessidade, como é o caso da água, toca diferentes fenômenos organizacionais que vão desde a reflexão filosófica sobre o sujeito, até a abordagem dos processos de subjetivação envolvidos por relações de poder, as quais impactam a regulamentação das bacias hidrográficas e a vida das mulheres.

Visando situar-se nessa lacuna, a tese buscou traçar um percurso teórico abordando a relação entre gênero, subjetividade e água pelo ponto de vista decolonial. O fio condutor dessa discussão direcionou-se pela compreensão dos processos de dominação como tema central na organização dos indivíduos e das transformações dos modos de viver na atualidade. Tendo em vista o modelo de sujeito construído ao longo dos séculos por meio da imposição, da força física e da luta política, a atribuição da matriz branca e heterossexual na construção do conhecimento, a qual sustenta as decisões sobre água, foi compreendida, parafraseando Foucault (1996, p. 53), como “uma violência que fazemos às coisas...”.

Desse modo, a pequena participação de mulheres nas bacias hidrográficas é acompanhada pela situação estrutural da política brasileira, a qual exclui as mulheres da vida pública conforme a trajetória histórica do país marcada pela sustentação do racismo e do patriarcado como elemento fundamental nos processos de subjetivação no campo do simbólico e da linguagem. Já a perspectiva decolonial, conforme Mbembe (2019), González (2020) e Haraway (2016), mostrou-se como possibilidade de compreender como ocorrem, na prática e no contexto brasileiro, as disputas de força pela ótica das mulheres.

Essas constatações tocam diretamente o problema da organização da água, uma vez que embasam um olhar menos funcionalista sobre o sentido deste bem natural, como demarcado na própria “lei das águas”, como um “bem de domínio público” (BRASIL, 1997). Dessa forma instiga reflexões que vão além do olhar técnico, considerado por Earle e Bazilli (2013, tradução

nossa) como “abordagens heroicas” essencialmente masculinizadas, com ênfase na construção, comando e controle.

Neste contexto, buscamos atingir três objetivos específicos visando compreender a organização das relações hidrossociais de mulheres do CBH Rio das Velhas por meio do feminismo decolonial. O primeiro deles foi realizar uma análise organizacional da instituição à luz do feminismo decolonial. Posteriormente, buscamos analisar as histórias de vida das mulheres do comitê observando como água aparece em suas narrativas sobre o cotidiano e experiências na organização para, enfim, compreender como o contexto organizacional pode influenciar e ser influenciado pela produção de subjetividades políticas na luta pela decolonização das relações hidrossociais.

Como respostas a esses objetivos, passamos por inúmeras constatações expostas em profundidade nos capítulos de análises acima. De forma sintética, podemos compilar algumas mais relevantes. A primeira delas se refere aos resultados que obtivemos com o diálogo entre as duas fases da pesquisa de campo. Ou seja, o intercâmbio entre a análise organizacional da instituição e a análise da experiência das mulheres na organização, o qual não apenas identificou temas fundamentais da pesquisa, como apresentou um panorama prévio fundamental para nos conduzir durante a pesquisa de campo.

Na primeira fase, três tópicos apareceram com maior relevância quanto à perspectiva decolonial. São eles: 1) a formação do comitê considerando as escolhas que perfazem as inclusões e exclusões na organização: de representantes e de temas abordados; 2) a eleição de uma mulher negra, jovem e “de município” para a presidência e os desdobramentos desse processo e 3) a colonização da natureza a partir dos argumentos que sustentam as deliberações da organização sobre a água.

Nas entrevistas individuais, as reflexões das mulheres ora contradiziam o que era exposto nas reuniões públicas, ora problematizavam as discussões, mostrando que os problemas abordados são mais profundos do que a maneira em que são apresentados nas plenárias. O problema da inclusão e exclusão de representantes, por exemplo, aparece no contexto das reuniões públicas como uma questão de interesse pessoal, compromisso e familiaridade com o tema da água. Nas entrevistas individuais, por outro lado, o problema é visto também como resultado de escolhas estratégicas quanto a destinação de verbas e financiamentos de projetos voltados a alcançar

representantes de grupos vulneráveis e com maior proximidade ao Rio das Velhas, como comunidades indígenas e quilombolas.

Com relação a transição da presidência, observamos nas reuniões públicas um grande entusiasmo pela eleição de uma mulher jovem. Ao passo que nas entrevistas individuais identificamos, em diferentes situações, uma insatisfação pelo tratamento dado a nova gestora por parte dos representantes no cotidiano, sobretudo por parte dos segmentos de usuários e do poder público.

Quanto ao último aspecto, a colonização da natureza, também pudemos observar uma contradição entre as duas perspectivas: enquanto nas reuniões públicas podíamos ver certo consentimento sobre as decisões sugeridas pelas câmaras técnicas, nas entrevistas individuais, a frustração sobre a possibilidade de recusar solicitações pela iniciativa privada foi um fator de grande destaque.

Além disso a discussão acerca dos limites das decisões da organização toca no primeiro objetivo específico do trabalho, pois compreende como o CBH Rio das Velhas se organiza a partir de relações sociais que remontam os processos de dominação colonial, ainda que de forma implícita. Um fator que serviu para ratificar essa análise é a constatação de que as mulheres negras do comitê que relataram ter uma origem pobre e periférica foram as que demonstraram uma maior preocupação sobre as possibilidades de inserção da perspectiva racial na gestão da água. Uma delas inclusive contou ter sugerido nas últimas reuniões a criação de uma cota do orçamento voltada exclusivamente para projetos nas comunidades quilombolas ao longo do Rio das Velhas.

Por meio da leitura do feminismo decolonial, transformações como a sugerida acima poderiam ser vistas como possibilidades efetivas na decolonização da organização, para além de eventos pontuais que, apesar de importantes, promovem uma transformação apenas superficial. Além da cota reivindicada pela representante, outras possíveis estratégias decoloniais foram identificadas ao longo da pesquisa.

A primeira delas seria a reelaboração das normas da composição do comitê para além da garantia de um quarto das vagas para cada segmento. Levando em consideração os pontos trabalhados por este estudo, diante do interesse organizacional em garantir a efetiva diversidade dos representantes, constatamos a necessidade da inserção da perspectiva de gênero e raça no

regimento interno da instituição de modo explícito. Desse modo, diante das relações hidrossociais no Brasil, exemplificadas neste estudo pelo caso da Vila Ideal, sugere-se a alteração do regimento interno do comitê de modo a estabelecer uma parcela mínima de mulheres e pessoas negras como representantes da sociedade civil.

Outro aspecto importante constatado por este estudo é a condição de vulnerabilidade do segmento da sociedade civil, o qual, apesar de contar com alguns mecanismos de apoio, por vezes tem seu posicionamento limitado diante das relações de poder da organização. Compreender essas relações em maior profundidade demandaria um estudo específico acerca dos conflitos e ideologias que perpassam cada segmento. Contudo, com a realização das entrevistas, bem como a partir da análise das reuniões das plenárias, constatamos que as decisões deliberadas, muitas vezes, fazem com que o comitê se aproxime de um instrumento que visa garantir, antes da proteção efetiva, a mitigação de danos à bacia.

Desse modo, por observar o posicionamento mais crítico e engajado nos representantes da sociedade civil, os quais detêm apenas um quarto das vagas da organização, entendemos que o fortalecimento deste segmento por meio das alterações sugeridas acima poderia contribuir para que a organização se aproxime de seu objetivo de proteger a água para futuras gerações, conforme dispõe a política nacional de recursos hídricos no Brasil.

Esse problema é percebido pela maioria das mulheres entrevistadas, as quais demonstraram um incômodo pelo fato de a organização dificilmente recusar pedidos de outorga, mas optar, na maioria das vezes, por sugerir recomendações ou estabelecer condicionantes aos projetos. Além disso, esta situação nos levou a observar um paralelo entre o respeito dado aos corpos hídricos e aos corpos das mulheres negras no Brasil: um tratamento que retoma a dominação colonial por meio de comportamentos que naturalizam as violências do cotidiano e apagam os fatores históricos que compõem o momento presente.

Esta constatação toca o segundo objetivo específico desta tese - analisar as histórias de vida das mulheres observando como água aparece em suas narrativas. Identificamos que a continuidade da tríade da dominação colonial é legitimada por um ponto que foi amplamente discutido em todo o trabalho, a configuração do conhecimento técnico/científico, o qual subjuga o feminino e a natureza como elementos sobrepostos e sem valor.

Para compreender como esse processo acontece na atualidade e na realidade brasileira, nós nos apoiamos no pensamento filosófico de autoras feministas como Lélia González e Donna Haraway. Se, por um lado, Lélia González nos mostra a mulher negra como fator central dos processos de dominação e resistência da colonização da subjetividade no Brasil, por outro lado, Donna Haraway evidencia a urgência da criação de um novo sujeito de conhecimento que seja capaz de romper com esse paradigma racista, imperialista, dicotômico e eurocêntrico.

Nós nos questionamos até que ponto o CBH Rio das Velhas poderia ser um espaço para o esboço desse novo sujeito, a partir da potencialização de projetos de educação ambiental que já são realizados pela organização e por meio da garantia de um espaço plural no qual poderiam circular vozes diversas, inclusive de seres humanos e não humanos, como é o caso dos ecossistemas presentes na água.

Além disso, as trocas proporcionadas pela experiência prévia na Vila Ideal também foram determinantes para confirmar a interpretação das relações raciais e de gênero na organização. Vale pontuar que, no caso da Vila Ideal, a luta política das mulheres pela água se dá pelas formas de resistir à necropolítica, ou seja, por modos de organizar coletivamente para sobreviver. No caso do comitê, apesar da experiência das mulheres partir de contextos diversos, a origem pobre e periférica das mulheres entrevistadas resgata, na organização de uma política pública, as histórias de mulheres como as moradoras da Vila Ideal. Além da formação de uma consciência que aponta para outro modo de viver e outra relação com a água para além da instrumentalização.

Respondendo ao terceiro objetivo do trabalho, o qual se refere às formas em que a organização pode influenciar e ser influenciada pela produção de uma subjetividade política, observamos como as vozes femininas circulam neste espaço por vezes se valendo de sua institucionalidade, por vezes lutando contra sua colonização, ainda que de forma inconsciente. Nesse sentido, as mulheres entrevistadas mostraram passar por processos de (des)identificação no campo do simbólico que puderam ser apreendidos como modos de existir que corroboram os processos de decolonização da água.

Inclusive, é importante destacar o fato de que tivemos contrariada nossa expectativa de encontrar muitas situações explícitas de discriminação ou violência de gênero nas reuniões públicas da organização. Ao contrário, nos surpreendemos com um cenário mais complexo em que, apesar de mulheres apresentarem perspectivas políticas distintas, o envolvimento em uma

instituição de proteção ao meio ambiente sinaliza um interesse relativo a buscas por mudanças e transformação social.

A partir disso, notamos que as participantes do comitê normalmente partem de uma trajetória política ou profissional ativa que faz com que a organização tenha um perfil menos conservador. Nesse sentido, tivemos que lançar mão de uma perspectiva teórica como o feminismo decolonial, capaz de identificar a violência não apenas no que está exposto, mas justamente naquilo que não se vê, nos apagamentos históricos que camuflam o contexto social e naturalizam discursos dominantes.

Enfim, encerramos com alguns pontos que foram percebidos durante a pesquisa, mas que não puderam ser aprofundados nestes anos de doutorado. Um deles é a potencialidade de reflexões acerca das formas não binárias e não heteronormativas de identificação social a partir da relação existente entre a colonização da sexualidade e da água. Ainda que não tenha sido possível desenvolver o assunto em profundidade, identificamos possibilidades futuras nesse sentido.

Uma vez que o discurso técnico/científico heteronormativo e patriarcal se mostrou tão danoso nos contextos analisados, especialmente no CBH Rio das Velhas, propostas com a perspectiva *queer* poderiam ser formas inventivas de trabalhar, na prática, a problematização das formas de produção do conhecimento. Além disso, durante uma das conversas individuais, a própria entrevistada apontou que, se a discussão sobre o racismo é um desafio grande, questões ligadas a sexualidade e gênero pela perspectiva não binária parecem ser um horizonte ainda mais distante. Na ocasião, a participante pontuou que, mesmo pra ela, como mulher feminista, esses assuntos ainda são pouco compreendidos e que percebia que eram mencionados no comitê sempre em forma de deboche e ironia, o que indica a relevância de trabalhos sobre o tema.

Outras possibilidades de pesquisa foram observadas no decorrer da pesquisa. De forma geral, identificamos a oportunidade de explorar metodologias científicas alternativas e perspectivas teóricas atuais no contexto dos comitês de bacias hidrográficas em outras regiões do país e especialmente nos subcomitês, os quais são mais próximos nas realidades locais. Por exemplo, ao conversar com algumas mulheres dos subcomitês, percebemos o interesse em aproximar a organização das novas teorias críticas do feminismo. Essa demanda suscita diversas possibilidades de estudos, como a elaboração de uma pesquisa-ação voltada a promover oficinas feministas nesse contexto, ou ainda outras formas de pesquisa de cunho participativo

que investigasse a relação entre os seres humanos e não humanos a partir das atividades das populações ribeirinhas na perspectiva do antropoceno.

Além disso, outro fator que nos pareceu relevante é a dimensão territorial da bacia hidrográfica. Por fugir da lógica dos limites municipais terrestres, as relações hidrossociais podem ser pensadas a partir de perspectivas alternativas da geografia política, as quais poderiam abordar de forma transversal temáticas que perpassam os diferentes municípios da bacia hidrográfica. Ou ainda, focar em questões específicas de um determinado município em maior profundidade, especialmente nas questões étnico-raciais nas áreas ruais, as quais ocupam territórios importantes ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e são pouco estudadas à luz das relações hidrossociais.

Por fim, encerramos o trabalho ressaltando que o interesse demonstrado por várias participantes em ampliar as discussões teóricas do feminismo no comitê bem como os relatos acerca das redes de apoio entre mulheres nos mostrou um vínculo estreito entre a luta pela água e a luta das mulheres. Isso pode ser visto na medida em que, em ambos os campos políticos, as relações hidrossociais contribuem efetivamente na busca das mulheres por autonomia ou emancipação, seja por meio do desenvolvimento de novas habilidades, seja pela construção de novos laços afetivos. Desse modo, podemos afirmar, com toda certeza, que, se o feminismo é fundamental na luta pela água, a luta pela água é crucial para o feminismo, para a libertação das mulheres e dos países do “terceiro mundo”.

Referências Bibliográficas

- AHLERS, R.; ZWARTEVEEN, M. The water question in feminism: water control and gender inequities in a neo-liberal era. **Gender, Place and Culture**, v. 16, n. 4, p. 409-426, 2009.
- ALVESSON, M.; DEETZ, S. Critical theory and postmodernism approaches to organizational studies. **The Sage Handbook of Organization Studies**, Sage Publications, 255-283, 2006.
- ANA. Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2019: informe anual / Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA, 2019.
- ANDRÉS, R. Custo líquido. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 10, página 118 – 127, 2017.
- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Boitempo Editorial, 2019.
- ASTLEY, W. G. Administrative science as socially constructed truth. **Administrative Science Quarterly**, 497-513, 1985.
- ATKIN, I.; HASSARD, J.; WOLFRAM COX, J. Excess and mimesis in organization theory: Emancipation from within?. **Culture and organization**, v. 13, n. 2, 145-156, 2007.
- BALASCH, M.; MONTENEGRO, M. Una propuesta metodológica desde la epistemología de los conocimientos situados: Las producciones narrativas. **Encuentros en Psicología Social**, v. 1, n. 3, p. 44-48, 2003.
- BARRETO, R. O. Cartografia dos modos de ser da velhice e do trabalho rurais no médio Vale do Jequitinhonha. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- BARTHES, R. **Análise estrutural da narrativa**. Tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto, 7, 1917.
- BAZZICALUPO, L. **Biopolítica**: Un mapa conceptual. Melusina, 2016.
- BEST, J. P. (In)visible women: Representation and Conceptualization of Gender in Water Governance and Management. Dissertação (Mestrado em Ciências do Oceano e Atmosfera) Oregon State University, Corvallis, 2019.

- BETTIN, C. Towards an amodern, aesthetic and existentialist approach to subjectivity in management and organization studies, 2009.
- BOMBARDI, M. L.; NEPOMUCENO, P. L. M. Covid-19, desigualdade social e tragédia no Brasil. **Le Monde diplomatique Brasil**, [online], 2020. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/covid-19-desigualdade-social-e-tragedia-no-brasil/>> [Acesso em 28, Dezembro, 2020].
- BRASIL. **Lei nº 9.433/1997**. Instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1997.
- BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. *Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR*, v. 22, n. 1, 2021.
- BUCK-MORSS, S. Hegel and Haiti. **Critical inquiry**, v. 26, n. 4, 821-865, 2000.
- BUTLER, J. Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity. **Gender trouble**, v. 3, p. 1-25, 1990.
- BUTLER, J. **Gender trouble**: Feminism and the subversion of identity. Routledge, 2011.
- BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos pagu**, 249-274, 2014.
- BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética (R. Bettoni, trad.). São Paulo, SP: Autêntica, 2017.
- BUTLER, J. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Autêntica, 2017.
- CAMARGO, E. O ecofeminismo e a participação das mulheres na gestão das águas. **Labor E Engenho**, 12(3), 267-278, 2018.
- CAMARGO, E. Desafios do Direito Ambiental (durante/pós COVID-19). (52m57s). In: Bruno Baldi (canal do youtube), 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rYVtYIuIbMg&t=2295s>. Acesso em 26/12/2020.
- CHIA, R. Essai: Thirty years on: From organizational structures to the organization of thought. **Organization Studies**, 18.4: 685-707, 1997.
- COOPER, R. Organs of process: Rethinking human organization. **Organization Studies**, 28(10), 1547-1573, 2007.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

- DULAR, N. Mansplaining as epistemic injustice. **Feminist Philosophy Quarterly**, v. 7, n. 1, 2021.
- FIGUEIREDO, A. Letter to Judith Butler from an ex mulatto woman. *Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo (RICD)*, v. 1, n. 4, 2016.
- EARLE, A.; BAZILLI, S. A gendered critique of transboundary water management. **Feminist Review**, 103(1), 99-119, 2013.
- ECHEVERRÍA, J.; ALVAREZ, J. F. Bounded rationality in social sciences. **Epistemology and the Social**, 173-191, 2008.
- FANON, F. *Os condenados da Terra*. Juíz de Fora: Editora Ufjf, 2005.
- FERNANDEZ, G., A., V. **Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos**. [Apresentação on-line]. Brasília: Agência Nacional das Águas (ANA), 2017. Disponível: em https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-tematicas/infraestrutura-e-logistica/2017/55a-ro/app_sistema_gerenciamento_55ro_logistica.pdf. Acesso em: 28/12/2020.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. [Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio]. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. Cursos do College de France (1977-1978), 2008.
- FOUCAULT, M. (2017). **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 4. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.
- FRANÇÓIA, C. R. O simbólico e a clínica psicanalítica: O início da teoria lacaniana. **Revista AdVerbum**, v. 2 n.1, 87-101, 2007.
- FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo** (São Paulo 1991), 15(14-15), 231-239, 2006.
- GAARD, G. “Rumo ao ecofeminismo queer”. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 197-223, 2011.

- GABRIEL, A. Ecofeminismo e ecologias queer: uma apresentação. **Revista Estudos Feministas**, v. 19 n. 1, 167-174, 2011.
- GABRIEL, Y; CARR, A. **Organizations, management and psychoanalysis**: An overview. *Journal of managerial psychology*, 2002.
- GALLO, N. C.; NAVARRO, A. C. L. Mulher e Água: definições e novas representações. **Labor E Engenharia**, v. 12 n. 2, 166-181, 2018.
- GARCIA, L. **Meio Ambiente e Gênero**. Editora Senac São Paulo: São Paulo, 2017.
- GONZÁLEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: Luz, M. (Org.) **O lugar da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- GONZÁLEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Ciências Sociais Hoje**, 2 Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos ANPOCS, 1983.
- GONZÁLEZ, L. **Primavera para as rosas negras: Lélia González em primeira pessoa--**. Diáspora Africana, 2018.
- GONZÁLEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
- GRANT, M.; SOETERS, S.; BUNTHOEUN, I. V.; WILLETTS, J. Rural Piped-Water Enterprises in Cambodia: A Pathway to Women's Empowerment?. **Water**, v. 11 n. 12, 2541, 2019.
- GREBOWICZ, M.; MERRICK, H. (2013). **Beyond the Cyborg: Adventures with Donna Haraway**. Columbia University Press, 2013.
- GURZA LAVALLE, A.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J. (Orgs.). **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019.
- HAN, B. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.
- HARAWAY, D. **Manifesto ciborgue**. Antropologia do ciborgue. Belo Horizonte: *Autêntica*, 2000.
- HARAWAY, D. **The companion species manifesto: Dogs, people, and significant otherness** (Vol. 1, pp. 3-17). Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

- HARAWAY, D. J. **Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene.** Duke University Press, 2016.
- HARRIS, L. M., STADDON, C., WUTICH, A., BUDDS, J., JEPSON, W., PEARSON, A. L.; ADAMS, E. A. Water sharing and the right to water: Refusal, rebellion and everyday resistance. **Political Geography**, 82, 2020.
- HARRIS, L., M.; GANTT, W. **Gender and shifting water governance: differential effects of privatization, commodification, and democratization.** Land Tenure Center, Nelson Institute of Environmental Studies, University of Wisconsin, 2007.
- HARVEY, D. The nature of environment: dialectics of social and environmental change. **Socialist register**, v. 29, 1993.
- HATCH, M. J. **Organization theory: Modern, symbolic, and postmodern perspectives.** Oxford university press, 2018.
- HAWKE, S. M., & JACKSON, L. aquamater: a genealogy of water. **Feminist Review**, v. 103, n. 1, 120-132, 2013.
- HEATH, R. C. **Basic ground-water hydrology:** U.S. Geological Survey Water-Supply Paper, pp. 86, 1983.
- HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. **Gênero, corpo, conhecimento** (pp. 157-185). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- JOSHI, D. Misunderstanding gender in water: Addressing or reproducing exclusion. **Gender, water and development**, v. 27, 1135, 2005.
- KARAKOLA, E. Diferentes diferencias y ciudadanías excluyentes: una revisión feminista. AAVV. **Otras inapropiables**, p.9-33, 2004.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Tradução de jess oliveira. Rio de janeiro: cobogó, 2019.
- KNIGHTS, D.; KERFOOT, D. Between representations and subjectivity: Gender binaries and the politics of organizational transformation. **Gender, Work & Organization**, v. 11, n. 4, p. 430-454, 2004.

- KNIGHTS, D.; MORGAN, G. Corporate strategy, organizations, and subjectivity: A critique. **Organization studies**, v. 12, n. 2, p. 251-273, 1991.
- LATOUR, B. **Politics of nature**. Harvard University Press, 2004.
- LAU, Y. Where in the World is Yayoi Kusama? Image courtesy of Moderna Museet.TheArtling, 2016. Disponível em: <https://theartling.com/en/artzine/where-world-yayoi-kusama/> Acesso em: 26/12/2020
- LENKE, T. O governo dos seres vivos: Michel Foucault. In: Lemke, T. **Biopolítica: críticas, debates, perspectivas**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2018.
- LUGONES, María. Colonialidad y Género. Tabula Rasa. Bogotá – Colombia, 73-101, 2008. Disponível em: <http://www.revistatabularasa.org/numero9/05lugones.pdf>. Acesso em 03/02/2022.
- MARGOLIS, J. Knowledge in the humanities and social sciences. In **Handbook of epistemology** (pp. 607-645). Springer, Dordrecht, 2004.
- MATOS, M. Panorama da Representação Política de Mulheres na América Latina. In.: Biblioteca Digital da Administração Pública. ENAP: Brasília/DF, 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3241/2/Aula%201_Parte%201_Panorama%20da%20Sub-representa%C3%A7%C3%A3o%20mulheres%20America%20Latina.pdf Acesso em: 26/12/2020
- MATOS, F., SIMIONE, A. A.; SCKAGNAZAROFF, I. B. Governança dos Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia no Estado Brasileiro de Goiás. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, 4, 138-171, 2019.
- MAYORGA, C. Pesquisar a juventude e sua relação com a política-Notas Metodológicas. **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 2, 2013.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo, 2019.
- MCKINLAY, A.; STARKEY, K. (Eds.). **Foucault, management and organization theory: From panopticon to technologies of self**. Sage, 1998.
- MECHI, A., SANCHES, D. L. Impactos ambientais da mineração no Estado de São Paulo. **Estudos Avançados**, n. 24 v. 68, 209-220, 2010.

- MENDONÇA, A.S. Redundância & Ambigüidade. **Revista Letras**, v. 23, 1975.
- MELO, M. C. Segurança Hídrica para Abastecimento de Áreas Urbanas: Proposta de um modelo analítico e aplicação na Bacia do rio das Velhas, [Material utilizado na palestra ministrada no dia 07/08/2019, no período da manhã, no III Seminário Nacional do Prof.Água.]. SISEMA. Brasília, 2019
- MENEGHEL, S. N.; DANILEVICZ, V. M.; FONSECA, E. D. S. Oficina de bonecxs sexuadx–um relato de experiência. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 23, 2019.
- MIÑOSO, Y. E. Hacia la construcción de la historia de un (des) encuentro: la razón feminista y la agencia antiracista y decolonial en Abya Yala. **Revista Praxis**, (76), 1-14, 2017.
- MOLINA, J. E.; MORALES, S. A. El derecho humano al agua potable en Colombia: decisiones del estado y de los particulares. **Vniversitas**, v. 67 n. 136, 1-14.,3, 2018.
- MOTTA, F. C. P. Organizações: vínculo e imagem. **Revista de administração de empresas**, 31, 05-11, 1991.
- NASCIMENTO, M. B. “O quilombo do Jabaquara”. *Revista de Cultura Vozes* (maio-junho), 1978.
- NEIMANIS, A. Feminist subjectivity, watered. **Feminist Review**, v. 103, n. 1, p. 23-41, 2013.
- NOGUEIRA, D. Gênero e Água–Desenhos do Norte, Alternativas do Sul: análise da experiência do Semiárido brasileiro na construção do desenvolvimento democrático (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia. Brasília, 2009.
- NOGUEIRA, D. Segurança hídrica, adaptação e gênero: o caso das cisternas para captação de água de chuva no semiárido brasileiro. *Sustainability in Debate/Sustentabilidade em Debate*, v. 8, n. 3, 2017.
- NOREMBERG, A.; ANTONELLO, I. P. A trajetória feminina na política brasileira. Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2016.
- ORLANDI, E. P. Interpretação – autoria, leitura, e efeitos do trabalho simbólico. São Paulo: Pontes, 1998.
- PACHAGUAYA Y, P. C. La poética de las vertientes. *Ecofeminismo y posdesarrollo en Santiago de Huari. Centro Internacional de Investigación para el Desarrollo (IDRC). Universidad Mayor de San Andrés. Fundación PIEB. La Paz, Bolivia*, 2008.

- PAGE, B. Naked power: Women and the social production of water in Anglophone Cameroon. **Gender, water and development**, 57-76, 2005.
- PARKER, M. Capitalism, subjectivity and ethics: debating labour process analysis. *Organization Studies*, 20.1: 25-45, 1999.
- PASSOS, E; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, V. **Pistas do método de cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, p. 17-31, 2015.
- PAULA, A. P. P., SOUZA, M. M. P. (2019). **Gestão dialógica e tecnologias colaborativas**. Editora Appris, 2019.
- PERÁN, M. Maneras de hacer mapas. **REVISTARQUIS**, v.2, n.2, 105-122, 2013.
- PEREIRA, R. D. Sobre heróis, coronéis e operários—notas acerca da disciplina do corpo e da ortopedia da alma em uma companhia têxtil de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- PLUMWOOD, V. *Feminism and the Mastery of Nature*. New York: Routledge, 1993.
- PRASAD, A. Cyborg writing as a political act: Reading Donna Haraway in organization studies. **Gender, Work & Organization**, v. 23, n.4, p. 431-446, 2016.
- PRECIADO, P. *Manifesto Contrassexual: práticas de subversão da identidade*. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- RAMOS, A. M., da SILVA, L. S., LIMA, T. G., MARQUES, G. L.; GONTIJO, H. M. Monitoramento da qualidade da água do rio Paraopeba e entorno após o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho, Minas Gerais, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, 2020.
- RAGO, M. “Being in the time of the world”: subjectivity and politics in Foucault and the feminisms. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, 2019.
- RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga e Beijing. **Revista Estudos Feministas**, 2, pp. 446-457, 1995.
- RIOS, F.; MACIEL, R. Brazilian Black Feminism in Rural and Urban Spaces. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, v. 10, n. 1, 59-85, 2021.
- RODRIGUES, C., P. *Corpos e Subjetividades: Análise dos Processos de Embodiment dos Ursos no Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

- SANDILANDS, C. "Lavender's Green? Some Thoughts on Queer(y)ing Environmental Politics." *UnderCurrents: Critical Environmental Studies*, v. 6, n. 1, p. 20-24, 1994.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20 n. 2, 1995.
- SHIVA, V. **Ecofeminismo: Teoria, Crítica y Perspectivas**. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2014.
- SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 1, 61-71, 2000.
- SORJ, B. O feminino como metáfora da natureza. **Revista Estudos Feministas**, 143, 1992.
- SOUZA, E. M, COSTA, A. S. M., PEREIRA, S. J. N. A Organização (in)corporada: ontologia organizacional, poder e corpo em evidência. *Cad. EBAPE.BR*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 727-742, 2015.
- SOUZA, E. M. D., & CARRIERI, A. D. P. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, v. 11, n. 3, 46-70, 2010.
- SULTANA, F., & LOFTUS, A. (Eds.). **Water politics: Governance, justice and the right to water**. Routledge, 2019.
- TUNDISI, J. G. Governança da água. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 20, n. 2, 222-235, 2013.
- WICK, A. Narcissus: woman, water and the West. **Feminist Review**, v. 103, n. 1, p. 42-57, 2013.
- ZWARTEVEEN, M. Z.; BOELEN, R. Defining, researching and struggling for water justice: some conceptual building blocks for research and action. **Water International**, v. 39, n. 2, p. 143-158, 2014.